1 – INTRODUÇÃO

Partindo do limite territorial do Município de Itapeva, SP, ambiente de pesquisa escolhido e os frutos da relação sociedade/natureza, os quais, considerando as várias interpretações, denominam-se patrimônio arqueológico estão se perdendo. Esse patrimônio está no anonimato, abandonado, se degradando e, em alguns casos sendo destruído involuntariamente pelo poder público local ou por particulares.

Os ambientes onde estão inseridos esses testemunhos antigos também estão sendo degradados, por isso, entende-se que não seja possível proteger o patrimônio arqueológico sem que exista preservação de seus ambientes. E, como educador e nativo de Itapeva, até agora observava inquietamente essa destruição, o que me levou a abraçar a tarefa de reunir dados e informações que possam mitigar impactos nos sítios arqueológicos e seus ambientes adjacentes.

Além do aspecto acadêmico: desenvolver e exercitar uma metodologia para identificar e registrar os locais de interesse arqueológico e os fatores de risco que os afetam, propondo medidas para a mitigação dos impactos aos quais estão sujeitos, este trabalho visa subsidiar, com dados e informações o poder público local, comunidade científica e demais interessados em relação à gestão do conjunto do patrimônio arqueológico de Itapeva.

Apesar da legislação brasileira através da Constituição Federal (1988), artigos 23 e 24 estabelecerem que a União, Estados e Municípios devem ser responsáveis por zelar e legislar concorrentemente sobre o patrimônio histórico e cultural da nação, a situação local limita-se ao plano teórico. Parece haver um abismo entre as leis Federais, Estaduais e Municipais quanto à efetiva proteção do patrimônio arqueológico e seus ambientes.

Este trabalho está inserido num corpo de investigações científicas denominado, Projeto Paranapanema – ProjPar, iniciado por Luciana Pallestrini em 1968, e atualmente, coordenado por José Luiz de Morais.

Caracterizado pelo enfoque interdisciplinar, o ProjPar hoje abrange três objetivos estratégicos: Demarcação Espacial e Temporal dos Cenários de Ocupação Humana, Desenvolvimento de Métodos e Técnicas de Pesquisa e a Valorização e Instrumentalização das Comunidades, esse último alvo deste trabalho. Os objetivos estratégicos estão divididos em subprogramas que seguem diretrizes metodológicas

básicas, entre elas, os abordados nesta pesquisa: Patrimônio, Legislação e Educação Patrimonial.

O levantamento de dados e informações a seguir, consolidados sobre os bens arqueológicos locais, foi realizado *in situ* e através dos diplomas legais federais, estaduais e municipais subsidiando a proposição de linhas de ação que podem contribuir para a formação de políticas públicas de proteção a serem desenvolvidas no âmbito de governo municipal.

Portanto, este trabalho surge da necessidade de salvar da destruição o patrimônio arqueológico local, inserindo-o em um contexto regional, indicando possibilidades de sua gestão, além de incentivar a educação patrimonial e prover dados e informações para futuras pesquisas científicas.

2-CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 - Localização e Acesso

O município de Itapeva está situado no sudoeste do estado de São Paulo a 55 km da divisa com o estado do Paraná.

Para chegar ao município, saindo da cidade de São Paulo, é preciso acessar a rodovia Raposo Tavares, SP- 270 até a cidade de Itapetininga para onde se toma a rodovia Antônio Romano Shcincariol, SP - 127 rumo ao último trevo que antecede a cidade de Capão Bonito, seguindo então pela rodovia Francisco Alves Negrão a SP – 258. Itapeva está a aproximadamente 300 km da cidade de São Paulo.

2.2 - Clima

O clima é subtropical úmido, sendo controlado por massas de ar tropicais e polares (SIMIELLI, 1997, p.38).

O índice pluviométrico está em torno de 1460mm anuais[1], enquanto a temperatura média do mês mais quente é de 19,3ºC e média do mês mais frio de 9,4°C.

2.3 - Fauna e Flora

A vegetação original predominante é composta por Mata Atlântica, Cerrado e Mata de Araucárias com pequenas áreas de campos nativos, incluindo campos rupestres.

Dentro da perspectiva dos Domínios Morfoclimáticos Brasileiros o território compreendido pelo município de Itapeva insere-se numa faixa de transição[2] entre as áreas nucleares dos Domínios das Araucárias ao sul e sudeste e os Domínios dos Mares de Morros a leste, norte e oeste.

Essa transição entre os domínios e de vegetação é apontada por Aziz Ab Saber (2003).

> Cumpre assinalar que as araucárias estão vinculadas aos planaltos ondulados da vasta hinterlândia do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde predominam climas temperados úmidos, de altitude. A transição entre o mosaico de

[1] Dados obtidos através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Instituto de Zootecnia de Itapeva.

[2] Segundo Aziz Ab" Saber **faixas de transição** são interespaços de transição entre os grandes domínios paisagísticos. Cada setor dessas interespaços ou faixas de transição representa uma combinação sub-regional distinta de fatos fisiográficos e ecológicos. (AB' SABER, 2003: p 12)

> matas e cerrados começaria na Depressão Periférica paulista – entre os municípios de Pirassununga e Sorocaba – seguindo para o setor de campos e bosquetes de pinhais existentes entre Capão Bonito e Itapeva. (AB' SABER, 2003, p. 102)

Apesar da existência de diferentes tipos de vegetação, atualmente restam poucos locais bem preservados, entre estes está a Estação Ecológica de Itapeva[3] com 106,0ha de cerrado, onde afloram espécies como o angico-preto *(Anadenanthera macrocarpa)* e o ipê-amarelo *(Tabebuia ochracea)*.

Espécies de aves e mamíferos encontram refúgio na reserva, a unidade de conservação preserva, entre outros mamíferos, o veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus)*, o tamanduá *(Tamandua tetradactyla)* e a lontra *(Lutra longicaudis)*. Entre as aves, o jacu *(Penelope obscura)*, a juriti *(Leptotila verreauxi)*, a perdiz *(Rhynchotus rufescens)* (www.ambientebrasil,2006).

2.4 – Geologia

Em relação à geologia, predominam duas formações básicas que se inserem na escala geológica de tempo como pertencentes à era paleozóica, são elas: as Formações Itararé e Furnas.

Na região norte e central do município encontra-se a Formação Itararé, situada na escala geológica de tempo entre 290 a 251 milhões de anos atrás, inserida entre os períodos carbonífero superior a permiano médio. Em sua composição estão depósitos glaciais continentais, glácio-marinhos, fluviais deltálicos, lacustres e marinhos, compreendendo, principalmente arenitos de granulação variada, imaturos, passando a acróssios; conglomerados, diamictitos, tilitos, siltitos, folhelhos, ritmitos; raras camadas de carvão (IPT, 1981).

Na porção sul está a Formação Furnas com idade aproximada entre 395 a 345 milhões de anos e inserida no período devoniano, sendo composta por depósitos marinhos, predominando arenitos de granulação grossa, feldspáticos, de estratigraficação cruzada de pequeno a médio porte e plano paralelo, incluindo, subordinadamente, arenitos finos, arenitos conglomeráticos e conglomerados oligomíticos basais (IPT, 1981).

2.5 - Geomorfologia

[3] A Estação Ecológica de Itapeva foi criada pelo Decreto Estadual 23.791 de 13 de agosto de 1985.

O município de Itapeva está inserido entre duas províncias geomorfológicas: Província do Planalto Atlântico e Província da Depressão Periférica (ALMEIDA, 1974 p. 169).

No extremo sul e leste do município ocorre relevo de morros onde predominam declividades médias e altas – acima de 15%, enquanto ao norte o relevo é colinoso predominando baixas declividades até 15% (IPT, 1981).

Na porção sul, a transição entre os dois tipos de relevo é demarcada, na maior parte pelo Escarpamento Estrutural Furnas (SOUZA & SOUZA, 2000)[4], enquanto no sentido sudeste-oeste essa mesma transição ocorre de forma gradativa.

> "O Escarpamento Estrutural Furnas constitui um Sítio Geomorfológico raro no Brasil, pois apresenta um conjunto de paleoformas de relevo que guardam importantes informações paleoambientais e estratigráficas sobre a sua evolução e também das rochas sedimentares que expõe. [...] O Escarpamento está implantado e expõe toda a seqüência sedimentar eodevoniana da Formação Furnas e também uma discordância erosiva que marca o contato dessa formação com as unidades geológicas proterozóicas e eopaleozóicas basais. O seu desenvolvimento está associado a uma série de processos geodinâmicos iniciados com ruptura do Gondwana (Jurássico) e continuados com longos processos de erosão diferencial associados a condições climáticas áridas a semi-áridas e quentes, ocorridas durante o Cretáceo superior e o Terciário. O Sítio apresenta ainda outras feições geomorfológicas importantes como relevo ruiniforme, pedimentos, morros testemunhos, pináculos, rios que formam canhões, cachoeiras e corredeiras, além de várias grutas e pequenas cavernas em arenitos" [...] (SOUZA & SOUZA, 2000, p.2)

2.6 - Uso e Ocupação do Solo

O município de Itapeva conta como uma área total de 182.700 hectares (IBGE, 2005). A soma das áreas ocupadas atualmente por atividades antrópicas (agricultura, pecuária, reflorestamento e mancha urbana)[5] são apresentadas na Tabela 1.

---

[4] Documento disponível no site http:www.unb.br/ig/sigep/sitio080/sitio080.

[5] Dados para o ano agrícola 2005/2006 fornecido pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, Escritório de Desenvolvimento Rural de Itapeva e Prefeitura Municipal de Itapeva - Secretaria Municipal de Obras, janeiro de 2006.

Uso e ocupação do solo	**Área em hectares**
Agricultura	71.070 ha
Pastagem	54.500 ha
Reflorestamento	19.000 ha
Mancha urbana	1720 ha
Total	146.290 ha

Tabela 1 – Ocupação do solo: áreas utilizadas pela agricultura, pecuária, reflorestamento e mancha urbana no município de Itapeva.

Considerando o total das áreas antropizadas, 146.290 hectares, concluí-se que o equivalente a 80% do total do território do município está atualmente sendo utilizado e ocupado por atividades antrópicas. Não estão inclusas áreas ocupadas por rodovias, estradas vicinais, ferrovias, mineradoras e demais bairros rurais o que diminui ainda mais o montante das áreas “naturais” ou pouco antropizadas.

3- BREVE HISTÓRICO SOBRE ITAPEVA

O antigo nome do município, Itapeva da Faxina[6], está diretamente ligado à estrutura da língua tupi para designar o relevo local. Segundo Almeida (1902) seria a

> [...] corrupção de Yta-pé-bae-chaci-na, morro chato e enrugado. De yta, pedra, penha, pé, ser chato, plano, bae, (breve), partícula de particípio, significando o que, chachi, enrugar, franzir, com sufixo na (breve), para formar supino. Allusivo a serem campos com depressões ou concavidades continuadas e irregulares muitas dellas, semelhando rugas. Estas depressões ou concavidades são denominadas tembé, ou temb-é, concavidades ou que é côncavo. [...] (ALMEIDA, 1902: p.123).

Segundo o historiador local, Genésio de Moura Muzel[7] (MUZEL, 1992), Itapeva teria passado por quatro fases no início de sua formação. São elas:

1ª Fase: A Pré-História.

Antes de 1500, quando o sudoeste paulista não havia sido palmilhado pelo homem branco e por onde passava uma antiga rota utilizada pelos índios, denominada Peabiru. Entre os anos de 1552 e 1553, o soldado e aventureiro Ulrich Schmidt[8] percorreu essa conhecida rota indígena entre Assunção, no Paraguai, e a cidade São Vicente no litoral paulista. Ainda que os índios não tivessem um traçado fixo para as suas trilhas, elas foram usadas, mais tarde pelos bandeirantes para entrar no interior e caçá-los.

2ª Fase: O Nascimento da Paragem de Itapeva da Faxina.

---

[6] Uma hipótese também aceita e não oficial para o nome Itapeva da Faxina, seria também de origem indígena para Itapeva, do guarani. Enquanto Faxina viria do verbo faxinar, fazer limpeza, varrer uma alusão a vegetação de Campos Gerais em área paulista (cobertura herbácea com capões de matas) onde predomina dentre outras espécies a Vassoura-do-Campo *(Bacharis semiserrata)* muito comum em Itapeva e nos campos do sul e sudeste do Brasil que foram usadas no passado para confecção de vassouras. É comum na região sul do Brasil existirem localidades com o nome Faxinal. Por exemplo Faxinal do Soturno no RS, tem seu nome de origem relacionado a campos, Faxinalzinho no RS também viria de mato raso, arbustos, mata devassada e capim. (www.venancioaires.famurs.com.br/historico).

[7] Síntese do material utilizado por Genésio de Moura Muzel, em palestra proferida no dia 29 de agosto de 1992, para os alunos do curso de licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas do Sul Paulista.

[8] Apesar de não haver menções bibliográficas ao final do texto, em pesquisa ao Centro Cultural Cícero Marques foram encontradas cópias xerográficas do texto: Sobre o itinerário de Ulrich Schmidt através do sul do Brasil (1552/3). Geografia Física - Cons. Pesqu. Univ. PR, Curitiba, 1959 junto ao material manuscrito do falecido historiador Genésio de Moura Muzel.

Através da utilização do Peabiru como caminho pelos bandeirantes na preia ao índio, depois pelos tropeiros com o comércio de muares e gado, esse caminho indígena, agora transforma-se em rota de transporte e comunicação, surgindo as suas margens as paragens, locais onde os viajantes podiam descansar e pernoitar.

Itapeva surge então no entroncamento de duas vias, Sorocaba/sul do país e o caminho para Santo Antônio das Bateias, atualmente município de Apiaí, que por sua vez era caminho para o rio Ribeira de Iguape, acesso fluvial para as cidades litorâneas de Iguape e Cananéia. Essa fase perdura aproximadamente, até meados do século XVIII.

3ª Fase: A Fundação "de novo" da Vila da Faxina.

A partir de 1765 a Rainha de Portugal ordena ao Capitão-General Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão que se erguessem Vilas para nelas congregar o povo em povoações civis. Antonio Furquim Pedroso[9], considerado fundador da cidade, por determinação de Dom Luiz Antônio, funda a Vila da Faxina, em 11 de junho de 1766, porém distante cerca de 20 km da Paragem de Itapeva da Faxina, longe do comércio de muares, gado e da comunicação. Sendo assim, a população da Paragem de Itapeva da Faxina não comparece à solenidade de fundação, em 20 de setembro de 1769, além de não apoiar a construção da igreja, pelourinho e prédios públicos. Dom Luiz Antônio, por duas vezes, por isso "de novo", ordena a construção de prédios públicos, o que Pedroso não consegue realizar sem apoio da população e proprietários de terras.

4ª Fase: Mudança da Vila da Faxina para a Paragem de Itapeva da Faxina.

O Governador, então, toma a deliberação de transferir a sede da Vila da Faxina para a Paragem de Itapeva da Faxina, o que foi oficializado só no ano de 1785. Em 30 de novembro de 1938, Itapeva da Faxina, então denominada simplesmente Faxina, passa a se chamar Itapeva, seu nome atual.

Além da pré-história, da caça ao índio e do ciclo do tropeirismo, outros momentos de ocupação que caracterizam ciclos econômicos locais que ocorrem,

[9] O paulista Antônio Furquim Pedroso fundou a povoação de Itapeva da Faxina em 1776, no lugar denominado Vila Velha, à margem esquerda do rio Apiahy-Guassú. (O SUL DE SÃO PAULO, 1889, p.5)

algumas vezes, concomitantemente, como: o ciclo do algodão[10] de 1870 a 1940 no qual Itapeva industrializa-se com máquinas para beneficiar o produto (MUZEL, 1992); o ciclo da criação de suínos que se inicia no final do século XIX, fortalecendo-se com a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, na primeira década do século XX, e vai até meados dos anos de 1950. Alexandre Mariano Cococi relata a existência dessas atividades no alto Paranapanema, no ano de 1915, quando estava a serviço da Commissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo.

> [...] dentro da bacia do rio Paranapanema, em sua parte alta perto das cabeceiras dos seus tributários, sendo os mais importantes: rio Itapetininga, que é formado pelo rio Turvo e Pinhal; o rio Apiahy, formado pelos rios Apiahy-Mirim e Apiahy-Guassú, o rio Tauqary, formado dos rios Tauquary-Guassú e Mirim; o rio Verde e o rio Itararé; além de outros menores, como sejam: rio das Almas, Lageados, Turvinho, Taquaral, Guapiára etc.[...]. As terras são de cultura e algumas de campos. Existem ainda muitos pinhaes e as principaes lavouras são, a do algodão e a do fumo. Egualmente tratam a indústria pastoril, sendo a creação de suínos em alta escala. (COCOCI, 1915)

O ciclo dos minérios, a partir dos anos de 1940, fortalece a economia local nos anos de 1960 até aproximadamente 1990; o ciclo do trigo surge a partir dos anos de 1950 firmando a agricultura mecanizada na região.

O ciclo do reflorestamento[11], incentivado pelo governo ditatorial, no início da década de 1960, vai até meados dos anos 1970. Este ciclo foi responsável por uma grande demanda por terras no município para o plantio de pinus e eucalipto, tendo como conseqüência a concentração de terras que até então não haviam sido utilizadas.

[10] Norberto Vieira da Cruz Filho, *In*: www.itapevacity.com.br/modules.php?name

[11] Entre as diversas leis federais de incentivo estão: Lei n° 4771 de 15 de setembro de 1971, que aperfeiçoa o Código Florestal Brasileiro e a Lei n° 5106 de 02 de setembro de 1966, que atende a demanda pela concessão de incentivos fiscais para reflorestamento.

4-ESTADO D'ARTE DA ARQUEOLOGIA REGIONAL

Um abrigo sob rocha com pinturas produzidas por humanos é conhecido nas proximidades da cidade de Itapeva, no bairro rural do Itanguá, desde o século XIX. Conhecido inicialmente como a "Inscrição indígena do Vorá na Faxina"[12] é descrito por Araripe (1887).

> Em toda a zona de São-Paulo, que vai de Faxina ao Itararé, o sólo é granítico e de elevação admirável, avendo córtes profundissimos nos logares por onde correm os rios Apiahi, Perituva e Itararé. Em um dos barrancos denominado Tembés vê-se um antigo cemitério dos índios. Da róxa, que tem de altura mais de 40 metros, desprendeu-se enorme massiço, que deu á pedra inclinação maior que 10 metros. Esta inclinação e a parede formada pelo massiço desprendido formaram o abrigo, que foi procurado pelos índios para o repouso dos seus mortos. Nas paredes d'este abrigo notam-se figuras que impressionam, gravadas na pedra e pintadas com indeleveis tintas vermelha e preta: o que indica estado de civilização, talvez recebida dos jezuítas. Parece que os índios insculpiram n'aquellas figuras a istória da tribu. Notei entre os desenhos: Uma figura umanas com enfeites de penas na cabeça e no pescoço; uma palmeira toscamente gravada e pintada; porção de buracos de fórma circular, sendo dispostos 24, mais ou menos, em linha reta; um circulo com diamentro de 15 polegadas, tendo riscos dentados na extremidade; dois outros concêntricos, em fórma de relógio, tendo 60 divizões; logo depois a figura de um ídolo e diversos riscos, todos pintados com tinta preta muito firme; uma figura do sol com uma +; um T; seis outros círculos; mão e pé umanos bem gravados, etc. Na muralha axam-se fragmentos de ossos, dos quaes lhe envio pequena amostra por não dispor de instrumento com que arrancasse outro maior. Referiram-me, que um indivíduo, na esperança de dezentranhar dali riquezas, fizera grandes escavações, nas quaes axou ossadas umanas; e, tendo levado um craneo, reparou mais tarde a profanação, que o enxia de aflicção, restituindo á terra. Vê-se com efeito no sitio, um montículo de terra, recentemente revolvida, debaixo da qual devem existir, segundo meu guia, esqueletos, urnas, etc. (ARARIPE, 1887, p. 231-232)

Araripe chega a esboçar de maneira idiossincrática as imagens observadas na Inscrição do Vorá na Faxina, conforme a Figura 1.

[12] Vorá [var de borá < Tupi = o que a de ter mel] S.m. Brás. Zôo. Espécie de abelha comuníssima da região serrana. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa 3ª Edição, Editora Positivo, Curitiba, 2004. É comum nas tocas e frestas nos paredões de rocha dos canhões e ocos de árvores da região a ocorrência de diversos tipos de abelhas nativas entre elas estão: jataí e o irapuá.

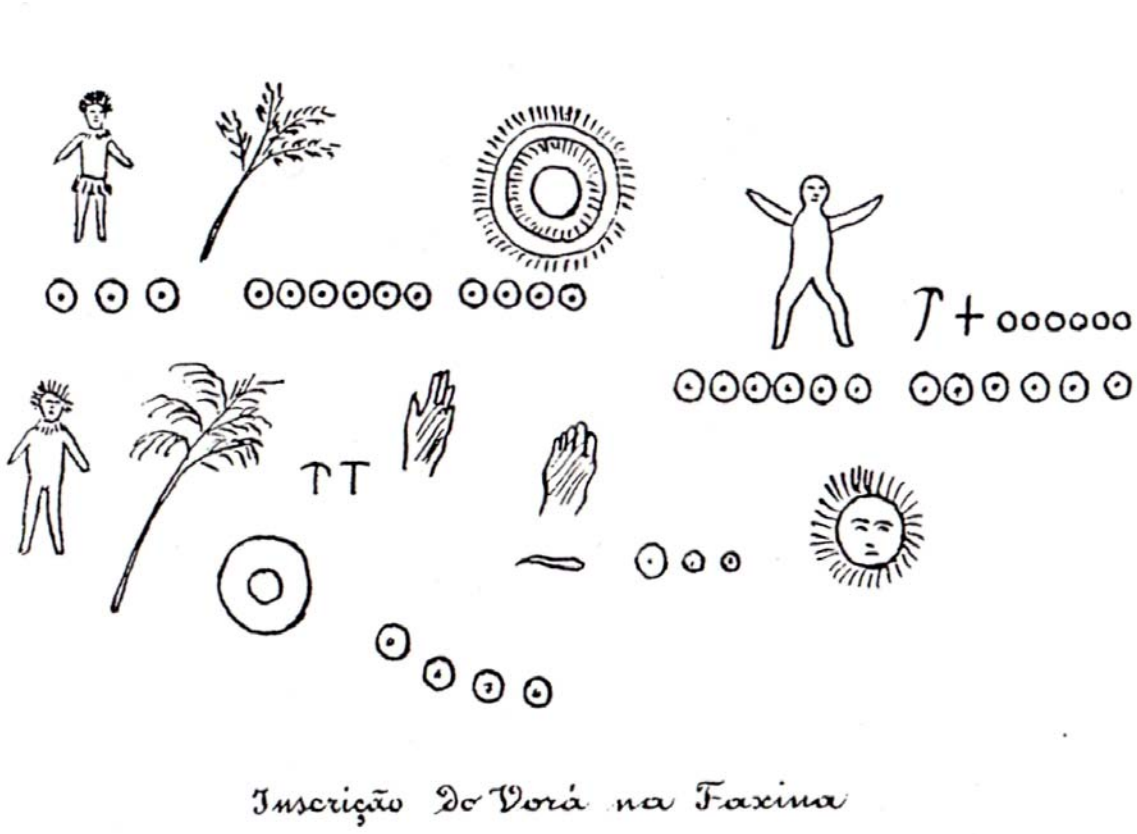


Figura 1 – Inscrição do Vorá na Faxina, segundo Araripe (1887).

Durante mais de 80 anos o abrigo foi esquecido por pesquisadores, vindo somente a ser estudado no final da década de 1960 por Desidério Aytai (1970), que analisa e registra as gravações rupestres, as técnicas empregadas e o tempo utilizado na elaboração das inscrições do Abrigo de Itapeva, assim denominado por ele, que tece o seguinte comentário:

> As inscrições cobrem a parede em 20 ms de comprimento e até 3 ms de altura, mais ou menos, sendo a concentração das figuras muito maior na região central. À primeira vista distinguimos dois tipos de inscrição: a) Sulcos de profundidade e largura diferentes, i.é, **litóglifos** (classificação de E.Thurn), parcialmente pintados em diferentes cores.b) Simples desenhos em cor vermelha, na superfície natural da rocha, ou **petrografias**. O primeiro tipo de inscrições é dominante na rocha, havendo só poucos desenhos superficiais, sem sulcos. (AYTAI, 1970, p. 31).

Figura 2 – Inscrições do Abrigo Itapeva segundo Aytai (1970, p.31).

Em uma segunda publicação Aytai (1972) descreve: Esta parede está coberta por 476 símbolos gravados parcialmente pintados com as cores vermelho, preto e amarelo. (AYTAI, 1972, p. 5)

Numa tentativa de classificação da arte rupestre brasileira, Prous (1989), registra e atribui as gravações do Abrigo Itapeva à Tradição Geométrica (Figura 2), exceto uma imagem pintada de um cervídeo, esta classificada como Tradição Planalto, situada a cerca de 4m da esquerda das gravações (Figura 3).

Também nas proximidades do município de Itapeva, nas adjacências de sua divisa com o município de Bonsucesso do Itararé, o pesquisador relata a existência de casas subterrâneas (PROUS, 1979, p. 17).

Pereira Jr. (1964) aponta notícia sobre um achado arqueológico ocorrido em Itapeva. Apesar dos danos irreparáveis causados pelas raízes das plantas e inabilidade dos escavadores ao retirar o “achado arqueológico”, após exame de gabinete conclui-se tratar de uma igaçaba de porte médio e o que restava de uma peça de dimensões maiores no formato de uma bacia.

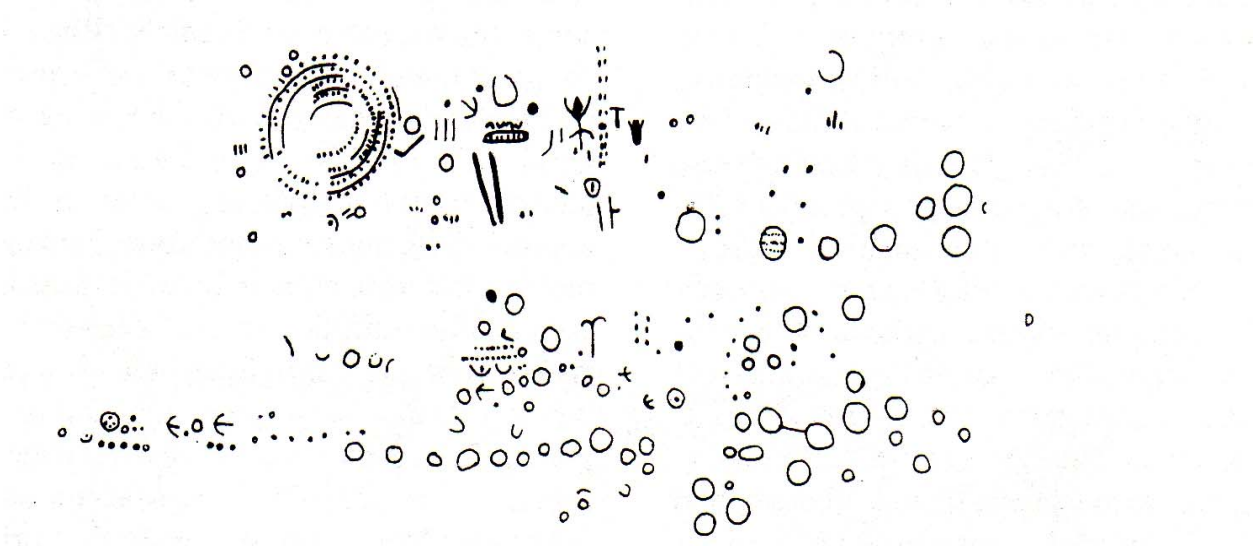


Figura 3 – Gravuras do Abrigo Itapeva, segundo Prous (1989, p. 15), sem escala.

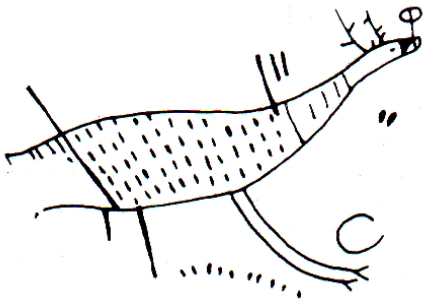


Figura 4 - Pintura rupestre de um cervídeo, segundo Prous (1989, p.17), sem escala.

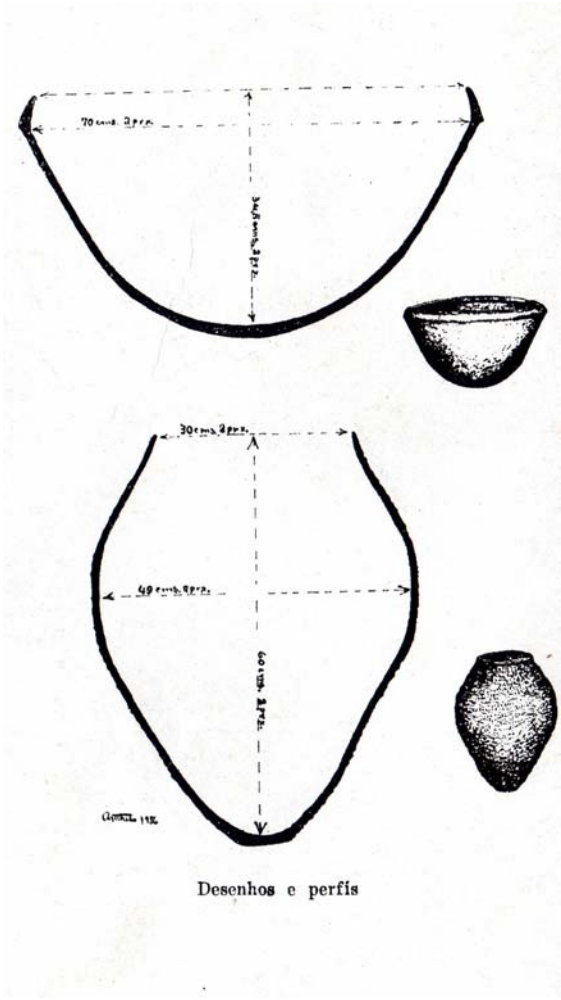


Figura 5 – Desenho de uma peça do formato de uma "bacia" e uma igaçaba segundo Pereira Jr. (1964, p. 4).

Outro trabalho arqueológico importante, realizado no ano de 1968, através do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, foi a escavação do sítio Fonseca, no referido bairro da Caputera. Luciana Pallestrini inicia a interiorização da arqueologia paulista, estudando e desenvolvendo métodos e técnicas de campo. Surge, então, a idealização do primeiro plano de trabalho para o interior do estado de São Paulo, que mais tarde irá conceber o Projeto Paranapanema.

> Com os trabalhos arqueológicos em Itapeva, a equipe do Museu Paulista da Universidade de São Paulo deu início a um plano de trabalho que visa fazer a cobertura arqueológica de sítios cerâmicos tupi-guaranis no território do Estado de São Paulo. (PALLESTRINI, 1969, p. 5).

Através do ProjPar, agora sob a concepção e coordenação de José Luiz de Morais, desde 1987, foram realizados estudos na década de 1990 e início do século

XXI por Astolfo Gomes de Mello Araújo, na bacia do Alto Taquari, afluente da margem esquerda do Rio Paranapanema. O pesquisador encontra e através de georreferenciamento mapeia mais de uma centena de sítios arqueológicos como casas subterrâneas, abrigos rupestres e sítios líticos e cerâmicos em barrancos, pastos, plantações e superfícies aradas nos municípios de Itapeva, Nova Campina, Bonsucesso do Itararé e Ribeirão Branco. (ARAÚJO, 1995; ARAÚJO, 2001).

No ano de 1998 foi realizada na região de Itapeva a primeira operação de salvamento arqueológico, o Resgate Arqueológico no Traçado do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL), no estado de São Paulo: Trechos IX e X (de Paulínia à Fronteira com o Paraná). Em uma prospecção de superfície na área de influência direta e adjacências do empreendimento no ano anterior, Paulo Dantas De Blasis notou a existência de material lítico e extensos sítios cerâmicos atribuídos aos Kaingangs, ocorrendo o salvamento arqueológico em 1998 através de escavações sistemáticas nos sítios Areia Branca 5 e 6. (DE BLASIS, 2000).

Segundo Azevedo (2004), o Município de Itapeva foi uma área de contato entre as culturas Kaingang e Tupi. A fronteira entre as duas culturas se estabeleceu na altura da cidade de Itapeva. A sul e a leste, nas zonas das serras predominou a cultura caingangue[13]. No norte e oeste as aldeias de língua tupi. (AZEVEDO, 2004, p. 73)

Já no início do século XXI, no ano de 2004, Luciane Miwa Kamase completa sua dissertação de mestrado; neste trabalho a pesquisadora estuda a presença de Casas Subterrâneas na Bacia do Alto Taquari, nos municípios de Bonsucesso do Itararé, Nova Campina, Ribeirão Branco e Itapeva (KAMASE, 2004, p. 85-87). Kamase aponta a necessidade de cautela pelo menos para São Paulo, antes de registrar qualquer depressão como sítio arqueológico, pois, identifica pelo menos quatro tipos de feições doliniformes. São elas:

Naturais – formadas por fatores geológicos.

Antrópicas recentes – depressões construídas pelo homem, em épocas recentes, para diversos usos: fornos para a produção de carvão, bebedouro para animais, caixas de água para irrigação, na maioria das vezes abandonados.

[13] Grafia utilizada pela a autora.

Antrópicas antigas ou arqueológicas – depressão com evidências de utilização, comprovadas pela presença de cultura material e alteração nos solos indicativos de ocupação.

Utilizadas ou antropizadas – o exemplo da pequena cidade de Nova Campina que se desenvolveu dentro de uma enorme dolina.

Também, nas proximidades do município de Itapeva diversas pesquisas foram realizadas, tais como na área do médio curso do Paranapanema, área nuclear do ProjPar, local onde os trabalhos de prospecção e escavação encontram-se em estágios avançados e apresentam uma cronologia mais detalhada. O sítio arqueológico mais antigo encontrado na região do médio Paranapanema é o sítio Brito, no município de Sarutaiá, datado por volta de 7.020± 70 AP (VIALOU, 1984), e pertencente ao sistema regional de caçadores-coletores.

Entre muito outros sítios datados na bacia do Paranapanema, os do município de Itapeva apresentam uma cronologia bem mais recente, entre 1540 ± 150 AP, Gasbol 8 e 295 ± 30 AP, Bianco.

Um importante trabalho arqueológico desenvolvido nos últimos anos sob a perspectiva de “salvamento arqueológico” por motivo de implantação de projetos de desenvolvimento é o “Salvamento arqueológico da linha de transmissão Itaberá/Tijuco Preto” (MORAIS, 2002), neste trabalho forram realizados levantamento, diagnóstico, resgate e preservação do patrimônio arqueológico da região sudoeste do estado de São Paulo através de uma abordagem regional.

As datações e respectivos nomes dos sítios arqueológicos, sistema regional, idade antes do presente, método de datação e referência de autor podem ser observados na Tabela 2.

Sítio	Sistema Regional	Antes do Presente (AP)	Método	Referência
Bianco[14]	Guarani	295 ± 30 anos	termoluminescência	Araújo, 2001. Não publicado.
Arlindo Cruz	Kaingang	620 ±40 anos.	termoluminescência	Araújo, 2000.
Arlindo Cruz	Kaingang	890 ±130 anos.	termoluminescência	Araújo, 2000.
Arlindo Cruz	Kaingang	890 ±130 anos.	termoluminescência	Araújo, 2000.
Fonseca	Guarani	970± 100 anos.	termoluminescência	Pallestrini, 1970.
Arlindo Cruz	Kaingang	1.000 ±100 anos.	termoluminescência	Araújo, 2000.
Fonseca	Guarani	1.010 ±100 anos.	termoluminescência	Pallestrini, 1970.
Fonseca	Guarani	1.076 anos.	não especificado	Pallestrini, 1970.
Fonseca	Guarani	1.100 ±110 anos.	termoluminescência	Pallestrini, 1970.
Fonseca	Guarani	1.100 ± 110 anos.	termoluminescência	Pallestrini, 1970.
Quatis	Kaingang	1160± 100 anos.	termoluminescência	Araújo, 2000.
Fonseca	Guarani	1.190 ±120 anos.	termoluminescência	Pallestrini, 1970.
Müzel	Kaingang	1.530± 170 anos.	termoluminescência	Araújo, 2000.
Gasbol 8	Kaingang	1.540 ±150 anos.	termoluminescência	Araújo, 2000.

Tabela 2 – Sítios arqueológicos datados no município de Itapeva.

O naturalista August de Saint-Hilaire que passa por Itapeva e região na rota dos tropeiros, no final da segunda década do século XIX, relata e registra dentre várias características regionais, a paisagem, a economia, a composição étnica da população local e a triste caça aos índios.

> [...] Desde que havíamos deixado São Paulo, todas as pessoas procedentes do Sul que encontrávamos pelo caminho nos falavam dos índios de Itapeva, assustando o meu pessoal com mil histórias trágicas. É bem verdade que nessa época bandos de selvagens habitavam as matas vizinhas da estrada e que adiante de Itapeva eles viviam quase à beira dela, sendo vistos principalmente entre os rios Itararé e Jaguariaíba. É igualmente verdade que eles várias vezes tinham depredado as propriedades situadas perto da mata. Raramente, porém, aventuravam-se até a estrada. [...] Todos os anos os milicianos de Itapeva se reuniam e se embrenhavam nas

[14] Datação fornecida por Marisa Coutinho Afonso MAE/USP em julho de 2005.

> matas a caça dos índios. Eram bastante hábeis nisso, e raramente voltavam sem que aprisionassem mulheres e crianças. Seu entusiasmo era despertado não apenas pelo desejo de afastar dali os seus perigosos vizinhos como também pelo interesse em fazer prisioneiros, pois era-lhes permitido escravizar os cativos durante quinze anos ou vendê-los por esse prazo de tempo. (SAINT-HILAIRE, 1972, p. 284)

Também em passagem na mesma rota quase que no mesmo período, o artista Jean Baptiste Debret denomina os nativos civilizados de Itapeva como “índios soldados”. Estes, com incentivo do Governo Imperial, vão à caça e extermínio dos indígenas da região.

> Encontram-se na província de São Paulo, comarca de Curitiba, as aldeias de Itapeva e de Carros [sic], que significa "Castro", cuja população inteira se compõe de famílias de “caçadores” (corpo do exército) índios, empregados pelo governo brasileiro para combater os selvagens e rechaçá-los pouco a pouco das regiões próximas às terras cultivadas. Sua farda constitui-se de um boné de pano, de gomos de diversas cores, franzido na aba para se ajustar ao tamanho da cabeça, de uma camisa, de um colete de pano cujo traseiro difere, na cor, do dianteiro e de amplas calças brancas de algodão, cortadas à moda espanhola e terminado com franjas. Não usam calçados nem meias. Esses soldados aguerridos carregam seus víveres dentro de um saco e dormem à noite nas florestas sem ascender fogo, para não serem pressentidos pelos selvagens que procuram surpreender. Atualmente, em determinada época, o governo lhes distribui munições para que se ponham em marcha; depois de partir, só voltam quando esgotam suas provisões de guerra; descansam, então, até a campanha seguinte. Durante esse intervalo, cultivam suas terras e servem de guias aos viajantes estrangeiros. Sua tática consiste em atacar os ranchos dos selvagens, matar os homens e procurar fazer prisioneiras as mulheres e crianças. Selvagens eles próprios outrora, conhecem melhor que os europeus os ardis que devem ser empregados nessas expedições. (DEBRET, 1965, p. 53)

Três importantes trabalhos realizados sobre Itapeva são: O Levantamento Cadastral do Patrimônio Histórico/Arquitetônico de Itapeva (Barros, 1996), no qual constam os prédios históricos locais, a maioria deles hoje inexistentes; a tese de doutorado de Dora Shellard Corrêa, intitulada: “Paisagem sobreposta: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva” no ano de 1997 que tem como ponto inicial a ocupação dos campos de Faxina (Itapeva) por fazendeiros acompanhados por famílias de lavradores até culminar no desmembramento de outros municípios vizinhos: Itaberá, Itaporanga e Barão de Antonina, e a dissertação de mestrado da

historiadora Silvia Correa Marques, “História e Memória do Jaó: um bairro rural de negros” (MARQUES, 2001). Neste trabalho são resgatados elementos históricos da população negra do bairro do Jaó, inclusive o passado escravo de seus ancestrais, na Fazenda Pilão d’Água um marco histórico-arquitetônico e arqueológico local ainda em pé e até o momento não estudado do ponto de vista arqueológico.

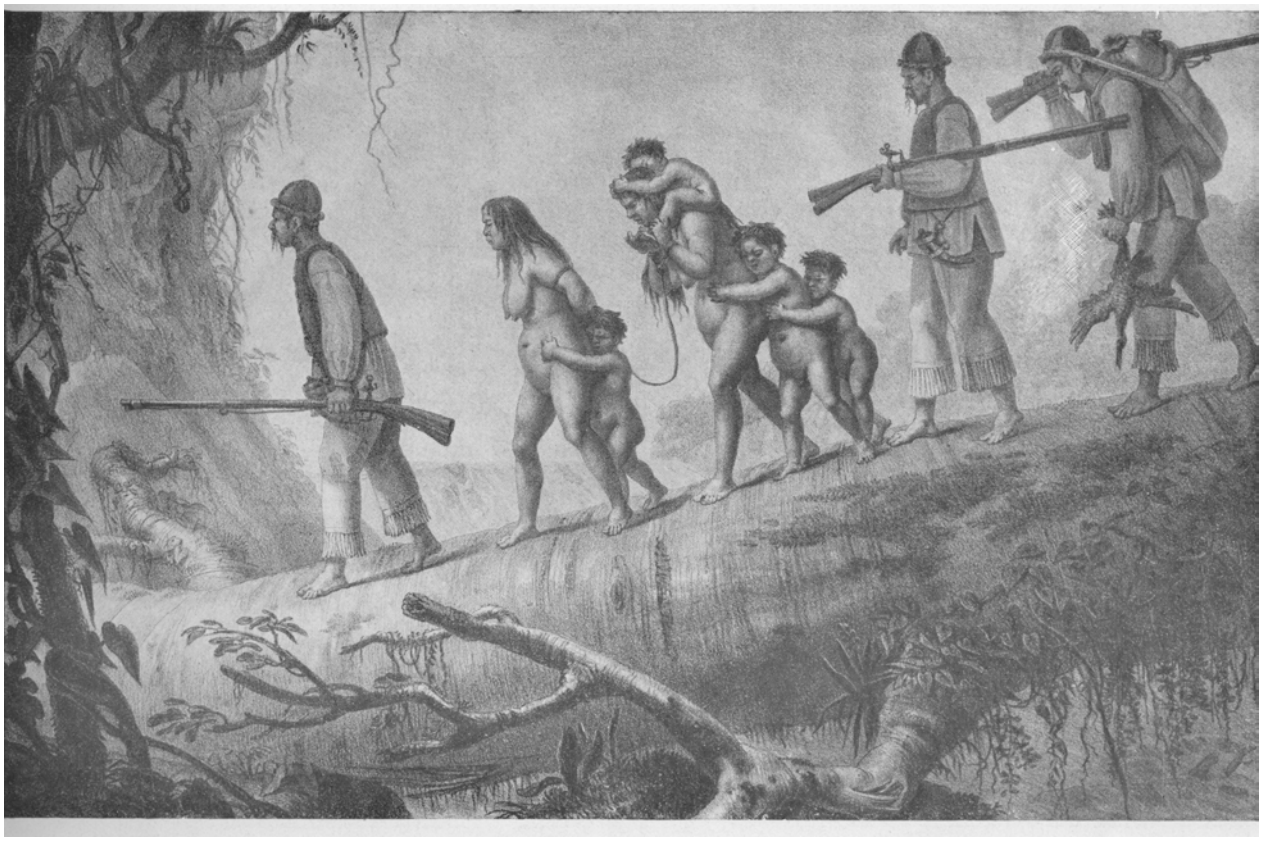


Figura 6 - Índios soldados escoltando selvagens; segundo Debret (1965, prancha 20)

.

5- OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

Quando se aborda o tema “política pública” voltada para o patrimônio arqueológico com enfoque regional, tende-se a policiar a fronteira da arqueologia, uma vez que os objetivos propostos a seguir ainda são, em parte, incomuns a este meio acadêmico no Brasil.

Hodder (1999) faz considerações sobre a existência da diversidade do objetivo da arqueologia, no mundo, atualmente:

> The aims and methods of archaeology have now diversified within the discipline and been challenged from without. Internal diversifications are linked to the expansion and specialization of the discipline. The term ‘archaeology’ now provides a broad umbrella for an enormous variety of actives, goals and interests. (HODDER, 1999: p.9)

Apesar da diversidade dos objetivos e métodos muitos arqueólogos, com certeza, pensam no foco principal da arqueologia como sendo a recuperação de informações a respeito do passado, especialmente quando a sobrevivência da informação está sendo ameaçada por algum empreendimento, saque, erosão, omissão ou desinformação. Dessa forma, por que não o próprio arqueólogo propor políticas públicas ou linhas de ação para a mitigação de impactos no patrimônio arqueológico?

Acreditamos ser o arqueólogo brasileiro o maior interessado em proteger o patrimônio arqueológico nacional.

Portanto, este trabalho tem como objetivo:

Identificar, localizar e registrar os sítios arqueológicos pré-coloniais e frentes de expansão da sociedade nacional e demais bens patrimoniais conjugados a eles considerados de alta relevância.

Identificar e registrar os fatores de risco que afetam todos os sítios arqueológicos abordados neste trabalho e conseqüente proposição de medidas para a mitigação desses fatores.

Propor políticas públicas e linhas de ação para a gestão dos sítios arqueológicos locais e seus ambientes.

Construir cronologicamente o cenário[15] de ocupação humana no município, uma primeira aproximação.

Mais de 15 pesquisadores diferentes, entre viajantes estrangeiros, arqueólogos e historiadores levantaram dados e informações sobre Itapeva e região para suas pesquisas. Até agora existem 2.500 páginas escritas sobre sítios cerâmicos e líticos e seus artefatos, cemitérios indígenas, pinturas rupestres, ruínas de diversas frentes de expansão da sociedade nacional como fazendas antigas, locais de invernagem de gado, edifícios e igrejas do século XVIII, XIX e XX entre outros trabalhos. (Tabela 3)

Boa parte desses trabalhos não foi estudada com profundidade, outra parte nem sequer foi mapeada e aguarda a mingua estudo, proteção e o reconhecimento de sua importância perante a sociedade brasileira.

Ano de publicação e autor	**Título do trabalho**	**Cunho do trabalho**	**Número de páginas**
Tenório A. Araripe, 1887	Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brazil.	Arqueológico	5
Monteiro, Douglas Teixeira, 1956.	Documentos interessantes para Itapeva.	Histórico	26
José A. Pereira Jr.,1964.	Notícia Sobre um achado arqueológico ocorrido em Itapeva.	Arqueológico	3
Jean Baptiste Debret, 1965.	Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.	Histórico e Artístico	3
Luciana Pallestrini, 1969.	Sítio arqueológico Fonseca.	Arqueológico	104
Desidério Aytai, 1970.	As gravações rupestres de Itapeva.	Arqueológico	33
Desidério Aytai, 1972.	As gravações rupestres de Itapeva.	Arqueológico	3
August de Saint-Hilaire, 1972.	Viagem à província de São Paulo e resumo das Viagens ao Brasil, Província de Cisplatina e Missões do Paraguai.	Histórico e Geográfico	16
Machado, Henrique Augusto, 1977.	Itapeva	Histórico	52

[15] Cenário é a coordenação entre cenas arqueológicas, considerando suas relações espaciais, sócio-econômicas e culturais cronologicamente inseridas. Cena é o local-tipo onde se detectam fatos arqueológicos ou de interesse para a arqueologia. Os registros arqueológicos tomados individualmente constituem “cenas arqueológicas”. Relatório Final do Salvamento Arqueológico da Linha de Transmissão Itaberá/Tijuco Preto (MORAIS, 2002).

André Prous, 1979.	Premiére information sur les maisons souterraines de l'État de São Paulo.	Arqueológico	24
Margarido, Oswaldo Prado, 1987.	A Revolução Constitucionalista.	Histórico	86
Euflávio Barbosa, 1988.	Curiosa História de Itapeva. Documento disponível no Centro Cultural “Cícero Marques” em Itapeva.	Histórico	630
Oliveira, Leonor Ribeiro, 1981.	Lar Vicentino 1926-1991. Histórico dos 65 anos.	Histórico	34
Oliveira, Leonor Ribeiro, 1985.	Síntese histórica da E.E.P.G. Coronel Acácio Piedade.	Histórico	45
Astolfo Gomes de Mello Araújo, 1995.	Levantamento arqueológico da área alto Taquari, Estado de São Paulo, com ênfase na abordagem dos sítios líticos.	Arqueológico	115
Letícia S. Barros, 1996.	Trabalho Final de Graduação. Universidade de Taubaté.	Histórico e Arquitetônico	79
Corrêa, Dora Shellard	Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)	Histórico e econômico	349
Paulo Dantas De Blasis, 2000.	Resgate arqueológico no traçado do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) no Estado de São Paulo: Trechos IX e X (de Paulínia à Fronteira com o Paraná) – Relatório Final.	Arqueológico	100
Astolfo Gomes de M. Araújo, 2001.	Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso do Alto Paranapanema, Estado de São Paulo.	Arqueológico	335
Silvia C. Marques, 2001	História e memória do Jaó, um bairro rural de negros.	Histórico	156
Morais, José Luiz, 2002.	Salvamento Arqueológico da Linha de Transmissão Itaberá/Tijuco Preto - Relatório Final. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo	Arqueológico	218
Luciane Miwa. Kamase, 2004.	Casas subterrâneas e feições doliniformes: um estudo de caso na bacia do alto Taquari (SP).	Arqueológico	96
Total de páginas escritas sobre Itapeva e municípios vizinhos referentes à arqueologia e história.			**2.512**

Tabela 3 – Relação dos trabalhos de cunho arqueológico e histórico sobre Itapeva e região com respectivo número de páginas escritas.

Diante do quadro exposto: considerável produção científica e pouco conhecimento disponível para usufruto da comunidade, e ainda, ausência de

referências arqueológicas no quadro interpretativo que possam explicar as “razões” da Nação brasileira (BRUNO, 1994, p. 9), é preciso interagir com os diversos segmentos da sociedade sobre a importância do seu rico patrimônio arqueológico e seus ambientes, propondo e estimulando saídas concretas para o problema da degradação, antes que sejam destruídos, mutilados de forma irreparável ou perdidos no tempo.

Portanto, o que justifica esta pesquisa é a ausência de uma política pública municipal que se articule com a sociedade, trazendo efetivamente a proteção, preservação e socialização do patrimônio arqueológico local.

6- PLATAFORMA CONCEITUAL E METODOLÓGICA.

O presente trabalho se enquadra no âmbito do Plano Diretor de Pesquisa do ProjPar, que tem como missão:

> Criar condições favoráveis para o estudo e proteção e a divulgação do patrimônio arqueológico, do patrimônio arquitetônico e urbanístico e do patrimônio ambiental e paisagístico enquanto bens de uso especial, colaborando para o desenvolvimento social das comunidades da bacia do rio Paranapanema pelo incentivo a participação coletiva. (MORAIS, 2000, p. 6)

6.1- Glossário

Para o entendimento deste trabalho torna-se imprescindível recorrer a alguns termos utilizados para as pesquisas na bacia do rio Paranapanema, que emergiram da práxis arqueológica regional no ProjPar no decorrer de mais de 30 anos.

Patrimônio arqueológico: conjunto de expressões materiais da cultura referentes às sociedades indígenas e pré-coloniais e aos diversos segmentos da sociedade nacional (inclusive as situações de contato inter-étnico), potencialmente incorporáveis à memória local, regional e nacional compondo parte da herança cultural legada pelas gerações do passado às gerações futuras.

Patrimônio arqueológico histórico-arquitetônico: segmento que compreende as estruturas construídas e respectivos contextos referentes à sociedade nacional, dotadas de significado histórico local ou regional, compondo parte da herança cultural legada pelas gerações do passado às gerações do futuro.

Patrimônio paisagístico: paisagens notáveis reconhecidas ou não por diplomas legais, de significância para as comunidades regionais. Inclui qualquer tipo de unidade de conservação estabelecida pela legislação competente.

Registro arqueológico: referência genérica aos objetos, artefato, estruturas e construções produzidas pelas sociedades do passado, inseridas em determinado contexto.

Matriz arqueológica: é o ambiente sedimentar que contém as evidências arqueológicas.

Sítio arqueológico: corresponde a menor unidade do espaço passível de investigação, dotada de objetos intencionalmente produzidos ou rearranjados, que

testemunham comportamentos da sociedade do passado. Um sítio só pode ser definido como tal após sua análise enquanto registro arqueológico.Sítio de referência é aquele que por suas características topomorfológicas e estratigráficas serve de apoio para as interpretações regionais e respectivas inserções.

Ocorrência arqueológica: objeto único ou quantidade ínfima de objetos aparentemente isolados ou desconexados encontrados em determinado local (uma ponta de flecha, um fragmento de cerâmica, um pequeno trecho de alicerce etc) A ocorrência arqueológica poderá ganhar o estatuto de sítio a partir da posterior detectação de evidências adicionais que permitam essa nova classificação.

Geoindicadores: elemento do meio físico-biótico dotado de alguma expressão locacional para sistemas regionais de povoamento, marcando locais de assentamentos antigos. No Paranapanema são considerados parâmetros de um modelo preditivo construído a partir de um “modelo empírico” que emergiu da práxis arqueológica regional. Assim, os geoindicadores sustentam um eficiente modelo locacional de caráter preditivo, muito útil no reconhecimento de área de levantamento arqueológico. Exemplos: cascalheira de litologia diversificadas, diques de arenito silicificado, pavimentos detríticos (matérias primas de boa fratura conchoidal para lascamento), barreiros (afloramentos de barro bom para cerâmica), compartimentos topomorfológicos adequados para determinado tipo de assentamento, trechos evidentes de manejo agroflorestal, etc.

Sistema UTM: é a base do sistema de siglagem do ProjPar. Trata-se de um sistema de coordenadas planas baseado na projeção Universal Transversa de Mercátor.

Geotecnologias: grupo de tecnologias referentes à informação geograficamente referenciada. Trata-se, dentre outros, do sistema de posicionamento global, do geoprocessamento, da fotogrametria, do sensoriamento aéreo ou orbital da topologia e da geodésia. Não se admite o encaminhamento da investigação arqueológica sem o uso das geotecnologias disponíveis, especialmente o sistema de posicionamento global.

Georreferenciamento: é o ato de estabelecer a ligação entre a informação literal (banco de dados ou bitmap) e a sua posição específica no globo terrestre por meio de suas coordenadas.

Sistema regional de povoamento: a coordenação entre sítios ou conjuntos de sítios pautados por relações sociais, econômicas e culturais (considerando sua

contemporaneidade, similaridade, ou complentaridade) define um sistema regional de povoamento.

Sistemas regionais de caçadores-coletores do Paranapanema: formado por comunidades nômades pré-históricas originárias do sul, migrantes pelas calhas dos afluentes da margem esquerda do Paranapanema. Vistos em conjunto compõem um macro sistema regional de caçadores-coletores. Até o presente estágio das investigações, as primeiras hordas datam, aproximadamente, do ano 6.000 a.C. No registro arqueológico compõem evidências possivelmente vinculadas àquilo que tem sido definido como “tradições” de caçadores coletores Umbu e Humaitá pelos arqueólogos do Rio Grande do Sul.

Sistemas regionais de agricultores do Paranapanema: formados por comunidades sedentárias originárias do sudoeste e do sul, migrantes pelas calhas do Paranapanema e de seus afluentes da margem esquerda, capazes do manejo agroflorestal. Numa visão de conjunto, compõem um macro-sistema regional. A grande invasão teve início por volta do início da Era Cristã, marcada no registro arqueológico pelos remanescentes das aldeias do sistema regional Guarani. Na bacia Superior, a implantação se fez em colinas permeadas por pequenos canais de drenagem. Na bacia média, este padrão continua ampliado por uma rede de acampamentos e oficinas de lascamento junto às calhas hidrográficas de grande porte. Na bacia inferior, continua a ocupação dos relevos colinares somada a edificação de aldeias nos grandes terraços marginais do Paranapanema. No caso dos sistemas regionais de agricultores, a faixa de tensão fronteiriça fica no quadrante sudeste, nos limites das bacias do Ribeira e do Tietê médio-superior. Aí se deparam os sistemas Tupinambá, Guarani e Kaingang.

Ciclos regionais: na perspectiva dos sistemas regionais de povoamento são acolhidos os ciclos regionais de desenvolvimento econômico consolidados no âmbito da História Social e Econômica. Quando for o caso, particularidades locais poderão ser consideradas na definição de ciclos micro-regionais. Por exemplo, o pequeno ciclo canavieiro que deu origem a cidade de Piraju, na bacia do Paranapanema médio.

Sistema local: o conjunto de registros coordenados pela presença de um ou mais geoindicadores arqueológicos constitui um sistema local. É comum, por exemplo, a existência de sítios e ocorrências arqueológicas de caçadores-coletores e agricultores pré-coloniais articulados pela conjunção de alguns geoindicadores,

tais como diques de arenito silicificado intratrapiano, cascalheiras, (ambos utilizados como fonte de matéria-prima para as indústrias líticas), e corredeiras do leito dos rios que compõem uma seqüência de saltos, cachoeiras e corredeiras, ambiente propício à apanha sazonal de peixes migratórios.

Unidade Geográfica de Gestão Patrimonial – UGGP: território de cada município para os quais são definidas as políticas públicas locais de patrimônio cultural e ambiental, inclusive o patrimônio arqueológico.

Unidade Geográfica de Manejo Patrimonial – UGMP: corresponde à fração de terreno onde são executados os procedimentos de reconhecimento de área, levantamento, prospecção e escavação arqueológica. Abrange diferentes escalas, podendo ser uma micro-bacia hidrográfica, um módulo arqueológico, segmentos de um espaço definido como área diretamente afetada por empreendimento potencialmente lesivo ao meio ambiente etc.

Módulo arqueológico: porção do terreno balizada por coordenadas planas de referência (UTM) que encerra um sistema local ou um conjunto de geoindicadores arqueológicos.

Padrão de assentamento: é a distribuição dos registros arqueológicos em determinada área geográfica, refletindo as relações das comunidades do passado com o meio ambiente e as relações entre elas no seu contexto ambiental. Estratégias de subsistência, estruturas políticas e sociais e densidade da população foram alguns dos fatores que influenciaram a distribuição do povoamento desenhando padrões de assentamento.

Núcleo de solo antropogênico: é um tipo de assinatura dos povos pré-coloniais, corrente nos sítios de agricultores, é um corpo sedimentar remanescente de antigos solos de habitação e seu cinturão envoltório, depósitos de lixo, áreas de cocção de alimentos etc. (MORAIS, 2000, p.7-11)

Os registros arqueológicos aqui apresentados são siglados de acordo com sistema alfanumérico formado por um segmento alfabético — sigla do município — e por um segmento numérico formado pelos dígitos de identificação do fuso e seis dígitos extraídos das coordenadas UTM leste e norte. Exemplo: os remanescentes arqueológicos dos dispositivos de processamento de cana-de-açúcar do Engenho do Salto [segunda metade do século 19], localizado no Município de Piraju, SP, no fuso **22**, com coordenadas UTM E = 6**65.6**47m e N = 7.4**38.3**85m, [registro histórico-arqueológico], tem a sigla PRJ 22.656.383. Este sistema de siglagem foi criado por

José Luiz de Morais, com base no princípio de localização de alvos em cartas topográficas georreferenciadas no sistema UTM. (MORAIS, 2005, p.31).

Outros termos que serão constantemente utilizados neste trabalho referentes à gestão do patrimônio arqueológico são aqueles utilizados para estabelecer diretrizes, critérios e recomendações sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis e outras categorias, ditadas na instrução normativa nº 1 de 25 de novembro de 2003 do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

> Acautelamento: forma de proteção que incide sobre o bem cultural, regida por norma legal específica - Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que cria o instituto do tombamento ou, no caso dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos, pela Lei 3.924, de 26 de julho de 1961.
> Preservação: conjunto de ações que visam garantir a permanência dos bens culturais.
> Conservação: intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem, com o intuito de conter a sua deterioração.
> Manutenção: operação contínua de promoção das medidas necessárias ao funcionamento e permanência dos efeitos da conservação.
> Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo. (IPHAN, 2003)

Para efeito deste trabalho, entendemos que, local de interesse arqueológico é: toda área onde o uso e ocupação do solo está direta e indiretamente articulados ao patrimônio arqueológico *in situ*, de acordo com o interesse, necessidade ou possibilidades do estudo e preservação. Enquanto que, conjunção patrimonial pode ser entendida como a conjunção de dois ou mais atributos/qualidades que determinado sítio arqueológico, ou local de interesse arqueológico possa ter, ou seja: o patrimônio arqueológico, em muitos casos, não está a sós; encontra-se inserido em áreas que portam atributos diversos como ambientes naturais com beleza cênica, qualidades ambientais, geológicas, geomorfológicas e históricas. Por exemplo, patrimônio arqueológico histórico-arquitetônico, patrimônio arqueológico e paisagístico, patrimônio arqueológico e ambiental ou uma série de outras combinações que devem ser ponderadas no tocante a linhas de pesquisa e gestão.

O termo degradação, utilizado neste trabalho, deve ser entendido como rebaixamento ou destruição da superfície de um terreno por processos erosivos. (GUERRA & GUERRA, 2003; SUGUIO, 1998)

6.2- Procedimentos

Dentre os procedimentos dos quais este trabalho pretende valer-se estão:

- Levantamentos bibliográficos, iconográficos e legislativos.
- Elaboração de um inventário dos trabalhos arqueológicos e históricos pertencentes a Unidade Geográfica de Gestão Patrimonial – UGGP.
- Levantamento cartográfico com inserção a geotecnologias[16].
- Trabalho de campo com a identificação e registro dos sítios arqueológicos e seus ambientes, apontando os fatores de risco aos quais estão sujeitos, através de ficha institucional do ProjPar.
- Registro através de imagem digital (fotografia).
- Produção de texto analítico e de proposições de ações para a gestão pública dos sítios arqueológicos e seus ambientes, indicando o potencial de uso do patrimônio arqueológico no desenvolvimento sócio-cultural e econômico do município de Itapeva.

Este trabalho foi elaborado com o intuito de não fazer intervenções de qualquer natureza nos sítios arqueológicos, portanto não foram realizados poços-teste ou escavações, apenas coletas comprobatórias. A exceção foi: quando a cultura material estava sob risco de se perder por erosão.

Para tanto, as relações entre a arqueologia, geografia, geomorfologia e geologia, definidas como “fator geo” (MORAIS, 1999, p.3), integrado as geotecnologias, tais como o uso do sistema de posicionamento global **(GPS**), o sistema de informações geográficas **(SIG)** e softwares do **CAD** (computer aided desingn) são utilizados.

6.3- Gestão Patrimonial

Considerando a fundamental importância para todas as sociedades em identificar suas origens culturais e sociais, o patrimônio arqueológico se torna testemunho básico de referência sobre o que fomos e como chegamos até aqui.

[16] Para cadastramento dos sítios arqueológicos foi utilizado o receptor o GPS - Garmin 12, formato UTM, South American 69.

Partindo desta premissa o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS - descreve na “Carta Para a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico”, artigo 2º, que cada país deve ter sua política de “Conservação Integrada”.

> Artigo 2º - O patrimônio arqueológico é um recurso cultural frágil e não renovável. Os planos de ocupação do solo decorrente de projetos desenvolvimentistas devem, em conseqüência, ser regulamentados, a fim de minimizar, o mais possível, a destruição desse patrimônio. As políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser sistematicamente integradas àquelas relacionadas ao uso e ocupação do solo, bem como às relacionadas à cultura, ao meio ambiente e à educação. As políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser regularmente atualizadas. Essas políticas devem prever a criação de reservas arqueológicas. As políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser consideradas pelos planificadores nos níveis nacional, regional e local. A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas as vezes que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante de "conservação integrada”. (ICOMOS/ICAHM, 1990)

No município de Itapeva, a política de preservação do patrimônio arqueológico integrada, ou seja, uma gestão articulada entre as esferas do poder público não é uma realidade, pois não estão definidos quais são ou onde estão os sítios e locais de interesse arqueológico. Então, como preservar, conservar, restaurar, fazer manutenção ou proteger se não sabemos exatamente o que temos?

A formação de leis pelo poder público municipal que tracem diretrizes para a gestão patrimonial é uma saída viável para o problema da destruição do patrimônio arqueológico local. É inquestionável que para isso seja preciso vontade política e muito incentivo a participação popular.

Entende-se como gestão patrimonial de bens arqueológicos, toda medida administrativa pública ou privada que, através dos diplomas legais, federais, estaduais e municipais desencadeie ações que direta ou indiretamente tenham reflexos no conjunto de expressões materiais da cultura pré-histórica ou dos diversos segmentos da sociedade nacional.

Entre as atividades de gestão que podem ser desencadeadas em âmbito municipal estão: zoneamento urbano, criação de leis e diretrizes para proteção do

patrimônio arqueológico, histórico arquitetônico, criação ou reformulação do conselho e fundo municipal da cultura e incentivo a outros sistemas de participação popular, elaboração e implementação do plano diretor que, por sua vez, irá definir diversas linhas de ação, entre elas: compilação de dados e informações, inventário patrimonial, estudo e pesquisa com ênfase na avaliação diagnóstica de sítios ou locais de interesse arqueológico, criação de mecanismos municipais para a captação de recursos, implementação de ações para proteção, preservação, manutenção, restauração, comunicação à população, ou ainda, treinamento, capacitação e especialização de pessoal, projetos museológicos e, principalmente educação patrimonial.

No Brasil, muitos municípios não têm plano diretor para desenvolvimento de linhas de ação para seus bens patrimoniais, poucos têm experiências avançadas no gerenciamento do patrimônio arqueológico e seus ambientes.

Entre eles estão: São Raimundo Nonato-PI, Piraju-SP, Joinville-SC. Nesses casos chegam a ser a base da vocação turística do município (MORAIS, 2001), seja através de visitas a museus, com a exposição de artefatos, ou visitação a ambientes naturais ou pouco antropizados os quais portam sítios arqueológicos pré-históricos e históricos, conjuntos arquitetônicos urbanos e rurais de características singulares.

A gestão do patrimônio arqueológico voltado ao aproveitamento turístico tem potencial econômico pouco desenvolvido no Brasil.

> Não se trata apenas de ação econômica na acepção estreita e tradicional do termo, pois o que falta é, justamente uma política cultural que envolva a população, que faça com que os bens arqueológicos adquiram sentido para as comunidades locais e isso só poderá ocorrer com a ativa participação do arqueólogo. (FUNARI, 2003, p.116)

O patrimônio arqueológico, tal como recurso finito, se torna por imediato, recurso gerador de bem-estar, desde que reconhecidos por suas comunidades e bem manejados.

Considerando a idéia que um determinado sítio pré-histórico esteja descontextualizado totalmente, ou seja, ausente de passado, de informações originais e objetivas, enfim, sem significado para a comunidade, como é o caso dos sítios pré-históricos em Itapeva, esse patrimônio não terá futuro, estará fardado à

morte. Portanto, é preciso divulgar informações através de projetos educacionais, informativos e mídia.

> Não se preserva senão o que é importante para nós, o que nos diz algo e, por isso, é importante difundir muito mais o conhecimento sobre o passado pré-histórico e, ao mesmo tempo, envolver a população brasileira nesse processo de apropriação de seu patrimônio. (FUNARI, NOELLI, 2001, p. 106)

Para, Schmitz (1989):

> Um patrimônio não administrado, além de não render frutos para seu detentor, tem uma possibilidade imensa de se perder. Em qualquer administração, o primeiro passo é o levantamento dos bens e seu cadastro, com a identificação de cada unidade, sua delimitação, descrição e avaliação. (SCHMITZ,1989, p.13)

No que diz respeito à consolidação de um inventário dos bens patrimoniais, o município de Itapeva pode ser considerado privilegiado, pois o levantamento dos bens arqueológicos pré-históricos foi realizado durante mais de 35 anos de pesquisas regionais. Falta realizar um inventário arqueológico histórico-arquitetônico minucioso.

O reconhecimento da importância de um sítio arqueológico para uma comunidade está diretamente ligado ao estudo realizado, levantamento de dados e informações e da disponibilização destes de forma clara à comunidade, potencializando significados sociais histórico-culturais e afetivos que devem ser revertidos em benefício de todos.

Morley aponta para a educação da sociedade como sendo a resposta para preservar os sítios arqueológicos brasileiros (MORLEY, 1999, p. 374).

Para (SCATAMACCHIA, CERAVOLO, DEMARTINI, 1992, p. 115-121)[17], somente através do conhecimento do significado dos sítios arqueológicos pela população local, estes poderão ser encarados como um bem comum.

[17] No início da década de 1990, as pesquisadoras da Universidade de São Paulo Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, Suely Ceravolo e Célia Maria Cristina Demartini desenvolveram, dentro do Projeto de Preservação do Patrimônio Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira, trabalhos de comunicação em arqueologia referentes à proteção patrimonial com vistas à utilização social do sítio a céu aberto “Caverna do Ódio” no município de Iguape-SP. A equipe disponibilizou a comunidade local informações através de montagem de cenários, elaboração de painéis, exposição da estratigrafia para demonstrar os aspectos de vida do homem pré-histórico, evidenciando as várias ocupações do sítio.

> Acreditamos que somente a socialização das evidências arqueológicas feitas através de projetos museológicos visando o aproveitamento didático e turístico poderá salvar da destruição os registros das antigas ocupações humanas. (SCATAMACCHIA, CERAVOLO, DEMARTINI, 1992, p.115-121)

O uso social de um bem patrimonial pode ser efetivado através da promoção, desenvolvimento e implantação de projetos de educação patrimonial.

> A educação patrimonial é um instrumento de "alfabetização cultural" que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e a valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p. 6)

De acordo com Soares[18] é possível manter, salvaguardar e valorizar formas obsoletas ou em desuso que registrem o passado enquanto lugar da memória através da educação patrimonial, estimulando o convívio das diferenças.

> Com o resgate da memória e valorização do passado e do fazer humano, pretendemos constar novas possibilidades de identidade regional, cidadania e consciência das pessoas em relação ao patrimônio local. Longe de negar ou evitar a globalização, pretendemos através da Educação Patrimonial, estimular a convivência da pluralidade, da diversidade e do convívio das diferenças. (SOARES, 2002, p.5)

Para Bruno (1994) a questão da difusão do conhecimento sobre a arqueologia através de comunicações museológicas, no Brasil, é urgente, e deve comportar os seguintes níveis:

> A participação dos arqueólogos**:** é fundamental que antes de mais nada, os arqueólogos se preocupem com a divulgação. Para tanto, é importante a elaboração de trabalhos de sínteses, de avaliações regionais e interpretações dos dados que tem sido coletados nas pesquisas. A contextualização de vestígios e a troca de informações entre as diversas equipes passam a representar papel crucial neste processo de organização do conhecimento produzido sobre a história.
> Ensino: deve representar o próximo ponto de difusão do conhecimento sobre as conquistas oriundas desse campo, pois ele é responsável não só pela formação do especialista, mas, acima de tudo, pela educação da sociedade e formação da opinião pública. O

[18] Texto publicado no informativo do Grupo de Estudos Ambientais - Cílios da Terra e distribuído nas escolas públicas de do município de Itapeva no ano de 2002. Tiragem única 1.000 exemplares.

> ensino deve ser extensivo para os três graus de ensino e o conteúdo das ementas dos diferentes graus deve distinguir perfeitamente a arqueologia da pré-história, mas, sobretudo relacionar esses conteúdos com as outras áreas de conhecimento que fazem parte da formação educacional.
> Publicação científica ao nível de divulgação: deve ser considerada como outro importante meio, devido à possibilidade de atingir o público em uma grande extensão geográfica. Para tanto, é fundamental que seja sistemática e utilize terminologia adequada para o leitor não iniciado.
> Comunicação museológica: a transmissão da pré-história através do museu é primordial, pois além da força da linguagem do objeto, deve-se levar em consideração que a pesquisa arqueológica é responsável, entre tantos outros aspectos, pelo resgate da cultura material e conseqüentemente, pela formação de coleções que devem sempre estar à disposição de todas as camadas da sociedade. (BRUNO, 1994, p. 10)

Tixier (TIXIER, 1978. p. 99:100)[19] faz considerações importantes sobre o trabalho científico, e que este,

> [...] não pode ser o fato de um círculo de iniciados, de uma "elite" sob pena de ver desaparecer toda a técnica científica: se a pesquisa da verdade não pode ser conduzida por todos, o conhecimento deve ser divulgado a todos, pois ele pertence a todos e a razão de ser de nossa profissão passa pela comunicação, pela transmissão ao maior público possível. Nenhum especialista deve sentir-se a serviço apenas de outros especialistas. Os trabalhos entre pesquisadores de uma especialidade têm por objetivo o progresso dos conhecimentos científicos; o objetivo final destes trabalhos deve ser, também, estender nossas aquisições à informação geral. [...] O diálogo com não especialista não é em nenhum caso estéril, pois ele é um estimulante, ele impede a esclerose por isolamento categorial [...] A confrontação obriga a analisar-se a si mesmo, a continuamente reestruturar o próprio pensamento, nem que seja pela tomada de consciência da diferença que existe entre um ato cumprido só ou em público [...] (TIXIER, 1978 p. 99-100)

Bastos (2002), diz ser necessário, para o país, à parceria entre o poder público, sociedade e comunidade científica na preservação do patrimônio arqueológico.

> A comunidade arqueológica urge o enfrentamento das antigas formas de ver e fazer arqueologia, numa ação que grita por justiça, conhecimento, cidadania e emancipação. Esta mudança de postura, tão necessária, acena para as parcerias entre o poder público, sociedade e comunidade científica, sem a qual todo esforço corre o risco de se tornar apenas mais uma frustração, entre tantas com as quais já convivemos. (BASTOS, 2002, p. 143)

[19]Traduzido por Solange Bezerra Caldarelli (CALDARELLI; BRUNO, 1982). Arqueologia e Museologia: Experiências de um trabalho integrado. Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo. Revista de Pré-História, vol III, nº 4, 1982.

7 - POLÍTICAS PÚBLICAS

A condição sócio-cultural atual da nação está ligada às heranças dos vários grupos de pessoas que contribuíram através da língua, costumes, desbravamento e ocupação do território, arquitetura, formação étnica para a constituição da identidade nacional.

Preservar o patrimônio cultural brasileiro, especificamente o arqueológico, não significa apenas preservar isoladamente a herança material dos povos formadores da nação, e sim todo um contexto ambiental, temporal, espacial e humano. Essa herança material deve ser protegida pelo poder público em parceria com a sociedade. Porém, é notável que entre a "Carta Magma" e sua prática ainda está por acontecer no município de Itapeva.

Sendo assim, para haver uma melhor contextualização no prosseguimento deste trabalho, elencamos algumas informações necessárias a respeito dos vários diplomas legais voltados para o tema em estudo.

A primeira norma legal referente à proteção do patrimônio arqueológico brasileiro foi o Decreto-Lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937, conhecido como a "Lei do Tombamento" na qual a União organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional através dos quatro Livros de Tombo, sendo o primeiro referente ao Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

São Pedro e Perez (1997) indicam a origem do termo tombamento:

> Tombo, tombar e tombamento são palavras que têm seu significado bem preciso; procedem de túmulo. O conteúdo da palavra em seu campo semântico relaciona-se com o inventário, registro, arrolamento. A palavra foi usada por Dom Fernando em 1375, nominando o Arquivo Nacional de Portugal, que se localizava em uma das torres que amuralhavam a cidade de Lisboa, sendo conhecida até hoje pelo nome de Torre do Tombo. (SÃO PEDRO & PEREZ, 1997, p. 58)

Na internet, o site do DPH - Departamento do Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo cita tombamento como

> [...] um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens de valores históricos, culturais, arquitetônicos, ambientais e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados [...] (DPH, 2003).

O valor cultural de um bem preexiste ao seu ato de tombamento, pois, se não o tivesse, não caberia tal ato (MARECHESAN, 2000, p.114).

Nos anos que seguem o Decreto-Lei nº. 25, o tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios era realizado através de ofício, por ordem do diretor do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com posterior notificação a entidade que pertencer o bem tombado, a fim de produzir os necessários efeitos. Vale ressaltar que o SPHAN já havia sido criado, em janeiro do mesmo ano, pela Lei nº 378, por indicação do então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Esta lei dava nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, posteriormente, decretos e leis alteram nomenclatura e estrutura deste órgão até que se adotou o nome IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inicialmente através da medida Provisória nº. 610 de 8 de setembro de 1994[20]. Finalmente através da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998 se consolidou a sigla IPHAN.

Surge do Decreto-Lei nº. 25, do que é constituído o patrimônio histórico e artístico nacional.

> Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (DECRETO-LEI, Nº 25)

Enquanto o Decreto-Lei nº. 25 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico através do tombamento o Decreto-Lei nº. 2.848 de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro, artigo nº. 165 explica a tutela da União sobre as reminiscências do passado e determina pena severa aos infratores que destruírem os bens tombados.

---

[20] Pardi (1994) cita haver descentralização das ações e atividades da área arqueológica, no final da década de 1980 e início da de 1990, pelo órgão, porém nenhum registro oficial local foi encontrado na Prefeitura Municipal de Itapeva – Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura de Itapeva indicando presença de técnicos deste órgão no município nesse período.

> Artigo 165 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa. (DECRETO-LEI, 2.848)

Mas foi através da Lei n°3.924, de 26 de junho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, independentes de serem tombados ou não, recebem proteção perante o Governo Federal e passam a valer os bens enumerados.

> Artigo 1° - Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existente no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o artigo 175 da Constituição Federal (1946).
> Parágrafo único - A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nela incorporados na forma do art. 152 da mesma Constituição. (LEI, 3.924)

Porém, somente a Constituição Federal de 1988 vem a instrumentalizar definitivamente o cidadão brasileiro em relação aos seus direitos individuais e coletivos no tocante ao patrimônio histórico e cultural.

> Artigo 5° **-** Todos são iguais Perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...] LXXIII. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.[...] (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Em relação aos bens da União, entre os enumerados no artigo 20 estão:

As cavidades subterâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos (CONSTITUIÇÂO FEDERAL, 1988).Referente aos encargos constitucionais de proteção e dos bens patrimoniais, outrora sob resguardo somente da União, agora sob competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cabendo a estes concorrentemente as responsabilidades de acautelamento do patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico (CONSTITUIÇÂO FEDERAL, 1988, art. 23,), sendo a regulamentação através de legislação específica de encargo da União, dos Estados e do Distrito Federal

(CONSTITUIÇÂO FEDERAL, 1988, art. 24). Cabe ao Município a promoção da proteção local de acordo com a ação fiscalizadora e legisladora federal e estadual. (CONSTITUIÇÂO FEDERAL, 1988, art. 30)

Desde 1937, com o Decreto-Lei nº. 25, até a atual Constituição Federal vigente, houve a descentralização do poder e das responsabilidades por parte da União no tocante ao acautelamento do patrimônio nacional. Fica notável nos diplomas legais a transferência de tutela, afinal, o município, por estar mais próximo dos bens patrimoniais, possui maior alcance e meios concretos de efetivação da proteção de seu patrimônio.

O pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura, apoio e incentivo a valorização e a difusão das manifestações culturais é garantido a todos os cidadãos. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 215).

Entretanto, é no artigo 216 que se conceitualiza e são enumerados no que se constitui patrimônio cultural brasileiro, e ainda, aponta o Poder Público e comunidade como promotores de sua preservação, gestão e penas aos infratores que causarem dano ou colocarem em risco tal patrimônio.

> Artigo 216 **-** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I – as formas de expressão;
> II – os modos de criar, fazer e viver;
> III –as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV –as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V –os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
> § 1°. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
> § 2°. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
> § 3°.A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
> § 4°. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
> § 5°. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 216)

A Constituição do Estado de São Paulo, de 1989, assemelha-se com a Constituição Federal (1988), tanto na garantia ao pleno exercício dos direitos culturais, assim como do que se constitui o patrimônio cultural estadual. No entanto a Constituição Estadual (1989), no artigo 261, cria o CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico que tem como missão pesquisar, identificar, proteger e valorizar o patrimônio cultural paulista. Retroagindo no tempo e em âmbito local, o código de posturas do ano de 1926, criado pela Câmara Municipal de Faxina (LEI, 159) não faz referências a qualquer tipo de preservação a sítios arqueológicos ou históricos arquitetônicos, mesmo a palavra cultura é inexistente. Em seu artigo 140 faz menção aos edifícios em ruínas, e que estes devem ser demolidos por seus proprietários, caso isso não aconteça, a Prefeitura Municipal o fará.

Em relação à legislação municipal atual nenhum incentivo aos proprietários de sítios arqueológicos, edifícios históricos ou qualquer outro bem patrimonial foi encontrado. Mesmo a lei que disciplina o pagamento ou isenção de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano Lei nº. 2274, de 4 de março de 2005, não contempla a promoção de qualquer bem patrimonial. Porém, a Lei Orgânica Municipal de Itapeva (LOMI, 1990) garante a promoção do desenvolvimento cultural mediante a cooperação com a União e o Estado na proteção aos locais de interesse histórico e artístico, no Capítulo II, designado à Cultura.

> Artigo 157 - Cabe ao Município promover o desenvolvimento cultural da comunidade local, mediante;
> I - oferecimento de estímulos concretos ao cultivo das ciências, artes e letras;
> II - cooperação com a União e o Estado na proteção aos locais e objetivos de interesse histórico e artístico;
> III - incentivo à promoção e divulgação da história, dos valores humanos e das tradições locais.
> Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo obrigado a elaborar e implantar anualmente um Calendário Municipal de Atividades Culturais, que contemplará a necessidade de se estabelecer uma política que envolva as diferentes áreas das manifestações artísticas e que atenda a todos os segmentos da comunidade.
> Artigo 158 - O Município garantirá, apoiará e incentivará o pleno exercício dos direitos culturais e acesso a fontes de cultura, mediante:
> I- Liberdade de criar, produzir, praticar e divulgar valores e bens culturais;
> II- planejamento e gestão do conjunto das ações, garantia a participação de representantes da comunidade;

> III- compromisso de resguardar e defender a integridade, pluralidade, independência e autenticidade das culturas, em seu território;
> IV- cumprimento de políticas culturais que visem a participação de todos.
> Artigo 159 - A lei estimulará, através de mecanismos específicos, os empreendimentos privados que se voltem ao turismo do município, à pesquisa, produção, divulgação, preservação e restauração do patrimônio histórico e cultura do Município.
> PARÁGRAFO ÚNICO - O Poder Municipal, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio histórico e cultural por meio de vigilância, tombamento e desapropriação, bem como incentivará os proprietários de bens culturais tombados que atendam às recomendações de sua preservação. (LOMI, 1990 Art. 157)

Também é mencionado, na Lei Orgânica Municipal (1990), Capítulo XI, designado ao meio ambiente e ao patrimônio ecológico do município, a enumeração dos bens naturais.

> Artigo. 200 - Constituem patrimônio ecológico da cidade, insuscetíveis de outra destinação:
> I- a Mata do Carmo;
> II- Recanto Pilão d'Água;
> III- Cânion do Itanguá;
> IV- O Rio Taquari;
> V- matas ciliares;
> VI- outros bens que a lei indicar.
> §1.º No que se refere ao item IV, entende-se por "outra destinação", o lançamento de quaisquer tipos de agentes poluidores.
>
> §2.º Até 180 (cento e oitenta)dias após a publicação desta lei, o Poder Executivo providenciará a demarcação e a sinalização das áreas compreendidas pelos itens I, II, III e V. (L OMI, 1990 art. 200)

A Lei Orgânica do Município de Itapeva apresenta consonância com a Constituição Federal, porém apesar de toda legislação de preservação aos bens de valor histórico-cultural e ambiental da UGGP – Unidade Geográfica de Gestão Patrimonial, o que se observa na prática, até agora, é a inanição do poder público municipal tanto no que se refere à preservação, conservação, manutenção e restauração dos bens e locais de interesse arqueológico. Um exemplo do não cumprimento da Lei Orgânica do Município está no artigo 200, no §2º o poder público não realizou a demarcação e a sinalização da Mata do Carmo, Recanto Pilão d'Água e Canhão do Itanguá, mesmo ciente do patrimônio ambiental e da existência de sítios arqueológicos pré-históricos e arqueológicos histórico-arquitetônicos dentro dessas áreas e adjacências.

Para as pesquisadoras São Pedro e Perez (1997), além do envolvimento dos órgãos públicos na busca de uma política de conservação e preservação descentralizada,

> [...] instrumentos jurídicos mais severos e punitivos necessitam ser criados, ou alterados os já existentes. Sendo que, para isto, necessita-se de uma política de conscientização e sensibilização para a questão que envolva esta proteção. Mecanismos educacionais necessitam ser imediatamente criados, com o objetivo de levar ao ensino fundamental e médio o reconhecimento do patrimônio cultural nacional [...] (SÃO PEDRO E PEREZ, 1997, p. 69)

Na conscientização e sensibilização sobre a questão do patrimônio cultural como um todo, assim como, para consolidar a identidade de “ser brasileiro”, é necessário que estudantes do ensino básico tenham acessibilidade à memória. Dentre os mecanismos educacionais, estão os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN, 1999).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, 1999, p.305) área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, disciplina de História, é uma porta aberta para os profissionais da educação, sendo um importante instrumento de cidadania. Este preconiza o direito à memória.

> O direito à memória faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação de obras humanas. A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação da memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos lugares de memória construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e relembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido”. (PCNEM, 1999, p.305)

Também, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio + Orientações Complementares apontam para o estudo e aprofundamento de temas e subtemas como Cidadania: diferenças e desigualdades; Patrimônio da Humanidade: o passado e o futuro e Movimentos de preservação da memória (PCNEM+, 2002, p.84). Os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries de história e

geografia, além dos temas transversais, em especial os temas pluralidade cultural, meio ambiente e ética são importantes instrumentos no apoio e desenvolvimento da prática didática, planejamento, análise e seleção de materiais didáticos e seus recursos tecnológicos para desenvolver temas relacionados à arqueologia, pré-história, diversidade cultural, racismo entre outros.

8-INVENTARIANDO O PATRIMÔNIO DE ITAPEVA

A seguir são apresentados os sítios arqueológicos pré-históricos e históricos de relevância para o município de Itapeva. A indicação destes sítios foi elaborada observando três aspectos básicos: destaque científico; a indicação da legislação; o reconhecimento pela população local**.**

Em relação ao primeiro aspecto, são considerados sítios arqueológicos de destaque científico aqueles que reconhecidamente são referências em diversos artigos acadêmicos e sua cultura material é amplamente reconhecida, seja, pelo seu potencial em fornecer dados e informações, seja por sua contextualização dentro do panorama regional e brasileiro.

Segundo aspecto, a indicação da legislação em todas as esferas, considera os diversos diplomas legais. Legislação federal, estadual e principalmente a municipal. Mesmo que diretamente não exista a menção de palavras comuns à prática da arqueologia nas leis municipais, o pressuposto de conjunção patrimonial se torna válido.

Terceiro aspecto, o reconhecimento e a indicação pelos itapevenses sobre o que tem significado histórico, social, cultural ou mesmo afetivo.

Assim, por exemplo, o Abrigo Itapeva, reconhecido por pesquisadores desde o século XIX (ARARIPE, 1887; AYTAI 1970; PROUS, 1989; ARAÙJO, 1995; ARAÚJO, 2001), protegido pela Constituição Federal (1988) e que está inserido dentro do Canhão de Itanguá, patrimônio ecológico municipal através da Lei Orgânica do Município de Itapeva em seu artigo 200 (LOMI, 1990), sem dúvida nenhuma é considerado um sítio arqueológico de relevância para o município.

Outro exemplo é a Fazenda Pilão d'Água onde se localiza uma Casa Grande, em taipa, com mais de uma dezena de estruturas de pedras nas adjacências cuja a construção é atribuída aos escravos que nela trabalharam. Este marco do ciclo do tropeiro é indicado pela população quilombola do bairro do Jaó, um bairro rural constituído por maioria negra, descendentes de escravos a cerca 15km da cidade. Segundo memória coletiva da população em geral pertence aos períodos colonial e imperial.

Nas proximidades da sede da Fazenda, na década de 1970 foi construída uma represa para o abastecimento de água para a cidade e ao mesmo tempo

implantado um Centro Comunitário e Recreativo, onde centenas de pessoas passavam os finais de semana e feriados praticando esportes ou em atividades de lazer e cultura. Sendo assim, entre o patrimônio arqueológico histórico-arquitetônico “A Fazenda do Pilão d’Água e suas estruturas de pedras – pequenos muros e caneletas” e o ambiente da represa, unidos, formam uma conjunção arqueológica histórica-arquitetônica e ambiental. É inquestionável para os Itapevenses a existência de laços históricos, culturais e afetivos entre a população e o local.

Para o cadastramento dos sítios arqueológicos foi utilizada a Ficha de Cadastro institucional do ProjPar, similar à ficha utilizada por (ARAÚJO, 1995; ARAÚJO 2001; KAMASE, 2004) na bacia do alto Taquari de maneira a propiciar futuros preenchimentos na ficha para registro de sítios arqueológicos, editada nos termos da Portaria do IPHAN nº. 241, de 19 de novembro de 1998, que define o modelo oficial, em banco de dados Access para a inserção no CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.

Serão apresentados, a seguir, dados e informações em forma de textos sobre o patrimônio arqueológico local considerando sua relevância, seguindo os seguintes tópicos.

Siglagem, nome e localização através de coordenadas UTM do bem patrimonial, nome do sistema regional pertencente, no caso de sítio pré-histórico e ciclo econômico ou período histórico, se o mesmo for resultante da frente de expansão da sociedade nacional;

Breve descrição do patrimônio arqueológico, caracterização física do bem patrimonial ou local de interesse arqueológico constando referências de acordos com mapas e observações de campo – vegetação, geologia, geomorfologia e hidrografia entre outros aspectos físicos, apontando os geoindicadores**;**

Conjunção patrimonial, ou seja, o patrimônio arqueológico, em muitos casos, não está a sós, encontra-se em conjunto com outros bens patrimoniais que devem ser estudados, valorizados em estudos científicos, assim como nos planos de gestão;

A integridade, estado geral do sítio e entorno são baseados nos fatores de risco, ou seja, fatores que destroem ou podem destruí-los de forma parcial ou integral. Esses fatores de risco são antrópicos ou naturais. Dentre os fatores de risco antrópicos estão: destruição mecânica, erosão acelerada antropogênica, deposição de resíduos e alteração através de novas edificações ou reformas. Já os fatores de

degradação naturais são: erosão acelerada de origem natural, deposição de sedimentos e alterações biológicas e geoquímicas. Para este trabalho será indicada a integridade da seguinte forma: ótima, boa, regular, ruim ou péssima.

No final do trabalho são indicadas ações no âmbito da administração pública ou privada, seja de cunho legislativo, administrativo ou prático que possa colaborar na preservação, conservação, manutenção, restauração ou mitigação do patrimônio arqueológico, subsidiando futuros planos de manejo deste patrimônio.

8.1- Arqueologia Indígena

8.1.1 – ITV 22.257.704 - Sítio Lagoa Grande

F=22 E= 725.753 N= 7.370.437, Altitude =690m.

Provavelmente, sistema regional de caçadores-coletores.

O sítio está próximo ao fundo do vale e os artefatos aparecem entre a baixa e média vertente no leito da estrada de acesso às torres de transmissão de energia de Furnas - Linha de Transmissão de 750 Kva III, Itaberá/Tijuco Preto. A profundidade média da estrada, em relação ao nível da superfície do solo é de 1,20m.

O material lítico começa a ocorrer a cerca de 25m da margem direita, a jusante, do Ribeirão da Lagoa Grande, estando a 5m de altitude em relação a sua margem. O sítio estende-se no sentido noroeste por mais de 130m rumo a Serra da Água Limpa (IBGE, 1977) estrada acima.

O ambiente está muito alterado com pasto e pequenas clareiras para agricultura de subsistência sem curva de nível, inclusive sem mata ciliar no Ribeirão da Lagoa Grande. Em frente ao sítio, existe uma planície de inundação com pequenas lagoas periféricas.

Entre os materiais encontrados estão oito fragmentos de sílex de cor marrom claro, marrom escuro e cinza, mais dois artefatos líticos que apresentam características que chamam a atenção pela forma e número de retoques. São: um uniface em forma “buomerangóide”[21] de sílex acinzentado, com aproximadamente 7cm de comprimento e pelos menos 13 retoques visíveis para a produção da peça inteira, sendo oito aplicados no gume (Anexos 5 e 6). Outro artefato é um raspador de forma oval, com cerca de 5cm de diâmetro, relativamente robusto, 2,5cm de

[21] Denominação utilizada por André Prous (PROUS, 1992, p. 159) aos instrumentos líticos nos quais dominam bifaces cumpridos e muito espessos de seção losangular, semelhante ao artefato em questão.

espessura no centro, sendo notados sete retoques para a fabricação do gume.

Em relação à conjunção patrimonial, o ambiente ao entorno não porta nenhuma qualidade excepcional que possa ser atribuída como uma conjunção de patrimônio, sendo a cultura material e as possibilidades de pesquisas com disponibilização de informação à população importantes aspectos, o que torna este sítio de caçadores coletores relevante, afinal, poucos sítios de caçadores coletores foram encontrados no alto Taquari[22].

Como geoindicador se destacam as lagoas periféricas ao Ribeirão da Lagoa Grande.

Considerando a profundidade e localização da cultura material do sítio, sujeito não só à perda de material lítico através de carreamento, erosão e revolvimento de terra em próximas manutenções com máquinas, optou-se pelo peneiramento da terra solta na margem da estrada[23]. A máquina da prefeitura havia passado no local em abril de 2006. Então, após contato com a Prefeitura Municipal e em parceria com o Departamento de Obras, no início do mês de agosto de 2006 foi realizado o referido peneiramento evitando assim que outras nove peças fossem perdidas.

O trabalho contou com o acompanhamento do morador local João Roberto Rodrigues, 48 anos, que diz existir muitos locais próximos onde afloram do leito das estradas e barrancos material lítico, denominado por ele de pedra de fogo, pois os antigos moradores do local utilizavam tais pedras para fazer fogo.

8.1.2 – ITV 22.116.739 - Sítio Fonseca
K=22 E=711.688 N=7.373.916, A= 695m.
Sistema regional guarani.

O sítio arqueológico Fonseca é um dos mais conhecidos e importantes do estado de São Paulo; nele, ocorreram as primeiras escavações sistemáticas no interior lideradas pela arqueóloga Luciana Pallestrini, através do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, no ano de 1968. O resultado da pesquisa é publicado

[22] Após uma década de pesquisas o arqueólogo Astolfo Gomes de Mello Araújo encontrou apenas 5 sítios atribuídos por ele a um período anterior aos grupos ceramistas. A denominação dos sítios utilizada para esses casos é *sítio lítico "antigo*", enquanto os *sítios líticos "recentes"* são 46 (ARAÚJO, 2001, p. 310-311). No ano de 2000, Sonia Pecin entrega a minha pessoa uma ponta de projétil de corpo triangular, aletas, pedúncolo de borda serrilhada encontrada no cabeceira leste da pista do aeroporto municipal de Itapeva. Em vista ao local nada mais foi encontrado.

[23] O peneiramento da terra solta na margem da estrada foi realizado com logística da Prefeitura Municipal de Itapeva, transporte, ferramentas e coordenação de Márcio Antonio de Oliveira Simões e quatro ajudantes de serviços em parceria com o arqueólogo Silvio Alberto Camargo Araújo.

no ano seguinte (PALLESTRINI, 1969a) no qual são apresentados material lítico lascado e polido, seis urnas funerárias e dezenas de fragmentos cerâmicos do tipo corrugado, ungulado, pintado, serrungulado, pinçado, ponteado, canelado, nodulado e outros tipos mistos, atribuídos à chamada "tradição-tupi-guarani" [24].

Após estudo do sítio Fonseca novos sítios no alto e médio Paranapanema são descobertos, escavados e estudados por Pallestrini, entre eles estão: sítio Jango Luis (PALLESTRINI, 1969b); sítio Alves (PALLESTRINI, 1974); sítio Camargo (PALLESTRINI, CHIARA & MORAIS, 1981); sítio Nunes (PALLESTRINI, 1988); sítio Prassévichus (PALLESTRINI & MORAIS,1984). Desses trabalhos surgem novas estratégias e formas de interpretações dos sítios arqueológicos.

Em relação à conjunção patrimonial, tal como o sítio Lagoa Grande o ambiente ao entorno não porta nenhuma qualidade excepcional que possa ser atribuída, porém a cerca de 3 km a noroeste do sítio Fonseca existe outro sítio arqueológico de "tradição tupi-guarani", denominado sítio Silveira.

Em relação à integridade, o sítio Fonseca é ruim, na verdade não poderia ser pior. Seus problemas começam com a destruição mecânica por tratores e arados na década de 1950 e 1960, depois a área foi transformada em pasto com forte erosão superficial. Ocorreu também, forte erosão na estrada municipal a qual o beirava, expondo cerâmicas e ossos, e como não fosse suficiente, recentemente foram construídas quatro bacias de captação de água pluvial, com maquinário pesado, para conter a erosão da estrada que não era mais usada devido à voçoroca já existente (Anexo 7 e 8). Apesar de tamanho estrago, que surpreendeu foi o aparecimento de mais de uma centena de cacos cerâmicos tipo corrugado que parecem ser de uma única pequena urna funerária. Também foram coletados em menor quantidade cerâmicas tipo ungulado, liso que apareceram na superfície escarificada, com cobertura de brachiara[25] e cerca de 30cm de altura. É bem provável que ainda existam, no sítio, algumas poucas urnas, esqueletos humanos e vasilhames.

A localização do que "sobrou" das urnas seria pertinente, pois as mapeando

[24] O sítio foi apresentado a minha pessoa pelo Dr. José Luiz de Morais MAE/USP no ano de 2000. No local o proprietário, agricultor encontrou duas urnas funerárias parcialmente destruídas quando lavrava a terra para o plantio, tal como no sítio Fonseca. Essas urnas continham fragmentos de ossos humanos no seu interior.

[25] *Brachiara decumbens* pastagem de origem africana muito utilizado nas áreas de pecuária extensiva na região sudoeste do Brasil.

evitar-se-ia mais destruição e perdas. Outra possibilidade, depois da localização seria a retirada das urnas “salvamento”.

8.1.3- ITV 22.091.738 - Sítio Silveira

F=22 E= 709.138 N= 7.373.806, Altitude =690m.

Sistema regional guarani.

A propriedade pertence ao Sr. Erineu Rodrigues da Silveira, situada no bairro da Caputera, segundo Astolfo Araújo (ARAÚJO, 2001, p. 231) trata-se de um sítio Tupiguarani

> [...] localizado no topo de uma colina suave, onde o proprietário encontrou uma urna funerária e grande quantidade de fragmentos cerâmicos com decoração pintada e plástica (corrugado, ungulado). A urna é totalmente corrugada, muito semelhante às urnas do Sítio Fonseca. Os restos humanos, apesar do tratamento recebido (foram inclusive lavados pelo informante) estão em bom estado; os ossos encontram-se relativamente coesos e os dentes em perfeito estado de preservação. [...] Outros montículos muito tênues ainda são visíveis em um pasto adjacente, também associados à cerâmica, e o Sr. Erineu disse que eram bem mais salientes. Ainda existem montículos intactos dentro de uma mata do outro lado de uma estrada de terra, adjacente ao pasto.(ARAÚJO, 2001, p.231)

Apesar de estar parcialmente impactado pela estrada vicinal o pasto e a construção de casas e barracões da sede da propriedade, o sítio Silveira está em melhor estado de conservação, sua integridade é boa.

Vale mencionar que o Sr. Erineu guarda, com muito zelo, em sua própria residência, duas urnas funerárias e esqueletos que já foram estudados pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Anexo 14 e 15).

8.1.4- ITV 22. 060.371 - Abrigo Itapeva

F=22 E=706.005 N=7.337.175, Altitude=704m.

Provavelmente sistema regional kaingang.

A propriedade no qual se encontra o sítio é denominada Fazenda Água Limpa e pertence à família Fracarolli.

Este sítio é composto de uma parede de cerca de 23m de altura, projetando-se para frente, formando um ângulo negativo na escarpa, provendo abrigo do sol e

das chuvas.

A parede do abrigo apresenta gravuras em baixo relevo e pinturas rupestres nas cores vermelho e preto, descritas no final do século XIX por Araripe (1887) e estudadas por Aytai (1970) e atribuídas às Tradições Geométrica e Planalto, Prous (1989).

O solo do abrigo apresenta material lítico lascado em abundância, além de fragmentos de cerâmica lisa e fina, de coloração castanho-escura e negra, atribuível à Tradição Itararé-Taquara (ARAÚJO, 2001).

O abrigo situa-se no vale do rio Taquari Guaçu. Este rio está encravado dentro de um vale com paredes abruptas, formando um Canhão (GUERRA, 2003, p. 108) denominado regionalmente de Canhão do Itanguá.

A formação geológica característica do local é denominada Furnas (IPT, 1981), de origem marinha, composta em sua maior parte por arenito de granulação grossa, incluindo subordinadamente arenitos finos e arenitos conglomeráticos.

Em relação a feição do relevo, as escarpas do Canhão do Itanguá compõem a transição do relevo colinoso de baixas declividades, até 15%, predominante ao norte do município, com o relevo de morros onde predominam declividades médias a altas, acima de 15% (IPT, 1981).

As escarpas com vegetação rupestre tornam a paisagem do abrigo e seu entorno de uma beleza incomum em relação a outras áreas no interior do estado de São Paulo, o que garantiu a área estar protegida pela Lei Orgânica do Município de Itapeva, em seu artigo 200, como patrimônio ecológico insuscetível de outra destinação.

No fundo de vale, alguns poucos trechos são utilizados para a agricultura e pecuária: a vegetação original é composta por Mata Atlântica, estando pouco modificada ou em estágio inicial de regeneração.

A proximidade com o rio Taquari Guaçu, o maior rio num raio de aproximadamente 20km, com diversas pequenas cachoeiras, poços, depósitos de argila e lagoas periféricas ao longo do rio, tornam o local interessante para a exploração da pesca e retirada de argila. Aliados a dezenas de abrigos ainda não explorados no Canhão são os geoindicadores presentes.

As paredes do Canhão têm diversas reentrâncias nas bases que formam abrigos com cotas negativas tal como o Abrigo Itapeva, descrito por Aytai para o Abrigo Itapeva em 1970.

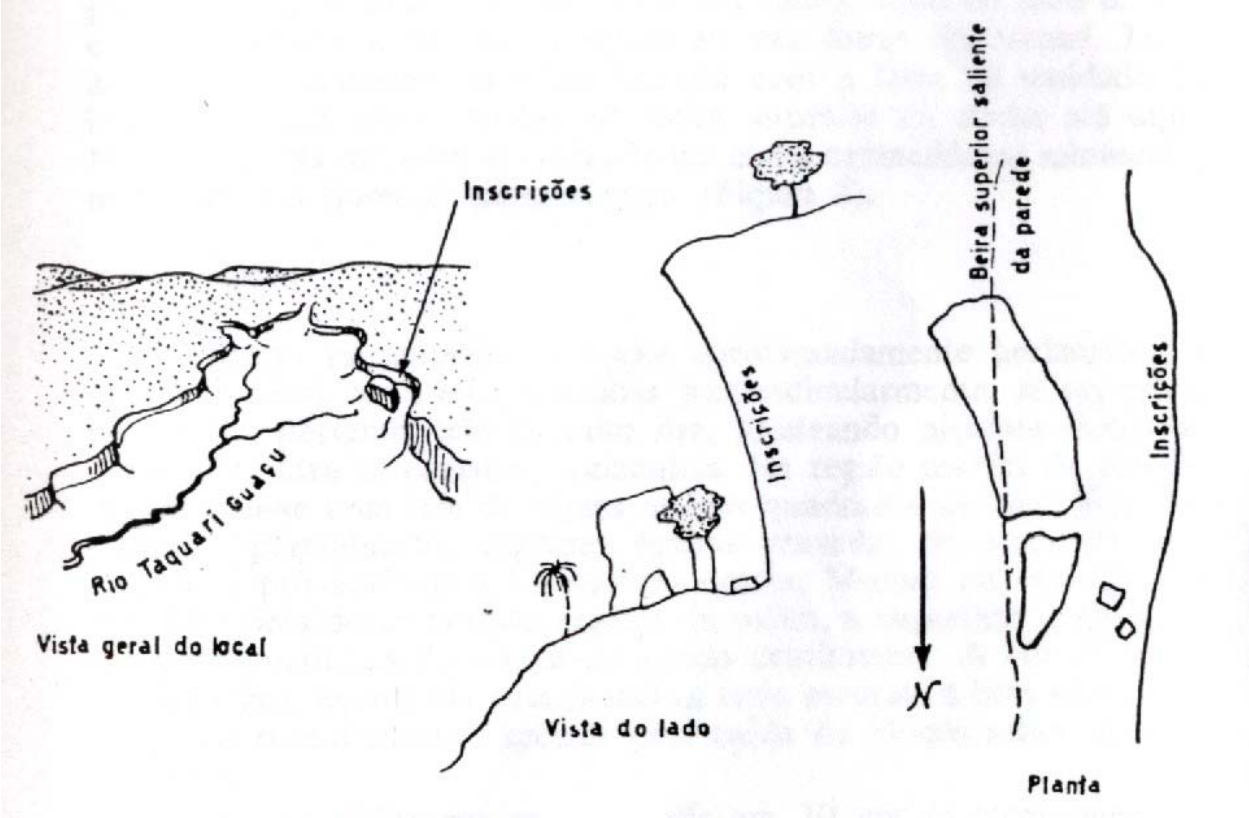


Figura 7 – Esboço da inserção do Abrigo Itapeva dentro canhão do Itanguá, segundo Aytai (1969).

Também próximo à base das escarpas é possível ver blocos de rocha de tamanhos variáveis, alguns pesando toneladas, desprendidos do alto, resultado da queda de rochas que são formas dramáticas e rápidas de movimento de rochas não intemperizadas (BLOOM, 1996).

Esse tipo de movimento de massa é também identificado por Waters (1992) como “falls”.

> Falls are created by the free fall of rocks or coherent masses of sediment from steep cliffs. The coarse debris that breaks loose from the cliff tumbles over the slope and accumulates to form talus or scree deposits at the base of the slope. (WATERS,1992, p. 230)

O acúmulo de sedimentos e material rochoso é que formam os taludes[26], onde encontra-se em um deles, o terraço do abrigo Itapeva.

Nos taludes do Canhão do Itanguá existem abrigos com características e tamanhos variáveis que podem ter sido utilizados no passado, por grupos humanos. As frestas nos paredões formam dezenas de abrigos.

Até o momento nenhuma busca sistemática foi realizada nos paredões e taludes do Canhão do Itanguá, pois para isso, é necessário pessoal e equipamento especializado em arqueologia, além de trabalhadores braçais.

Os paredões e taludes são, na maior parte, de difícil acesso.

A respeito da conjunção patrimonial, além do elemento arqueologia inserido no ambiente, o local apresenta características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, biológica que culminam numa paisagem admirável, fruto dos complexos fatores ambientais.

Em relação a integridade do sítio, é regular, uma vez que no passado, o local foi escavado e até mesmo dinamitado por caçadores de tesouros. Parte da parede do Abrigo apresenta-se alterada devido ao desprendimento de um bloco onde se encontra o "relógio do sol", isso devido à explosão com dinamite[27].

Gradativamente há o desprendimento dos grãos do arenito devido à rocha estar altamente friável, isso devido às alterações biológicas e geoquímicas[28]. Existe também, uma infiltração no teto do abrigo possibilita o escoamento de água pluvial sobre as gravuras. Partes das gravuras foram circundadas por vândalos (Anexo 17).

Ainda que não seja diretamente sobre as pinturas e sim ao lado, é notável o nome escrito em carvão dos vândalos que por ali passaram. Nos últimos oito anos não houve aumento desse tipo de vandalismo no registro arqueológico como um todo, pois o acesso é restrito.

8.1.5 – NCP 22.072.322 – Abrigo Pouso Alto e Borda

F22 E=707.267 N=7.332.243, Altitude= 805m

Sistema regional kaingang.

[26] Superfície inclinada do terreno na base de um morro ou de uma encosta do vale onde se encontra depósito de detritos. (GUERRA, 2003, p. 595).
[27] Informação pessoal fornecida pela proprietária Zina Fracaroli.
[28] As alterações biológicas e geoquímicas estão crescimento de musgos, liquens e outros vegetais nas paredes, assim como raios do sol, a água da chuva, variação de temperatura aos quais as gravuras estão sujeitas.

O Abrigo Pouso Alto e Borda se localiza na Fazenda de mesmo nome que está dividida entres os municípios de Itapeva e Nova Campina[29], no bairro do Itanguá e pertence à família Abatzoglou.

É um sítio com gravuras em baixo relevo, com cultura material lítica e cerâmica Kaingang, tal como o Abrigo Itapeva.

Próximo as gravuras, na base da parede do abrigo, foram encontrados quatro fragmentos de sílex, um fragmento de quartzo leitoso e um fragmento de cerâmica lisa média-fina de 0,5 a 1,1cm de coloração castanho-escura semelhante às cerâmicas encontradas no Abrigo Itapeva, atribuída por Araújo à Tradição Itararé-Taquara. (ARAÚJO, 2001, p. 163).

Existem semelhanças entre o Abrigo Pouso Alto e Borda e o Abrigo Itapeva quanto às técnicas de produção dos sulcos através da retirada de material do suporte por meio de picoteamento e atrito. Provavelmente esses sulcos seriam produzidos por objetos mais ou menos arredondados como, por exemplo, seixos de pedras duras - seixos rolados encontrados nos córregos próximos. As gravuras estão em sulcos, entre 1cm e 2,5cm de profundidade e com 1cm a 3,5cm de largura, porém, mesmo a uma distância aproximada muitas delas de difícil visualização. Assim como no Abrigo Itapeva estudado por Aytai, parece provável que as gravuras do Abrigo Pouso Alto e Borda seriam originalmente pintadas, pois existem vestígios de pigmentos vermelhos dentro dos sulcos (Anexo 24).

Todas as representações na rocha visíveis e registradas são, na maioria, geométricas: signos ovais, signos circulares, circulares com pontos no centro, pontos isolados ou em conjunto: pouquíssimos são signos lineares; classificação utilizada por Vialou (VIALOU, 1996, p. 248-249), outros não foram identificados. Sendo os círculos, bastões e pontilhados comuns nos Abrigos Itapeva e Pouso Alto e Borda.

Os geoindicadores são os mesmos do Abrigo Itapeva: o rio Taquari Guaçu a cerca de 800m, com suas lagoas periféricas no fundo do vale, lugares de apanhar peixe após enchente. Além disso, abrigos não prospectados nas redondezas podem ser observados na paisagem, resultado dos blocos que caíram do alto das paredes do canhão ou das frestas da escarpas.

[29] O Município de Nova Campina foi criado pela Lei Estadual n°7.664 de 30 de dezembro de 1991, desmembrando-se do município de Itapeva. Devido à contextualização arqueológica, proximidade do abrigo Itapeva e área piloto Taquari (ARAÚJO, 1995; 2001), optou-se pela inclusão deste sítio no trabalho.

No Abrigo Pouso Alto e Borda as gravuras estão desaparecendo. É notável a queda dos grãos de arenito que estão desagregando da parede, devido às alterações geoquímicas e biológicas. O arenito se apresenta altamente friável, o que requereu cuidados especiais, total ausência de contato no momento do registro em decalque, a integridade é péssima

Fotografias com filmes sensíveis aos pigmentos ou locais de abrasão entre objetos e a parede do abrigo poderiam prover imagens mais detalhadas do que a realizada.

Um córrego sem denominação, este, afluente da margem esquerda do rio Taquari Guaçu que nasce na divisa entre as propriedades Fazenda Pouso Alto e Borda e Fazenda de José Camargo (IBGE, 1975) é a água mais próxima, cerca de 120m do abrigo.

O abrigo encontra-se em média vertente, entre o fundo do vale e o topo da escarpa, mais precisamente na base da escarpa, sendo, um dos poucos locais de onde se pode descer do alto da borda da escarpa do Canhão até rio Taquari. Devido a esse de acesso ao fundo do vale, foi construída uma estrada que passou exatamente onde estava o terraço na frente do abrigo, retirando e destruindo praticamente toda a matriz arqueológica, com exceção de alguns pequeninos filetes de sedimentos muito próximos da parede do abrigo.

A integridade do sítio é péssima.

A matriz arqueológica, o terraço, foi removida e lançada estrada abaixo, sendo notável em superfície - leito da estrada - material lítico extremamente fragmentado pelo pisoteio de animais e passagem de veículos agrícolas pesados (Anexo 25).

Porém, outra pequena parte da matriz arqueológica está nos barrancos das proximidades. Poços testes poderiam render frutos quanto a estudos mais detalhados sobre a origem da cultura material. Como o abrigo era totalmente desconhecido para os proprietários e funcionários, foi altamente impactado; sua descoberta ocorreu recentemente por um integrante do Grupo de Estudos Ambientais – Cílios da Terra[30] que analisava as potencialidades para desenvolvimento do turismo no canhão do Itanguá.

[30] José Antonio Büher Campolim.

A técnica utilizada para registrar as gravuras foi a de decalque, cópia com plástico transparente 1,4 m de altura por 8 m de comprimento em tamanho original: dois voluntários estendem o plástico sobre as gravuras, sem deixar que o mesmo encoste-se ao dispositivo parietal (distância de 5 a 10cm), seguindo-se, então, a cópia com caneta para retro-projetor de ponta média e fina Faber Castel. As cópias das gravuras em baixo relevo foram realizadas com tinta preta, enquanto que nos remanescentes de pigmentos de cor vermelha foram utilizados caneta da mesma cor. Após a cópia no plástico, metragem e realização de fotos com escala, os desenhos são reduzidos em escala 1:40, ou seja, 1centímetro no papel equivale a 40 centímetros no painel original. Com certeza muitas das gravuras registradas hoje são apenas parte das gravuras originais (Anexo 22).

8.1.6 – ITV 22.072.402 - Gravura Rupestre Histórica
F=22 E=707.298 N= 7.340.276, Altitude= 715m.
Ciclo ou período não identificado.

Esta gravura foi indicada por Astolfo Gomes de Mello Araújo no ano de 2001.

A propriedade pertence ao Sr. Antonio Lopes e é denominada Rio das Pedras, localizada no bairro do Faxinal, na borda do Canhão do Itanguá. A gravura foi indicada por Astolfo Gomes de Mello Araújo no ano de 2000.

Conhecida como “letreiro” por moradores da região, ela é composta de letras em alfabeto latino, gravadas provavelmente em francês antigo. Apresenta-se como uma pequena frase em duas linhas, uma sobre a outra, com 4,5m de comprimento por 1,50m de largura.

Do alto da borda se tem uma bela visão da paisagem do Canhão do Itanguá, de onde se pode observar abrigos sob rocha em diversos pontos.

A gravura está no chão, próxima a borda da escarpa do Canhão, lado direito sentido jusante do rio Taquari-Guaçu.

Duas peculiaridades são notadas nas gravuras: a maioria das letras contém cerifas, a outra é a utilização de emendas nas letras. Tais peculiaridades poderiam fornecer indicativos do estilo ou do período em que foram realizadas (Anexo 26).

As gravuras estão em uma área de transição entre o pasto e o afloramento rochoso sendo, a erosão em forma de sulcos na rocha e o pisoteio do gado os maiores fatores de destruição.

Nas proximidades, na base da abrupta escarpa, se encontram diversos abrigos de grande e pequeno porte e frestas entre as rochas que poderiam ter servido de abrigo para os povos pré-históricos ou conter mais escritos semelhantes. Diante da dificuldade de acesso não foi possível chegar até eles.

Relevo, vegetação, hidrografia, geoindicadores e conjunção patrimonial assemelham-se aos Abrigos Itapeva e Pouso Alto e Borda.

A integridade é ruim, talvez uma proteção evitaria o acesso e circulação do gado em cima das gravuras e a incidência de sol e chuva ajudaria a proteger as inscrições..

8.1.7 - ITV 22.063.377- Sítio da Tunga.

F=22 E=706.374 N=7.337.733, Altitude= 710m.

Ciclo ou período não identificado.

A gravura foi georreferenciada por Araújo (ARAÚJO, 2003, p. 171) que teceu o seguinte comentário:

> O Sítio Tunga foi indicado pelos proprietários da Fazenda Água Limpa, que contém o Abrigo de Itapeva, como mais uma manifestação de “desenhos de índio”, mas é um tanto controvertido pelos motivos a seguir: trata-se de uma série de sulcos sinuosos com poucos centímetros de espessura, sem nenhuma semelhança com as figuras existentes no Abrigo de Itapeva, que ocorrem no topo de uma torre de arenito um pouco destacada da escarpa, em grande parte encobertos por vegetação rupestre (bromélias e cactos), o que dificultou sua visualização e caracterização. Além disto, é possível que os sulcos sejam apenas icnofósseis (pistas fósseis deixadas por insetos, vermes etc), feições bastante comuns no arenito Furnas (p. ex., vide Assine 1996:99, Bergamaschi 1999:84). Como não houve tempo hábil para uma melhor caracterização, optou-se por deixar registrada esta possível ocorrência de arte rupestre. (ARAÙJO, 2003, p.171)

As “gravuras rupestres” da Tunga também não se assemelham às gravuras da Fazenda Pouso Alto e Borda ou do Abrigo Itapeva, além de estarem no piso próximo à escarpa e não em posição vertical na parede como nos outros dois abrigos. Somente estudos aprofundados comprovarão a origem dos sulcos nas rochas.

Quanto à integridade, é boa.

8.1.8- ITV 22.293.408 – Abrigo Fabri 1

F=22 E=729.306 N=7.340.807, Altitude= 813m.

Sistema regional kaingang.

Este abrigo porta pinturas rupestres e situa-se a leste da área do município, na propriedade do senhor Eduardo Fernando Fabri, num afloramento de arenito, conhecido localmente como bairro do Colégio, pois segundos moradores mais antigos, havia um colégio de padres na região, no início da colonização do sudoeste paulista, há mais de 237 anos.

Segundo mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE -1975), o nome dado ao local é serra das Pedras e seu lado oeste estaria a Fazenda das Missões, nome pelo qual atualmente é desconhecida. A serra das Pedras é divisora de águas entre as bacias do rio Taquari e Apiaí-Guaçu.

A Serra das Pedras é única formação rochosa de arenito se destacando na paisagem local, e está isolada de outras formações de arenito situadas ao sul do município de Itapeva, já apresentadas como canhão do Itanguá.

A serra das Pedras e o canhão de Itanguá apresentam formações geológicas semelhantes, porém quanto aos aspectos geomorfológicos, a serra das Pedras se apresenta com escarpas dessimétricas possuindo vertentes com desníveis abruptos, assim como encostas inclinadas, ao contrário dos vales encaixados de paredes abruptas predominantes no Canhão do Itanguá.

Quase todo o entorno da Serra está ocupado por atividades agropecuárias - culturas anuais como milho, feijão, tomate e criação de gado bovino de maneira extensiva.

Sobre a parte superior da formação rochosa encontram-se alguns locais de uso de atividades de agropecuária e uma pequena, mas significativa vegetação rupestre, em especial na parte superior voltada para nordeste da Serra. Esta vegetação é composta por várias espécies de bromélias, orquídeas, cactáceas, musgos e líquens, além do aparecimento esporádico de arbustos. Ela é pouco comum nas proximidades e mesmo rara quanto ao estado de conservação.

O abrigo encontra-se na base da escarpa, em média vertente, e é composto por um terraço que avança cerca de 5m à frente de sua entrada.

Na superfície do piso do abrigo apenas um pequenino fragmento cerâmico, pertencente ao sistema regional Kaingang foi observado.

A frente do abrigo está direcionada para leste e seu teto, na entrada, se apresenta na forma de um arco. Neste arco de entrada se concentram a maior parte das pinturas. Também está ali alojado um enxame de abelhas[31], o qual senti sua ferocidade e advirto aos futuros pesquisadores que tomem as devidas precauções. O abrigo contém dezenas de signos de cor vermelha e preta, bastonetes, pontilhados e até mesmo um pequeno cervídeo com similaridade às pinturas classificadas como Tradição Geométrica e Tradição Planalto (PROUS, 1989, p.15-18). Muitos dos signos são indetermináveis a olho nu e nenhuma gravura em baixo relevo tal como nos abrigos Itapeva e Fazenda Pouso Alto e Borda foi encontrada. (Anexo 32)

Como geoindicadores temos as escarpas vizinhas que podem portar mais abrigos, como os relatados a seguir, além de cavernas em calcário no Bairro do Mato Dentro a 4km de distância.

Quanto à integridade, é perceptível que parte do teto do abrigo tem caído em forma de grandes blocos, em placas de vários tamanhos; nota-se também o desgaste no teto de pequenos grãos de arenito que vêm contribuindo para o desaparecimento gradual de parte das pinturas, assim como para o depósito de material no piso. Algumas pinturas são quase imperceptíveis o que revela uma extrema necessidade de um registro sistemático.

A perturbação antrópica é evidente, o enegrecimento de uma parte do teto, arco da entrada ao redor do enxame de abelhas, onde é constante a coleta de mel, visto a existência de uma escada abandonada no local. Também ocorre o crescimento de musgos e de liquens nas paredes, os quais, ao expandirem-se estão alcançando parte das pinturas.

O piso do abrigo está parcialmente esburacado por “caçadores de tesouro”, alguns buracos chegam a ter 1,0m de profundidade por 2,2m de diâmetro. Esses buracos são constatados em aproximadamente 50% do abrigo, outra parte se apresenta sem alterações antrópicas visíveis em superfície.

Fitoturbações, ou seja, a ação das raízes das plantas no subsolo, causando o deslocamento de peças ou de sedimentos, é um fator natural de destruição do sítio (ARAÚJO, 1995: p 8), pois é notável que no terraço existem arbustos, árvores vivas e tocos em estado deteriorado.

[31] O enxame, provavelmente, seja o resultado da mistura genética entre as subespécies Apis melífera escutellata (abelha africana) e Apis melífera (abelha européia).

Sedimento exógeno, (WATERS, 1992, p 243) como excrementos de morcegos são observados no fundo do abrigo.

Escarpas de arenito, vegetação rupestre e de Mata Atlântica, em conjunto com o abrigo, compõem um local de relevantes características paisagísticas naturais aliadas ao patrimônio arqueológico. O local é conhecido pelos habitantes de Itapeva e de bairros rurais próximos como um local onde os “antigos caboclos” moravam.

Os maiores fatores antrópicos de risco são: caçadores de tesouro e coletores de mel, sendo o estado de conservação de regular para ruim.

O abrigo está próximo à estrada vicinal e do Bairro das Pedras o que facilita a entrada de pessoas, sem noção do que representa o conjunto natural e pré-histórico.

8.1.9- ITV 22.291.408 - Abrigo Fabri 2

F=22 E=729.177 N=7.340.800, Altitude= 878 m

Provavelmente sistema regional kaingang.

O local também é de propriedade do Senhor Eduardo Fernando Fabri, sendo o mais alto e o mais aberto, em se tratando da entrada entre os quatro abrigos encontrados na região da Serra das Pedras O abrigo tem a frente em forma de semicírculo, abrangendo cerca de 90° e está direcionada entre os pontos sudeste e nordeste.

Da entrada até o fundo são cerca de 3,5m, o que o torna uma pequena área habitável, pois na maior parte do abrigo a altura máxima não passa de 1,0m.

Ao redor do abrigo se encontra uma vegetação de campo rupestre com cactos, bromélias, orquídeas e alguns arbustos adaptados ao solo raso, aproximadamente 10cm de profundidade, sendo a boa parte da área ao redor de arenito exposto, coberta de liquens e musgos.

Esse conjunto de vegetação rupestre com características singulares é resultado da impossibilidade de manter atividades de pecuária no local, devido às irregularidades do piso e degraus de escarpas do alto da Serra.

O abrigo contém três conjuntos de figuras pintadas nas rochas em vermelho que vão do grupo de pontilhados, bastões, círculos fechados e outros não identificáveis, de difícil visualização (Anexo 31)

Nenhum artefato foi encontrado no abrigo ou raio de 50m.

Como fatores antrópicos de destruição do abrigo estão: o enegrecimento das paredes, resultante da combustão de lenha por caçadores que utilizam o abrigo para ficar de tocaia, uma vez que a vegetação de Mata Atlântica, nas proximidades, abriga vida selvagem.

O arenito apresenta-se altamente friável, sofrendo alterações geoquímicas e biológicas. Essa situação se agrava devido ao crescimento de líquens sobre as pinturas.

No fundo do abrigo está o que sobrou da matriz arqueológica, pois a área do piso da frente está em rocha nua. Segundo George Rapp Jr e Cristopher Hill (1998) isso ocorre devido à exposição a ação da chuva, sol, vento e, consequentemente, da erosão, transportando possíveis vestígios ou artefatos para outros locais vertente abaixo.

> Where weathering and erosion dominate, the spatial arrangement and composition of the artifact accumulations at a site will be modified. Artifacts will be transported from their original contexts and re-deposited. They may be abraded, broken or destroyed. (RAPP & HILL, 1998, p. 54)

Enfim, a integridade do abrigo é ruim, porém o ambiente ao redor está bem preservado, pois o piso rochoso irregular dificulta a instalação de qualquer tipo de atividade econômica agrícola; mesmo caminhando é preciso ter cuidado quanto a tropeços e quedas. É uma paisagem rupestre rústica e pouco alterada.

Do alto deste abrigo pode-se ter uma visão panorâmica de grande parte da paisagem regional, num ângulo de aproximadamente 300º, sendo possível observar os contrafortes da Serra do Mar a leste e sudeste, a cerca de 30km de distância. Nos pontos cardeais oeste e norte também se pode observar distâncias semelhantes. A exceção é o ponto sul, onde encontra-se a parte mais alta da Serra das Pedras. Provavelmente a Serra das Pedras, em especial este abrigo e proximidades, foram pontos de observação, talvez um local estratégico.

O sítio arqueológico, inserido em área de vegetação rupestre relativamente preservada, pouco comum nas imediações, somado às características de mirante torna o local um ambiente singular a ser preservado para as futuras gerações (Anexo 34).

Em relação à conjunção patrimonial e geoindicadores seriam os mesmos do Abrigo Fabri 1.

8.1.10- ITV 22.279.393 - Abrigo da Fazenda Remanso 1
F=22 E=727.946 N=7.339.395, Altitude= 855m.
Sistema regional kaingang.

Localizado na Serra das Pedras com denominação, segundo (IBGE -1975), de Fazenda das Missões, atualmente conhecida como a Fazenda Remanso é de propriedade do senhor Alberto Ravanhani e família.

O abrigo está localizado na base da escarpa, em média vertente, formando um vão de aproximadamente 8m de largura por 12m de comprimento; sua frente direciona-se para o norte. Sua localização dentro da serra das Pedras é sudoeste.

As paredes portam 12 sulcos identificáveis de polimento (sinais de fricção); estes sulcos são de comprimento e largura variáveis, de profundidade entre 1,5cm a 3,5cm.

Dentro e fora do abrigo no piso são encontradas dezenas de fragmentos de sílex e quartzo sem refinamento no lascamento, o que caracteriza, junto com as marcas de fricção da parede do abrigo, um sítio oficina.

Dentro e próximo à entrada foram encontrados sete fragmentos cerâmicos de coloração marrom escura brilhante, de espessura que varia de 0,4 a 0,8cm de espessura, provavelmente sistema regional Kaingang.

O Abrigo está a 500m do Córrego do Daniel e a 600m do Córrego do Palmital, ambos pertencentes à micro bacia do ribeirão Fundo, afluente do rio Taquari Guaçu.

Fazendo parte da Serra das Pedras, também sob rocha de arenito, assim como outros abrigos já mencionados, o Abrigo da Fazenda Remanso está sujeito ao enegrecimento das paredes através da queima por coletores de mel e de queimadas para o desmatamento do local no passado.

Existe uma erosão em sulco que passa pela sua entrada, removendo parte dos fragmentos cerâmicos e líticos existentes (Anexo 40). A pecuária, mais especificamente o pisoteio do gado faz com que a matriz arqueológica esteja substancialmente alterada por pisoteamento, caracterizando zooturbação. (ARAÚJO, 1995, p. 8-9).

No tocante à conjunção patrimonial, caminhando em direção ao alto da escarpa, por uma trilha próxima podemos chegar ao topo; é uma trilha por meio a uma pequena floresta com arenito aflorante em grandes blocos que chegam a ter até 4m de altura. Não se descarta a possibilidade de haver mais oficinas líticas ou pequenos abrigos nas proximidades, como é o caso da Toca da Fazenda Remanso.

8.1.11- ITV 22.277.392 - Abrigo da Fazenda Remanso 2
F=22 E=727.766 N=7.339.220, Altitude= 860m.
Sistema regional não identificado.

Próxima a base de uma escarpa com cota negativa que forma um abrigo com pouca cobertura, mas protegido por paredões adjacentes dos ventos do sul e sudeste, foi possível observar uma pequena matriz arqueológica que porta um núcleo de solo antropogênico muito escuro, quase negro, muito bem delineado no perfil criado pela erosão que passa no interior do abrigo (Anexo 42).

Nas proximidades, a cerca de 10m deste abrigo, foi encontrado apenas um fragmento de machadinho. Acima do núcleo de solo antropogênico, no perfil enegrecido é notável placas de arenitos que se destacaram da parede do abrigo, provavelmente conseqüência do calor das fogueiras. Porém nenhum material foi encontrado na matriz ou no núcleo de solo antropogênico, pois uma erosão em lâmina é notável.

A integridade do sítio é ruim.

8.1.12 – ITV 22.277.390 – Toca da Fazenda Remanso
F=22 E=727.767 N=7.339.074, Altitude= 865m
Sistema regional kaingang.

Literalmente é uma toca[32] no meio da escarpa a 5,5m de altura do solo, porém se consegue subir ao local sem muita dificuldade.

[32] 1.Buraco na terra, na pedra, etc.,onde se abrigam os animais. 2.Abrigo, refúgio. 3.Casinha de pobre. Mini Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Editora Nova Fronteira. 4ªEdição revisada e ampliada. Rio de Janeiro, 2002.

Sua entrada tem aproximadamente 2,2m de altura por 3m de largura; as dimensões interiores são de aproximadamente 3m de largura por 2m de altura afunilando até o fim com cerca de 5,5m de comprimento (Anexo 44).

Nesta toca foi encontrado, no seu interior, um fragmento de cerâmica em superfície com as seguintes características: marrom escura, porém com característica de polimento "lustre" em relação às cerâmicas normalmente encontradas nas proximidades do alto Taquari, atribuídas ao sistema regional Kaingang; é fina e de aproximadamente 0,4cm de espessura.

A matriz arqueológica da toca está no fundo, distante da entrada; lá, há deposição de guano devido à existência de morcego; se existe algum material arqueológico a mais na toca, deve estar lá, abaixo dos excrementos.

Na entrada e centro da toca praticamente não existe sedimento algum e o piso é composto de rocha. Na frente e nas adjacências da toca nada foi encontrado em superfície, devido à cobertura do terreno, pasto com 20cm de altura.

Em relação à integridade não foi notada alteração antrópica no interior do abrigo podendo ser considerada boa.

Tudo indica que os abrigos Abrigos Fabri 1 e 2, Fazenda Remanso 1 e 2 e Toca da Fazenda Remanso caracterizam um padrão de assentamento.

8.2 - Arqueologia de Contato Interétnico

8.2.1- ITV 22.291.408 - Sítio Santa Maria.

F=22J E=729.102 N=7.340.879, Altitude= 858m.

Sítio arqueológico de contato entre as sociedades indígena e nacional, provavelmente do final século XVIII.

Também localizado na serra das Pedras, este sítio foi encontrado no ano de 2000 à beira da estrada que havia sido recentemente alargada, por ocasião da implantação de um empreendimento de mineração[33], a cerca de 2km do local.

Com a abertura da estrada foram expostos cerca de 35 fragmentos cerâmicos de diversos tipos e estilos, evidenciando uma situação de contato interétnico. O material cerâmico é diversificado, e entre os diversos fragmentos cerâmicos

[33] Os professores Silvio A. C. Araújo e Vanderlei Oliveira, após encontro fortuito, recolheram o material arqueológico semanas após o alargamento da estrada. A portaria nº 230 de 17/12/2002 que estabelece os procedimentos para a obtenção das licenças ambientais em casos de empreendimentos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico não havia sido publicada.

podemos observar cerâmica marrom clara, fina entre 0,4 e 1,0cm com e sem pintura; cerâmica com pintura talvez feita com as pontas do dedo e com adorno próximo as bordas; cerâmica preta escovada com alça e fragmentos com características guarani, corrugada e com engobo branco e material lítico lascado (Anexos 47 a 50).

Nas proximidades, cerca de 8m de distância do barranco da estrada, adentrando o bosque foram notados dois montículos com aproximadamente 3,0m de diâmetro cada e um traçado abandonado de uma trilha com cerca de 30m e uma pequena trincheira, provavelmente realizada por desavisados caçadores de tesouro.

Na beira da estrada existe um núcleo de solo antropogênico acinzentado em superfície, o qual não foi possível delimitar o seu diâmetro devido à serrapilheira do bosque adjacente ao sítio, mas que se estende por uma faixa de 90m pelo barranco da estrada, na mesma extensão dos fragmentos cerâmicos e líticos encontrados. Os 35 fragmentos acima descritos foram recolhidos no ano de 2000.

Em 28 de julho de 2006, numa revisita ao local foi notado que algumas partes dos barrancos do sítio estavam se perdendo, pois quando a estrada foi alargada parte da cultura material e núcleo de solo antropogênico foi destruído, sendo empurrada a dezenas de metros estrada abaixo num desvio de enxurrada para fora da estrada em dois montes. Outra porção de cultura material e núcleo de solo antropogênico foram lançados para cima do próprio barranco onde está o sítio arqueológico. Essa terra por sua vez que estava caindo (desbarrancando) de volta a estrada por motivo de chuvas, sendo levado pela enxurrada. Diante deste quadro dramático, no dia 16 de agosto de 2006, novamente em parceria com o Departamento de Obras do Município, foram peneirados cerca de 5m³ de terra revolvida, sendo 4m³ estrada abaixo na saída de água e 1m³ em cima do barranco do próprio sítio distribuídos em cerca de 6m lineares[34]. São os pontos mais críticos de perda de material arqueológico. Tal operação resultou no resgate de 70 fragmentos de telhas produzidas de forma manual, mais 19 fragmentos cerâmicos diversos, além de dois novos fragmentos de sílex preto e uma chave antiga, muito enferrujada pelo tempo com cerca de 11cm de comprimento. De 35 fragmentos

[34] Nos 4m³ de terra empurrados estrada abaixo apenas dois fragmentos cerâmicos foram encontrados, enquanto que na terra revolvida e lançada para cima do próprio barranco do sítio foram encontradas as cerâmicas, material lítico e a chave antiga, totalizando 90 peças. Este exemplo demonstra uma tendência, quanto mais a "terra" de um sítio for distanciada do seu local original menos cultura material será encontrada.

diversos encontrados inicialmente em 2000, passam a compor a cultura material do sítio após um breve peneiramento da terra revolvida, 7 horas de trabalho com equipe de 5 trabalhadores[35] da Prefeitura local, um total de 127 fragmentos.

Como geoindicadores apresenta-se as escarpas da Serra das Pedras e os abrigos já mencionados.

O sítio arqueológico foi altamente impactado pelo alargamento da estrada, porém, à serrapilheira do bosque adjacente limita a visualização da superfície e assim sendo sua integridade. Não foi possível estabelecer nenhuma relação entre o sítio e o conjunto de abrigos da serra das Pedras, pois as cerâmicas encontradas apresentam são de característica guarani, enquanto os abrigos apresentam, cerâmica Kaingang.

8.3- Arqueologia da sociedade nacional.

8.3.1- ITV 22.305. 455 - Sítio Histórico da Taipinha.

F=22 E=730.570 N=7.345.564, Altitude= 680m.

Provavelmente do início da colonização do sudoeste paulista, final do século XVIII.

O sítio arqueológico da Taipinha está localizado entre os Bairros do Colégio e do Pacova, distante cerca de 150m de um pequeno afluente, sem denominação, da margem esquerda, a jusante, ribeirão do Pacova (IBGE, 1974), e distante cerca de 4,7km o sítio Santa Maria, na Serra das Pedras e 5km de Vila Velha[36], no atual município de Taquarivaí.

Este sítio arqueológico histórico é composto por estruturas de taipa, paredes que variam de 0,1m a 1,5m de altura, enquanto a largura das paredes de taipa variam de 0,20m a 0,90m de largura. Algumas das paredes já não existem mais, apenas partes delas.

Considerando a provável localização de suas paredes, sua área interna, tem por volta de 84,60m² (Anexo 52).

Na parte superior das paredes, na superfície horizontal exposta existem camadas de estrias tanto no sentido perpendicular como paralelo à paredes, essas

[35] O peneiramento da terra foi realizado com logística da Prefeitura Municipal de Itapeva, transporte, ferramentas e coordenação de Márcio Antonio de Oliveira Simões e quatro ajudantes de serviços em parceria com o arqueólogo Silvio Alberto Camargo Araújo.

[36] Segundo a história oral regional foi em Vila Velha que ocorreu a primeira tentativa de Furquim Pedroso para fundar a Vila da Faxina.

estrias. São provavelmente as marcas do pilão “em forma de triângulo” utilizado para compactar a terra no momento da construção.

As estruturas de taipa, paredes e alicerces, parecem ter sido construídos com o solo das proximidades, segundo IPT (2001), latossolo vermelho de textura argilosa.

As paredes apresentam furos de aproximadamente 0,1m de diâmetro no sentido horizontal a cada 1m próximo a base das estruturas; provavelmente, estes furos sejam os locais onde caibros de madeira eram colocados para travar as tábuas no momento da construção das paredes de taipa.

O pasto de brachiara com 0,3m de altura cobre toda área adjacente e num sistemático trabalho de prospecção de superfície nenhum artefato ou fragmento cerâmico ou lítico dentro e fora das ruínas de taipa foi notado[37].

Os fatores naturais de destruição do sítio são as árvores que crescem dentro e fora das ruínas, com suas raízes que se alimentam das paredes; o gado da propriedade se utiliza, para se proteger do sol da chuva, dessas árvores. Cupins também estão instalados em parte das paredes de taipa.

A explicação fornecida pelos moradores de Itapeva, em especial à comunidade católica, sobre as origens das ruínas, relaciona-as com o Bairro do Colégio, pois segunda essa comunidade, os Jesuítas ali catequizavam os índios que habitavam a região. A igreja católica local, acredita que estas ruínas seriam realmente um colégio onde os jesuítas estiveram (PASTRO, 1992, p.22; RODRIGUES, 2005, p.18). Essa crença é representada no painel do presbitério da Catedral de Santana no qual está pintado um padre catequizando índios.

8.3.2– ITV 22.321.495 - Sítio Histórico Vila Velha.

F=23 E=732.156 N=7.349.539, A= 689m.

Provavelmente do início da colonização do sudoeste paulista, século XVIII.

[37] Em uma revisita no dia 23 de julho de 2006, ao sítio Taipinha, o pasto havia sido substituído pelo cultivo de aveia, ocorrendo boa visibilidade em superfície; mais uma vez, nenhuma cultura material foi encontrada em superfície.

Este sítio arqueológico histórico seria, originalmente, o local onde Antônio Furquim Pedroso teria fundado Itapeva, na época com o nome de Vila da Faxina, sendo transferida oficialmente para o local onde se encontra hoje no ano de 1785.

No âmbito da arqueologia no alto Paranapanema Astolfo Araújo (ARAÚJO, 2001, p. 230) faz o seguinte comentário:

> A Vila Velha apresenta atualmente três casas de alvenaria de tijolos, provavelmente datando do final do século passado, outras tantas mais recentes e um cemitério. O informante local, sr. João Almeida Barros, disse que as casas de taipa foram caindo, mas que acompanhavam o alinhamento atual da rua na direção oeste. O local tem um grande potencial para arqueologia histórica e etnohistória. O motivo da mudança da vila, segundo a tradição oral, está relacionado ao ataque de índios, mas é necessário checar esta informação. (ARAÚJO, 2001, p. 230)

Após visita ao sítio vila Velha e prospecção de superfície na área de dentro e próxima ao cemitério, foi encontrada uma pequena estrutura em taipa em ruínas com características muito semelhantes as encontradas no sítio histórico Taipinha. Suas dimensões aproximadas são: 1,5m de altura com cerca de 0,50m de largura por 2,5m de comprimento, com furo de aproximadamente 0,1m em sua base, tal como no sítio Taipinha, idem para as estrias causadas pelo pilão no momento de socar a terra (Anexo 62).

Diante de tamanha coincidência e proximidade, cerca de 5km do Sítio Taipinha, é possível que ambas sejam contemporâneas ao processo de colonização de Itapeva e região, fruto da tentativa de estabelecimento por Furquim Pedroso de fundar a vila da Faxina.

Segundo o morador do bairro, Valdecir Antunes de Lima, no fundo do cemitério existe um alicerce de paredes de taipa, e por isso não se enterra pessoas no local, pois a terra é muito dura. Em prospecção de superfície conforme indicação do morador, realmente não existe pessoas enterradas no local e a terra é compactada. Não foi possível identificar, se, existe ou não, alicerces ou pisos de uma construção em taipa observando a superfície.

A integridade varia de acordo com o bem patrimonial. As casas do início do século XX estão em regular estado de conservação, já o cemitério, capela e lápides de forma geral estão em bom estado, porém a ruína de taipa apresenta-se altamente degradada, seu estado de conservação é péssimo.

8.3.3.- ITV 22.160.480 - Fazenda Pilão d'Água

F=22 E=716.070 N=7.348.013, Altitude= 660m.

Ciclo do tropeirismo e da escravidão no sudoeste do estado de São Paulo, séculos XVIII e XIX.

A Fazenda está localizada em área limítrofe urbano rural, à margem da rodovia Francisco Alves Negrão SP - 368, entre os bairros Santa Maria, Colina dos Pinheiros e a Represa do Pilão d'Água, conforme mapa da Prefeitura Municipal de Itapeva (PMI, 2000).

É um sítio arqueológico histórico-arquitetônico rural de pleno reconhecimento da população itapevense, sendo sua história diretamente ligada a escravidão e desbravamento do sudoeste do estado de São Paulo e sua integração com o sul do país.

O caminho de São Paulo a Sorocaba começou a ser prolongado para o sul em torno de 1693, no início até Curitiba, pelos criadores de gado e, mais tarde, de 1721 a 1725, levado ao Rio Grande do Sul através do traçado feito por Francisco de Souza e Faria e depois refeito por Cristóvão Pereira de Abreu (SILVA BRUNO, 1967).

Os caminhos de Sorocaba a Itapeva, Curitiba e o Sul do país se fizeram, em grande parte pelo transporte de boi e pelas tropas de cavalos e burros trazidas do sul do país. Itapeva estaria inserida no "ciclo do tropeirismo", sendo uma das "estações de invernagens", para muares, eqüinos e bovinos antes de serem vendidos na feira de animais em Sorocaba. (PETRONE, 1976)

Nos primórdios do século XVIII, Itapeva então uma simples aldeia de índios civilizados era conhecida como passagem obrigatória dos tropeiros, que vindos de Sorocaba, se encaminhavam para a região Sul do país.

Um registro sobre a Vila de Itapeva, e sua pecuária ocorre no início do ano de 1820, quando viajante e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, passa pelo local.

> Itapeva fornece grande quantidade de gado bovino à cidade do Rio de Janeiro, mas parece que a maior parte das fazendas da região, as quais de resto são em pequeno número, pertencem a homens

> ricos que nas mesmas não residem, e que contrariamente os fazendeiros de Minas Gerais, despendem suas rendas alhures. (SAINT-HILAIRE, 1972, p. 277).

Silvia Correa Marques (MARQUES, 2001), aponta o atual bairro rural do Jaó como uma comunidade quilombola remanescente de escravos, que se organizaram após a sua libertação, e teriam seus ancestrais trabalhado na Fazenda Pilão d'Água.

Estudar e entender o que ocorreu nesta fazenda através das estruturas denominadas localmente como "muros dos escravos", paredes de taipa e tijolos da Casa Grande, alicerces e matrizes arqueológicas, pode a levar a compreensão das atividades econômicas, sociais e culturais desenvolvidas no local no passado.

Desde o período colonial até o início da década de 1970, a fazenda passa por vários proprietários e tentativas de implantação de atividades agropecuárias, entre elas a moagem de grãos, a produção de café e cachaça.

Em 1970 a Prefeitura Municipal de Itapeva adquire, pela primeira vez, parte da Fazenda Pilão d'Água para a construção do reservatório de água, utilizado até hoje na captação e abastecimento da cidade.

O então prefeito Jorge Assumpção Schmidt, num acordo amigável com o proprietário Hans Henrich Rudolf Braren, adquiriu uma pequena parte da fazenda ao redor do Ribeirão Fundo onde construiu a barragem.

Aproveitando as características propiciadas pelo represamento do Ribeirão Fundo, foi criado um espelho d'água de 22 hectares com faixas de vegetação nativa e um bosque de eucaliptos nas margens, duas piscinas e um restaurante próximo a uma das estruturas de pedras, conhecidas pela população como "muro dos escravos". Em 20 de setembro de 1972 o local foi inaugurado e denominado Centro Comunitário e Recreativo Bento Alves Natel, tornando-se um importante ponto de lazer na região. Porém as administrações posteriores não foram capazes de manter o Centro Comunitário e hoje se encontra em completo abandono. (CÍLIOS DA TERRA, 2001).

Três décadas depois, no ano de 2003 inicia-se nova negociação entre a Prefeitura Municipal de Itapeva e herdeiros da família Braren que resulta na compra total da fazenda, incluindo todos os edifícios e estruturas antigas.

Atualmente toda Fazenda Pilão d'Água pertence a Prefeitura Municipal de Itapeva que a comprará sobre com a intenção de ser implantado no local uma escola

de educação ambiental, pois boa parte dos recursos empregados nesta compra vieram do FUNDEF – Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

A Fazenda Pilão d'Água e o Centro Comunitário atualmente fazem parte de um sítio arqueológico histórico-arquitetônico extenso. Abrange a Casa Grande que é uma construção provavelmente do século XIX, em taipa, posteriormente ampliada com alvenaria. Ao redor existem diversas casas e barracões em tijolos à vista com argamassa de saibro, sendo que uma delas contém uma parede de pedras encaixadas sobrepostas com argamassa e cacos de telhas, indicada por moradores das redondezas como sendo onde a antiga Senzala.

Também são encontrados, ao redor da Casa Grande, ruínas de muros, rampas, escadas e alicerces. Alguns alicerces antigos de pedra foram abandonados outros, reaproveitados em construções mais recentes, com paredes de tijolos e argamassa de saibro (Anexos 65 à 73).

As estruturas de pedras mais extensas e conhecidas pela população são os "muros dos escravos", de uma extremidade a outra, chega a ter mais de 1,5km de extensão.

Em uma análise dos edifícios e estruturas de pedras do local foram constatadas, pelo menos cinco transformações no tocante às construções de casas, muros, valetas e outros edifícios que ocorreram no decorrer da história da fazenda. Essas diferentes maneiras de construir que se diferenciam basicamente quanto a sua utilidade, matéria prima empregada e modo de fazer, aqui denominaremos técnicas construtivas**.**

A Casa Grande, edifício construído em taipa de pilão e vigas lavradas a machado, seria a primeira.

A segunda técnica construtiva é composta por estruturas de pedras encaixadas umas sobre as outras. São os "muros dos escravos" e o piso de pedras encaixadas que rodeia a Casa Grande, o "terreiro". "Canaletas" tal como beiradas de calçadas e suas sarjetas, também são encontradas ao redor da sede e fazem parte desta técnica construtiva.

A terceira técnica construtiva observada é composta por estruturas de pedras encaixadas umas sobre as outras, com a utilização de argamassa de saibro, com ou sem mistura a cacos cerâmicos. Entre elas estão: escadas, muretas das rampas aos arredores da Casa Grande, uma parede inclinada de um "galpão" onde, segundo

moradores antigos que conviveram com os escravos libertos que trabalham na Fazenda, seria a senzala.

A quarta técnica construtiva é composta por casas, barracões e um terreiro de tijolo a vista, tal como utilizado para secar café, inclusive uma estação de recebimento de energia elétrica que remonta o início do século XX, quando a energia elétrica chega a Itapeva. Alguns desses edifícios contam com reboque de argamassa de saibro, outras apresentam alicerces de pedras sobrepostas, típico da segunda técnica construtiva citada.

A quinta e última técnica construtiva é composta por edifícios complementares ou estruturas sobrepostas da Casa Grande e Senzala, por exemplo, uma cozinha, banheiros, varandas com pisos de cimento, lajes de concreto e azulejo; também são observados em diversos pontos da fazenda cochos de concreto e um muro ornamental de basalto e concreto na entrada da Casa Grande, estes de alvenaria e recentes, da segunda metade do século XX até os dias de hoje. Até o momento, a ONG denominada Cílios da Terra, se mobilizou na conscientização de 4.000 alunos e 500 professores sobre as importância histórica e cultural do local, existindo muito ainda por fazer.

Seria altamente recomendável desenvolver estudos sobre as técnicas construtivas e seus períodos de construção e utilização. Tais estudos contribuiriam para a elaboração de uma cronologia local, além de subsidiar técnicas de conservação e recuperação das estruturas que variam de bom a ruim em relação à conservação.

Foi observado um núcleo de solo antropogênico, próximo ao galpão onde teria sido a Senzala. O porão da Casa Grande está com “terra batida” com alguma possibilidade de conter cultura material.

A senzala, indicada segundo moradores locais, foi praticamente posta ao chão e reutilizada como barracão, apresentando uma de suas paredes e seu alicerce semelhante à segunda e terceira técnicas construtivas. Em sua frente existe um pequeno núcleo de solo antropogênico superficial com cerca de 5cm de profundidade e 8m de diâmetro. Não foi possível avaliar com precisão como aconteceu a demolição e reconstrução da estrutura em questão[38].

[38] Charles F. Orser em Introdução a Arqueologia Histórica adverte que a maior parte dos sítios arqueológicos históricos foram ocupados por apenas curtos períodos de tempo e como conseqüência pouca probabilidade de acúmulo de camadas ou formação de micro-estratos. Outro problema

A sede está em média vertente, próxima do Ribeirão Fundo cerca de 120m de distância (IBGE, 1977) e de frente à Catedral de Santana a cerca de 2,5km.

O compartimento topomorfológico local encontra-se muito alterado, pois a rodovia Francisco Alves Negrão -SP 368 atravessou praticamente toda área ao sul da fazenda, no sentido leste-oeste, próxima à sede, cerca de 50m da Casa Grande; além disso, um trevo de acesso à cidade foi construído na década de 1970, destruindo possíveis estruturas de muros de pedras ou edifícios. A ampla terraplanagem para a construção dessas obras alterou significativamente o relevo local. Além disso, a cidade se expande e novos bairros e construções surgem nas proximidades da fazenda, dificultando uma análise do local no tocante a outras possíveis estruturas.

Próximo ao sistema de tratamento de água da Sabesp, atravessando a rodovia Francisco Alves Negrão, a aproximadamente 80m da Casa Grande, num barranco de 5m de altura, existe uma estrutura de encosta composta de pedras encaixadas e com argamassa de saibro, coberta – rebocada de cimento.

Na parte superior da estrutura de barranco foi encontrada uma pedra de mó em granito de cor avermelhada, do diâmetro de 55cm de raio, com 22cm de largura, removida para o Centro Cultural “Cícero Marques” após seu georreferenciamento.

Essa estrutura pode ter determinado o nome da Fazenda Pilão d’Água, pois ali tenha existido um monjolo, aproveitando o desnível da queda d’água da cachoeira do Ribeirão Fundo.

A limpeza e a evidenciação das estruturas para elaboração de uma planta poderiam fornecer dados fiéis a respeito da hipótese do local ser um antigo monjolo.

De volta à sede da fazenda e adjacências, a construção dos muros para invernagem de animais requereu, no passado, uma significativa mão de obra, portanto muitos escravos. A Casa Grande e a estrutura de barranco para beneficiamento de produtos agrícolas formam um significativo empreendimento agropecuário regional para o século XIX.

Como geoindicadores temos a leste, a 120m da sede da fazenda o ribeirão Fundo que deságua no córrego do Aranha, cerca de 400m da Casa Grande, o que torna o local muito bem abastecido para a criação de gado bovino, eqüinos e

---

indicado é a destruição das evidências de ocupação de povos anteriores por técnicas de construção dos povos históricos mais recentes. (ORSER, 1992, p 84 - 86)

muares.

Existem afloramentos de arenito a sul e a leste da sede. São estes afloramentos rochosos que forneceram matéria-prima para a construção dos muros, alicerces, rampas etc.

Enfim, unindo o Centro Comunitário e Recreativo Bento Alves Natel, inaugurado em 1972, hoje abandonado e a Fazenda Pilão d'Água - Casa Grande, todas as estruturas de pedras, casas e barracões recentemente adquiridos pela Prefeitura Municipal de Itapeva poderíamos ter uma única área de convivência onde atividades culturais, cidadania e de lazer, além da implantação de um museu poderiam ser desenvolvidas.

A ONG - Cílios da Terra, em seu informativo a população, indica que a área da Fazenda do Pilão d'Água e do Centro Comunitário e Recreativo Bento Alves Natel juntas portam importantes ambientes que propiciam a realização de atividades histórico-culturais, de educação ambiental, de lazer e esporte (CÍLIOS DA TERRA, 2001)

Em relação à integridade dos muros de pedras existem trechos que variam de ótimo a péssimo estado de conservação.

O muro localizado dentro da área do Centro Comunitário Bento Alves Natel apesar de estar em pé, se apresenta inclinado devido à retirada de terra próximo a sua base, por motivo da construção e manutenção de estrada de acesso ao local. Seria pertinente a recolocação de terra para evitar o tombamento – queda do muro.

Em relação às caneletas, algumas foram recentemente destruídas, outras estão desaparecendo, encobertas por terra, sedimentos, ou afundando devido à circulação de carros e caminhões sobre elas.

A estrutura de barranco está em regular estado, uma vez que, reformas e cobertura com argamassa de cimento realizadas no passado recente, de certa forma protegeram-na encobrindo-a. Entretanto existe o acúmulo de lixo no local e o mato está alto; outro problema sério é construção irregular de casas nas proximidades. (Anexo 70).

A Casa Grande está em regular estado de conservação, pois no decorrer dos anos ocorreram várias alterações e reformas, o que a manteve habitável pela família Brarem até o ano de 2002, mas o madeiramento do piso, do forro e telhado estão muito ruins.

O barracão indicado como senzala está em regular estado, porém, a parede mais antiga precisa de intervenções, pois raízes de árvores próximas estão desprendendo a argamassa e causando sérias infiltrações. O madeiramento do teto está deteriorado e corroído por cupins.

Analisando como um todo o patrimônio arqueológico e histórico-arquitetônico da Fazenda Pilão d'Água, sua integridade é regular para ruim. Devido à complexidade de estruturas de pedras, casas, área verde, represa que abastece a cidade, seria pertinente a urgência no aprofundamento de estudos com equipe multidisciplinar de arqueólogos, arquitetos, engenheiros, biólogos e historiadores.

Uma questão política a ser resolvida é a ocupação parcial da fazenda por um clube de tropeiros ocorrida na administração passada, que vem causando significativos estragos as estruturas de pedras, edifícios e ambiência. Parte de algumas estruturas de pedras, canaletas e muros foram parcialmente destruídos para ceder espaço a um estacionamento, uma parede em bloco de cimento foi erguida descaracterizando o edifício em anexo, além de um terreiro pavimentado com tijolos originalmente foi transformado em estábulo.

8.3.4 – ITV 22.162.461 - Edificação da Rua Martinho Carneiro nº 177. F=22 E=716.217 N=7.346.180, Altitude= 723m.

Ciclo regional do tropeirismo e final da escravidão, ano de 1881.

Tombado pelo Decreto Municipal n.º 5.606, de 24 de agosto de 2005, devido ao seu valor histórico-arquitetônico (tipo da fachada, técnica construtiva e raridade), inestimável acervo arqueológico, bibliográfico, etnográfico, histórico e iconográfico e ainda por ser portador de memória afetiva dos moradores do município, este edifício apresenta características neoclássicas. É um exemplo de edifício que teve seu uso continuado, portanto conserva sua vida ativa, abrigando a Centro Cultural "Cícero Marques" também conhecido como "Casa Ciceriana".

A disposição interna das paredes foi um pouco alterada, de acordo com os diversos usos pelo qual passou o prédio. É um exemplar que possui alcovas, com grandes salas na parte da frente e serviços para o fundo (BARROS, 1996, p. 32).

Sua data de construção é de 1881, e seria inicialmente propriedade do Sr. Donato de Camargo Melo. (BARBOSA, 1988, vol III: p.47), o que corresponde a sua fachada com as siglas DCM, 1981. Segundo comunicação do Centro Diocesano de

Itapeva, o construtor deste prédio seria o mestre Jacó, um negro vindo da região de Piracicaba que também executou trabalhos de construção da torre esquerda da igreja de Santana, mais tarde transformada em Catedral. Atualmente o local está em uso contínuo devido às atividades de visitação a seu acervo, assim como de eventos culturais como teatro, dança, mostras de arte e fotografias entre outras atividades culturais e educacionais.

Abaixo de seu piso de assoalho de tábuas, pode existir uma matriz arqueológica contemporânea a sua construção, com mais de 120 anos, uma vez que o edifício dista cerca de 100m da Catedral de Santana, uma das áreas nucleares urbanas de Itapeva. Além da conjunção arqueológica e arquitetônica, o Centro Cultural apresenta em exposição diversos artefatos históricos e pré-históricos, como: armas de fogo, munição e morteiros da Revolução Constitucionalista de 1932, documentos escritos e cópias de documentos dos séculos XVIII, XIX e XX, máquinas de escrever, telefones e móveis do início do século XX, machadinhas indígenas e até mesmo uma urna funerária guarani entre outras centenas de artefatos relacionados dos séculos XVIII, XIX e XX (Anexos 75 a 81).

Outra conjunção refere-se ao patrimônio documental: arquivos, mapas, livros, revistas, fotografias, telas de artistas locais que ainda não foram catalogados de forma sistemática, aguardando serem redescobertos.

O estado de conservação é regular, pois o edifício apresenta trincas em suas paredes tanto para o lado de dentro como de fora. Provavelmente a vazamentos no encanamento de esgoto, pois as trincas estão muito próximas ao banheiro e cozinha atual.

Há deterioração da madeira do forro, telhado e piso por cupins, por chuva, inclusive ”goteiras” e o teto está caindo.

As portas, batentes e janelas, por não terem tratamento adequado e proteção em sua superfície, expõem diretamente a madeira às intempéries.

A fiação elétrica também está em estado crítico e requerer cuidados urgentes de um especialista, pois há risco de incêndio. Não existem extintores suficientes no local. Considerando o uso contínuo e demanda da população, este se torna um dos grandes problemas a serem resolvidos em Itapeva, inclusive no tocante à vida humana.

A retirada provisória de todo o acervo do Centro Cultural para sua

restauração não devem ser postergados, pois corre-se o risco de perder para sempre, na melhor das hipóteses, boa parte da história regional.

8.3.5– ITV 22.147.479 - Estação Ferroviária.

F=22 E=714.741 N=7.347.932, Altitude= 649m.

O edifício é fruto da expansão das ferrovias em São Paulo, mais especificamente, da Estrada de Ferro Sorocabana, 1909.

No tocante ao seu histórico e descrição, segundo Barros (1996) o edifício apresenta:

> características ligadas ao uso institucional; demonstra fortaleza através da ameia, geralmente utilizada para abrigar guardas e dar visibilidade a eles nos castelos. A Vila Izabel, onde está localizada a estação, conta com casas em tipologia industrial, que fazem parte do contexto histórico da Ferrovia Sorocabana e do começo da industrialização na cidade. Data de 1909 a inauguração do trecho entre Itapeva e Itararé, demonstrando a construção eclética do começo do século. (BARROS, 1996, p.21).

A Estrada de Ferro Sorocabana se estende de Sorocaba a Itararé, esta última, localizada no ponto limítrofe entre os estados de São Paulo com o Paraná.

O município de Itapeva apresenta quatro pequenas estações ainda que parcialmente em pé. São elas: Engenheiro Bacelar que é composta por uma estação e com plataforma e duas casas mais recentes ocupadas por um casal de posseiros[39]; Estação Jaó, parcialmente demolida pelo governo estadual, com plataforma de embarque e duas casas, em uma delas pode ser observado o emblema EFS- Estrada de Ferro Sorocabana, além de uma estrutura de tijolo a vista onde provavelmente estaria a caixa da água da estação; Estação Itanguá, também parcialmente demolida e sem trilhos tanto as casas, e estação com plataforma de embarque apresentam um ambiente nostágico e pouco alterada, em bom estado de conservação, ocupada por cinco diferentes famílias; Engenheiro Maia, demolida e com algumas pequenas moradias originais do início do século XX e ocupada por uma única família, com casas originais do início do século XX, além da referida estação denominada Vila Izabel em área urbana. (Anexos 84 a 91). Em conversa

[39] Os posseiros das casas as margens de toda ferrovia em Itapeva, ou o que sobrou dela, são em geral ex-funcionários ou filhos de ex-funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana, Fepasa ou América Latina Logística.

com os moradores, o que sobrou das estações foi mantido, pois, havia pessoas habitando-as no momento do desmonte do patrimônio estadual, que nesse caso significou desmonte do patrimônio histórico-arquitetônico ferroviário local.

No início da década de 1990 o edifício da Estação Ferroviária Vila Izabel, assim denominado pelos itapevenses, foi um dos principais cartões postais da cidade devido a suas características arquitetônicas. Porém o local foi abandonado tanto pela Rede Ferroviária Federal, Fepasa – Ferrovia Paulista S.A. e atual concessionária ALL – América Latina Logística, que a entregou ao município no ano de 2005.

Em relação ao seu estado de conservação, basta citar o título da matéria do Jornal Folha do Sul, datado de 26 de janeiro de 2002, “Estação Centenária Agoniza por Descaso”; abandono e conseqüente vandalismo são responsáveis pelo estado deplorável da estação ferroviária. Porém, apesar do teto desabado, portas internas, batentes e quase todo madeiramento arrancado ou podre, as paredes parecem resistir bravamente ao tempo e ao abandono, sendo um sítio arqueológico histórico-arquitetônico que mantém sua ambiência de vila ferroviária, do início do século, quase 100 anos depois pouco alterada.

8.3.6- ITV – 22.156.453 - Capela de Nossa Senhora do Carmo.
F=22 E=715.687 N=7.345.379, Altitude= 748m.
Ciclo do tropeirismo, início do século XIX.

Localizada em frente à praça Dom Sílvio Maria Dário, região central da cidade de Itapeva, a Capela de Nossa Senhora do Carmo em cujo adro hoje se instala o Lar Vicentino (Anexos 82 a 83). Edificada nas proximidades da residência do Vigário Padre José Custódio de Camargo no século XIX.

Em relação a sua descrição, apresenta apenas uma torre sineira, com óculo no frontão triangular. Possui arco abatido na porta e em todas as janelas. (BARROS, 1996, p.61).

Este edifício religioso construído em taipa de pilão foi recentemente reformado, foram–lhe colocadas amarrações de concreto para conter trincas nas paredes, modificado interiormente com pinturas sobre a vida de Cristo e ampliado com uma edícula no fundo.

Trata-se de um dos edifícios mais antigos e alterados da cidade.

Entre os anos de 2004 e 2005, este edifício passou por uma reforma na qual foi retirada a sepultura de um ilustre habitante local do século XIX, Joaquim Aleixo Ferreira de Barros[40], falecido em 1892. A lápide, de mámore, que se encontrava no piso do átrio principal foi serrada e parte dela recolocada na parede interna da torre.

Neste edifício religioso temos de original as paredes de taipa com cerca de 0,9m de largura, fachada frontal pouco modificada e parte da lápide, não foi possível acessar o sino.

Segundo pesquisa e compilação de Oliveira (1991) construiu-se um cemitério, que era conhecido como “Jazigo do Carmo”, em terreno marcado pela municipalidade, atrás da Capela. Hoje a área do cemitério foi transformada, parte em uma horta do próprio asilo e parte em um loteamento denominado Jardim Ferrari III. Numa prospecção em superfície nesses locais nada foi encontrado.

Próximo à Capela de Nossa Senhora do Carmo, entre a Avenida Coronel Acácio Piedade e Jardim Ferrari III, existe uma pequena reserva ecológica urbana denominada Mata do Carmo, por estar próxima da Capela de Nossa Senhora do Carmo. Nesta pequena reserva existem algumas valetas e depressões, claramente identificáveis como sendo de origens antrópicas, que podem estar relacionadas ao uso da área nos séculos XVIII, XIX e XX.

A Mata do Carmo, segundo histórias de moradores antigos da cidade, seria uma área onde os viajantes oriundos do sul do país abasteciam suas tropas e paravam para pouso e descanso, daí seu antigo nome “Mata Fome” que atualmente está em desuso pela população. Até o momento não foram realizados sondagens ou mapeamentos no local, nem mesmo a reserva foi delimitada.

Seriam cabíveis estudos referentes à arqueologia histórica do município a inclusão dessa área, em especial, a realização de mapeamentos e sondagens poderia trazer informações sobre o local, pois a história obtida através das informações orais, as valetas e depressões no terreno de origem antrópica, juntamente com a proximidade com a Capela de Nossa Senhora do Carmo e seu cemitério apontam o local como um sítio arqueológico histórico.

[40] Irmão de José Aleixo Ferreira de Barros, proprietário da Fazenda Escaramuça (BARBOSA, 1988, vol III, p. 60)

8.3.7– ITV 22. 161.461 - Catedral de Santana.
F=22 E=716.160 N=7.346.106, Altitude= 727m.
Período colonial, tropeirismo e escravidão, ano de 1775.

Localizada na Praça Anchieta, área nuclear urbana, é um dos símbolos da cidade de Itapeva. Sua construção em taipa de pilão foi iniciada em 1785 por escravos, ampliada em 1844, reformada por mais três vezes, de 1910 a 1927. Em 1924 as paredes de taipa foram revestidas com tijolos interna e externamente no final da década de 1960 e entre os anos de 1986 e 1992 (Anexos 92 a 98).

A torre esquerda foi concluída em 1881 em taipa, enquanto a torre direita na primeira década de século XX , sendo esta construída em tijolos.

Em 1911 as torres foram amarradas com ferragens, pois a segunda torre, a da direita, ameaçava cair por causa de um grande formigueiro de saúvas. Ainda hoje a parte frontal da Igreja, do lado direito, apresenta trincas que vão desde o alto da torre até a base próxima à porta frontal. Provavelmente o tráfego veículos pesados na rua Santana que passa do lado direito da Catedral e a fixação de dois sinos que foram chumbados com argamassa de concreto no alto da torre, provocando vibrações na hora do toque sejam fatores de agravamento do problema do formigueiro do início do século XX.

No ano de 2005 foi realizada uma pequena reforma, inclusive com pintura, que mascarou estas trincas. Em relação a seu estilo, segundo Pastro (1986), arquiteto que executou as obras de reforma e restauração é denominado Basilical Barroco Colonial Primitivo Tardio (PASTROS, 1996).

Do final do século XIX, na torre da direita está um relógio Collins S. De Wagner Horlorger – Mécanicien – Rue Montmartre, 118, Paris, France que teria chegado à igreja por volta de 1898. Este relógio necessita de manutenção, pois parafusos, porcas, arruelas e engrenagens estão desgastados ou faltando, sendo substituídos por arames. Não são raros os dias em que o relógio fica parado.

Também há na Catedral uma imagem de Santana, vinda de Hamburgo, na Alemanha, no ano de 1898. Esta imagem é de pinho de riga policromada.

Em suas paredes de taipa estão sepultadas pessoas que teriam sido benfeitoras, ou contribuído para a manutenção, ampliação e reformas do edifício. Desde o ano de 1852 a igreja deixa de funcionar como cemitério público, porém, apesar da várias reformas, são encontradas sete lápides em suas paredes que

datam de 1887 a 1913, período aproximado em que foi construída a segunda torre. Segundo informações orais de membros da igreja, inicialmente esses benfeitores teriam sido enterrados no chão da Igreja e mais tarde colocados nas paredes.

A integridade é boa.

8.3.8 ITV 22.160.457 Edifício da Avenida Coronel Acácio Piedade nº 657. F=22K E=716.030 N=7.345.748, Altitude= 740m.

Edifício público da 1ªRepública, construído em 1910.

A Escola Municipal Coronel Acácio Piedade é o único bem patrimonial de natureza histórico-arquitetônico tombado pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado em Itapeva.

O tombamento ocorreu em 29 de julho de 2002, Ata n.º 1253, onde o Egrégio Colegiado deliberou aprovar o parecer favorável ao tombamento das escolas construídas na 1ªRepública.

O Processo tem o número 24.929/86 e a preservação do referido bem cultural fica assegurada pelo Decreto Estadual 13.426 de 16 de março de 1979, que Cria a Secretaria Estadual da Cultura, assim como pena prevista na lei como conseqüência de omissão ou negligência a qualquer intervenção no prédio sem a autorização. Esse diploma legal igualmente fixa as penalidades em caso de seu descumprimento.

A Escola fica no centro da cidade, na Avenida Coronel Acácio Piedade. Construída com tijolos e expandida com construções entre as décadas de 1970 e 1990 em área no fundo, independentes do edifício original (Anexos 99 à 102). A autoria do projeto arquitetônico é atribuída a Manuel Sabater e José Van Humbeeck. (CORRÊA, 1991) e sua construção data 1910 (BARROS, 1996, p. 25).

Em relação ao seu histórico e descrição, o edifício faz parte de um conjunto de projetos escolares estaduais, que datam de 1910. Esse conjunto ficou conhecido por “Tipo Faxina”, pois Itapeva foi à primeira cidade onde o projeto foi construído. (BARROS, 1996).

Vale ressaltar que, em seu porão, concretado em uma das reformas por que passou, existem diversos documentos escolares que datam do final do século XIX até os dias de hoje; são diários de classe, em sua maioria, mas também se encontram documentos, fotos, livros, móveis, moedas e utensílios antigos, usados durante o fim do século XIX e século XX.

9. CONSOLIDAÇÕES DE DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

Diante do exposto neste trabalho, fica claro que o município de Itapeva é um ícone dentro do panorama arqueológico regional, afinal, dos 645 municípios paulistas, quantos portam tamanha diversidade no seu patrimônio arqueológico?

A seguir são expostas algumas considerações que visam contribuir para futuros estudos científicos, gestão do patrimônio arqueológico e suas conjunções patrimoniais, fomentando, assim, linhas de ação integradas para o município de Itapeva.

Após o término deste trabalho, serão enviados a cada proprietário de terras, lotes urbanos ou edifício onde estão os bens arqueológicos cópia do trabalho em CD e carta[41], apresentando os cuidados básicos que se deve ter com relação a cada bem patrimonial, por exemplo: fixação de placas com advertências para restrição de acesso aos desavisados e caçadores, construção de cerca para animais domésticos, ou ainda, subsídios de como controlar erosão do solo que afetam os sítios arqueológicos.

Em relação ao sítio arqueológico Lagoa Grande, mais estudos e prospecções na área ao entorno, poderiam evidenciar outras ocupações de grupos de caçadores coletores. No tocante ao futuro, esse sítio será progressivamente destruído pela manutenção da estrada vicinal que o evidenciou tanto no afundamento e ampliação de seu leito, como na queda dos barrancos laterais, o que pode levar a perda de material arqueológico pelo escoamento superficial. Será realizada a comunicação à prefeitura por parte da ONG Cílios da Terra para que em futuras manutenções, um arqueólogo acompanhe tais serviços. Idem para o sítio Santa Maria.

No que se refere aos sítios Fonseca e Silveira, ameaçados de serem definitivamente esquecidos na história da arqueologia e do cidadão Itapevense, esses sítios arqueológicos, caso não haja medidas urgentes, somente existirão em textos acadêmicos. Suas igaçabas, vasilhames e urnas corrugadas e unguladas, seus esqueletos, ancestrais do Brasil, serão simples fragmentos perdidos no tempo e no espaço.

O estado dramático do Sítio Fonseca parece ser irreversível, pois sofre

[41] O Grupo de Estudos Ambientais Cílios da Terra – entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída irá colaborar com o envio deste material a cada proprietário.

destruição mecânica há mais de 30 anos, sendo um sítio altamente degradado pelas recentes construções das bacias de captação de água, para solucionar a erosão da antiga estrada que já não existe mais. Seria oportuno verificar o esgotamento ou não da jazida arqueológica através do uso do GPR - Ground Penetrating Radar e a realização de poços testes para confirmação ou não do fim da jazida arqueológica.

Para o sítio Silveira, além da utilização do GPR para localizar, mapear e salvar possíveis urnas funerárias e vasilhames, são necessários o apoio e a atenção ao proprietário Sr. Erineu Rodrigues da Silveira que até agora com paciência, preserva e guarda dentro de sua própria casa, urnas e esqueletos. Daí surge uma questão básica que deve ser respondida com urgência pela comunidade científica e poder público e sociedade. Como sua comunidade pode usufruir dos benefícios de ter bens arqueológicos, dos quais cuidam com responsabilidade?

Em relação aos abrigos com pinturas e gravuras do canhão do Itanguá, serra das Pedras e regiões adjacentes, inclui-se aí a gravura rupestre histórica. Seria interessante, uma busca de novos abrigos, pinturas ou gravuras com conseqüente registro sistemático. Quanto às ações mitigadoras, pouco se pode fazer para evitar o as alterações biológica, físicas e químicas para cessar o desprendimento dos grãos de arenito dos painéis.

Para futuras análises e comparações, a utilização de técnicas de registro através de imagens digitalizadas com posterior seleção e segregação de cores[42] tal como realizado por Cavalheiro seria pertinente (CAVALHEIRO, 2004, p. 29-30).

Isso poderia contribuir para o incremento de informações e uma melhor compreensão do panorama paulista e do sudeste brasileiro no tocante a arte rupestre. Como resultado, teríamos a valorização de algumas singulares e ainda preservadas áreas com qualidades conjuntas: qualidades arqueológicas, ambientais, geológicas, geomorfológicas, paisagísticas, além da proteção a diversidade biológica.

Para tanto, estudos que subsidiem a criação de Unidades de Conservação seriam pertinentes.

---

[42]Para o decalque das pinturas, necessários para as análises e comparações em laboratório, o pesquisador utilizou técnicas de seleção e segregação de cores em computador. As fotos, após serem digitalizadas e passarem por um processo de captura de cores, os grafismos, foram segregados. Daí foi possível ampliá-las no seu tamanho natural e manejá-las facilmente. Essa técnica, segundo o pesquisador, isenta qualquer contato físico com os grafismos pintados, como acontece com os *releves*. (CAVALHEIRO. 2004, p. 29-30)

Conforme a Lei 9.985 de 18 de junho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, Unidade de Conservação é entendida como:

> [...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público com objetivos de conservação e limites definidos sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção [...] (LEI, 9.985, 2000: art. 2º)

Além da manutenção, proteção, recuperação de ecossistemas e diversidade biológica do Brasil, dentre os objetivos da criação das Unidades de Conservação estão:

> V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
> VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
> VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica**,** paleontológica e cultural. (LEI, 9.985, 2000: art.4º)

Considerando o engajamento de ambientalistas locais do Grupo de Estudos Ambientais – Cílios da Terra[43], que há três anos fazem um trabalho de conscientização de proprietários de terras do Canhão e adjacências, para que estes tornem parte de suas propriedades em Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN[44].

Uma RPPN possibilita à iniciativa privada - proprietários de terras - a criação de reservas naturais mediante reconhecimento do poder público, considerando sua diversidade biológica, sendo permitida a pesquisa científica, visitação com objetivos

[43] Entre os integrantes do Grupo de Estudos Ambientais que trabalham na conscientização de proprietários de terra para implantação de RPPNs no município – Cílios da Terra estão: o médico veterinário Luiz Cláudio Barros, o técnico em mineração e professor José Antônio Büher Campolim *(in memorian)* e o professor Silvio Alberto Camargo Araújo.

[44] O Decreto Lei nº. 1.922, de 5 de junho de 1996, dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural e dá outras providências. De acordo com a Lei 9.985/2000: art.7º, das Categorias de Unidades de Conservação integrantes do SNUC, estas são divididas em dois grupos: **Unidades de Proteção Integral** cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, enquanto as **Unidades de Conservação de Uso Sustentável** têm o objetivo compatibilizar a conservação da natureza e a utilização sustentável de parte dos recursos naturais. A proposta aqui referida para RPPNs, nas áreas do canhão do Itanguá e Serra das Pedras, enquadram-se na segunda categoria.

turísticos, recreativos e educacionais (LEI, 5.746/2006 art. 21). Outra possibilidade seria a criação de uma APA - Área de Preservação Ambiental.

Para tanto, pesquisas geográficas analíticas, direcionadas a estabelecer o zoneamento[45] e delimitação de áreas a serem protegidas e conservadas, do canhão do Itanguá e Serra das Pedras, com estudo fundiário e de exploração minerária, seriam referenciais básicos para a preservação dos sítios arqueológicos e seus ambientes.

A respeito de Vila Velha, em especial, a pequena estrutura de taipa poderia ser protegida do sol e chuva através de uma cobertura e placa explicativa de seu valor histórico, evitando-se a destruição por desavisados.

Buscar as respostas sobre as relações sociais, históricas e culturais entre os sítios Vila Velha, Taipinha, Santa Maria, Abrigos Fabri I e II, Fazenda Remanso I e Toca da Fazenda Remanso podem contribuir para resolver questões ainda não muito claras sobre a história local, tais como:

O sítio Taipinha, foi realmente um “colégio de jesuítas” ou seria o sítio Santa Maria? Afinal a situação de contato interétnico até o momento está caracterizada no segundo sítio.

O que foi o sítio Taipinha, uma igreja, uma casa, uma tentativa de estabelecimento do período colonial?

Como surge realmente a Paragem de Itapeva, a vila dos índios soldados, como eles foram civilizados?

Na questão do patrimônio arqueológico em conjunção com histórico-arquitetônico: Fazenda Pilão d’Água, Centro Cultural Cícero Marques, Estação Ferroviária, mais pesquisas poderiam ser iniciadas, enfatizando e potencializando a produção de dados e informações com constante disponibilização para a comunidade local. Vale a pena ressaltar que são três sítios arqueológicos histórico-arquitetônicos reconhecidamente importantes tanto do ponto de vista arqueológico histórico-arquitetônico como histórico e afetivo para a população local.

A Fazenda Pilão d’Água poderia ser unificada com o Centro Comunitário Bento Alves Natel implantando-se um centro histórico-cultural enfocado na perspectiva da contribuição dos índios, negros e europeus na formação da

[45] Para o geomorfólogo Jurandir Sanches Ross (ROSS, 1994) a análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados para zoneamentos não pode ser formulada a partir de uma leitura estática do ambiente, mas sim inserida no entendimento do processo de ocupação do território e de seus recursos naturais.

identidade regional e suas múltiplas interações culturais, raciais, sociais e econômicas. O suporte legal para aprofundar esta perspectiva está nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo, a inclusão nas diretrizes e bases da educação nacional a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Vale ressaltar, que o município de Itapeva é um dos poucos no estado de São Paulo no qual está instituído o "Dia da Cultura Afro-Brasileira e da Consciência Negra" (LEI MUNICIPAL, n.º 1993), a ser comemorado todo dia 20 de novembro.

Programas de educação patrimonial e ambiental, no Centro Comunitário Bento Alves Natel e Fazenda Pilão d'Água, poderiam ser implantados, preservando uma área verde que abastece a cidade de água e ao mesmo tempo revitalizando um patrimônio arqueológico e histórico-arquitetônico.(CÍLIOS DA TERRA, 2002, p.2)

Ao final destes programas, teríamos dois resultados básicos, o orgulho de termos um patrimônio arqueológico histórico-arquitetônico relacionado ao passado colonial, imperial, escravidão e tropeirismo reforçando nossa própria identidade e a conscientização da população quanto à importância de preservar a água que bebem. Outro aspecto importante sobre a Fazenda Pilão d'Água é que boa parte dos recursos empregado para a compra foi realizado com verbas do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. (LEI, 9.424; DECRETO LEI, 2.264)[46], o que deveria, em "tese", ser revertido em educação patrimonial e ambiental.

O Edifício da rua Martinho Carneiro n.º 177 - Centro Cultural Cícero Marques urge por reforma e restauração e nova exposição museológica. Também é extremamente necessário definir qual seria a função da Casa Ciceriana. Museu? Teatro? Centro Cultural? Salão de artes? Centro de informações turísticas. Pois sua multifuncionalidade ao mesmo tempo é uma solução em relação à demanda, "fome" de cultura do cidadão Itapevense, mas também a torna "casa para toda obra", não contemplando nenhuma de suas atuais funções por completo e com segurança.

Em caso de escolha do edifício como museu, será preciso estabelecer uma visão clara, saber para onde dirigi-lo e como chegar até as metas e objetivos propostos; para tanto é necessário a elaboração de um Plano Diretor específico para museus (MUSEUMS & GALLERIES COMMISSION, 2001, vol 1, p.16).

[46] Nota pessoal da ex-secretária de educação do município de Itapeva, Mady Gomes Rolim Ribeiro.

A Lei Orgânica do Município de Itapeva (LOMI, 2005, art. 162) autoriza a criação da Fundação Cultural Cícero Marques, porém, não foi colocada em prática. Segundo Vaz (2005)[47]:

> A principal vantagem da implantação de uma fundação cultural é a possibilidade de executar a política cultural com mais agilidade do que utilizando a infra-estrutura administrativa da prefeitura. Este benefício, entretanto, só se mantém se a autonomia administrativa da fundação não gerar uma superestrutura tão pesada quanto à da prefeitura. Nenhuma Fundação trará resultados positivos se for transformada em um organismo de grande porte. O segredo de seu sucesso irá residir exatamente na capacidade da administração municipal em mantê-la com número pequeno de funcionários. A fundação cultural tende a se apresentar com maior visibilidade junto à população. É mais fácil conseguir apoio da sociedade para projetos culturais do governo municipal, pois a fundação fica diferenciada da prefeitura e assume uma identidade própria, mais próxima da sociedade. Se existirem mecanismos democráticos de gestão da política cultural e da fundação, esse benefício se vê multiplicado e pode, inclusive, contribuir para que projetos de grande impacto na sociedade não sejam interrompidos nas mudanças de governo. (VAZ, 2000, p.234)

Como medidas de preservação à vida humana e acervo existente, seria oportuna a paralisação de atividades de visitação, assim como de eventos culturais, até que se possa fazê-los com segurança após reforma e restauração.

A Estação Ferroviária é um importante patrimônio arqueológico histórico-arquitetônico que deve ser restaurado e devolvido à comunidade Itapevense. Dentre as possibilidades da utilização, duas são discutidas entre os itapevenses: a criação de um pólo cultural e a criação de um museu sobre a Estrada de Ferro Sorocabana com a volta e funcionamento do trem de passageiros com finalidades turísticas (FOLHA DO SUL, 2006, f.2, p.1). Outra hipótese seria a criação de um centro regional de memória da sucessão dos cenários de ocupação humana regional, tal como proposto por (MORAIS, 2004, p. 144)[48].

Sob a perspectiva da implantação de “Casas de Cultura e Cidadania”, tanto o edifício da rua Martinho Carneiro n.º 177, onde está o Centro Cultural Cícero Marques a Estação Ferroviária e a Fazenda Pilão d’Água, são locais pouco

[47] Entre os exemplos mais conhecidos de fundação cultural, o município de Jacareí–SP com 164 mil habitantes implantou sua fundação cultural que opera nas áreas de patrimônio histórico, formação e promoção a eventos. (VAZ, 2000, p.234).

[48] Dissertação de Mestrado da arquiteta Daisy de Morais, Estação Ferroviária de Piraju – Ensaio de Arqueologia da Arquitetura de Ramos de Azevedo, 2004.

aproveitados pela população e com imenso potencial para se tornarem espaços privilegiados para o acesso aos bens culturais e promoção da cidadania. Sendo plenamente possível oferecer sem mercantilismo ou ideologia acrítica a valorização do que é local, assim, atuando contra a dominação cultural dos modelos e procedimentos massificados ou do mundo "ilustrado" das elites. (VAZ, 2000, p. 214)

A Catedral de Santana, o edifício da Avenida Coronel Acácio Piedade n.º 657, onde está sediada a Escola Municipal Coronel Acácio Piedade e a Capela Nossa Senhora do Carmo no Asilo Lar Vicentino, são edifícios onde não foi possível identificar a matriz arqueológica, pois passaram por diversas reforma, pavimentação da superfície.

Vale a pena ressaltar que são os edifícios que têm grande potencial para educação patrimonial. Afinal, são exuberantes, em bom estado de conservação, podendo receber visitantes em grande número com segurança, estão próximos uns dos outros possibilitando visitas seqüenciais num roteiro turístico, além de conter vasta documentação que ainda não foi ser explorada que pode ser disponibilizada a comunidade após estudo. Ainda que de maneira incipiente, existem funcionários da Prefeitura Municipal de Itapeva que monitoraram visitas a esses locais.

A implementação de uma política pública séria e compromissada com a história e o desenvolvimento sócio-cultural e econômico, passa sem dúvida nenhuma, pela criação, reformulação e implementação de leis e programas de apoio e incentivo ao patrimônio arqueológico que abordem esses bens como uma solução de caráter sustentável[49] e não como um problema insolúvel.

Para se ter referências do quanto é necessário a criação e reformulação de leis de caráter cultural, basta observar uma lei que até pouco tempo atrás se aplicava; a Lei n.º 1039/97 que cria o Conselho Municipal da Cultura de Itapeva com a finalidade básica desenvolver uma política cultural de alcance social, indicava que os membros deste conselho deveriam ser no total trinta membros e de forma não paritária, ou seja, apenas o presidente do Conselho Municipal da Cultura e um representante da Câmara de Vereadores seriam as partes representativas do poder público municipal, sendo outros vinte oito membros da sociedade civil. Tal composição inviabilizava a operacionalização e efetivação de trabalhos e parcerias

[49] Para este trabalho o termo sustentável deve ser entendido como: viável economicamente, socialmente justo e que preserve os recursos naturais e arqueológicos para que as futuras gerações também possam se utilizar desses recursos.

com outras secretarias e órgãos municipais, estaduais, federais, públicos e privados. Esta lei foi substituída pela Lei Municipal n.º 2308, de 18 de julho de 2005 que prevê o paritarismo.

Em relação à Lei 1038/97 que cria o Fundo Municipal da Cultura, no seu artigo 3º, não prevê a aplicação de recursos em bens imóveis tais como sítios arqueológicos ou bens histórico-arquitetônicos; as palavras restauro, manutenção, preservação, salvaguarda não aparecem no texto. O mesmo artigo autoriza o aluguel de imóveis para uso cultural.

Porém, o pior que poderia acontecer em se tratando de políticas públicas, vem no seu artigo 5º que trata do repasse de recursos para entidades e organizações de serviços culturais. Em seu parágrafo único prevê transferências de recursos para Organizações Governamentais e Não Governamentais ligadas à cultura que se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares. São termos um tanto quanto comprometedores, quando se trata de recursos públicos, uma brecha legal, para desencaminhar recursos financeiros.

Um passo importante a ser dado para o patrimônio arqueológico e histórico-arquitetônico seria a criação e o fortalecimento do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Arquitetônico de Itapeva, o COMDPHAATI.

A Lei Municipal 543/91 que dispõe sobre a criação do FEPAC – Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais, e institui o incentivo fiscal através de convênios, doações para a implementação de projetos específicos de âmbito cultural que forem aprovados pelo Conselho Municipal da Cultura. Este documento legal também poderia ser reformulado, pois se trata de uma lei municipal de incentivo à cultura, onde o doador de recursos indica projetos específicos a serem beneficiados com a aplicação dos recursos. Essa lei incentiva promoção à cultura, porém nunca foi praticada.

O primeiro motivo da não aplicação seria o fato de que os recursos teriam que ser disponibilizados antecipadamente pelo patrocinador; este receberia um certificado para futuro abatimento de impostos municipais, como o ISS – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza e o IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, desde que não ultrapassem 20% do valor total dos impostos a serem pagos. Outra questão é sua desatualização, pois considera as secretarias municipais de educação e cultura como uma só, sendo estas atualmente separadas desde o ano de 1996 e terem recursos de fontes diferentes. O FEPAC,

originalmente, foi criado no município de São Paulo através da Lei 10.923, de 30 de dezembro de 1990, instituindo, no âmbito do município de São Paulo o incentivo fiscal para realização de projetos culturais, a ser concebido por pessoa física ou jurídica domiciliada no município.

Além da reformulação da legislação municipal de incentivo a cultura, a Lei Federal n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor cultural, de modo a contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais pode ser um dos mais importantes mecanismos de promoção ao melhoramento e restauração do patrimônio arqueológico e histórico-arquitetônico do município.

Porém, as Secretaria Municipais de Cultura, Meio Ambiente, Obras e Educação não possuem logística ou pessoal especializado para captação de recursos destinados a cultura. A capacitação de funcionários e contratação de pessoal especializado para atentar aos editais e programas federais torna-se a cada dia urgente.

É altamente recomendável a contratação de arqueólogo, museólogo e historiador para serviços relacionados ao patrimônio arqueológico, histórico, arquitetônico e ambiental entre as secretarias municipais.

A discussão e implantação de diretrizes da Secretaria Municipal de Cultura para Plano Diretor de Desenvolvimento do município conforme Estatuto das Cidades (Lei, 10.257) está em andamento. Entre as diretrizes[50] propostas até o momento relacionadas ao patrimônio arqueológico estão:

Inventariar e georreferenciar todo o patrimônio arqueológico, arquitetônico, artístico, cultural, geológico, geomorfológico, histórico, paisagístico e ambiental do município;

Organizar o acervo arqueológico, bibliográfico, histórico e iconográfico através de catalogação sistemático.

Criar condições para a instalação e manutenção do museu histórico no Centro Cultural Cícero Marques;

[50] Diretrizes discutidas durante o ano de 2005 no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura de Itapeva junto a historiadores,funcionários da Secretaria Municipal de Cultura e população, estas diretrizes não foram abertas ao público. Segundo indicação do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES. (BNDES, 1994) o Plano Diretor de Desenvolvimento para os municípios deve ter a participação popular.

Criar condições para Implantar ciclo de exposições museológicas temporárias e temáticas com o acervo público e particular existente sobre o município;

Promover a educação patrimonial;

Atentar aos editais de caráter cultural, para captação de recursos a serem empregados na restauração e preservação dos bens culturais materiais do município. Um plano básico de ações para conservação do patrimônio arqueológico *in situ*, abordando tópicos como: quais os problemas detectados, como atuar sobre eles, como recuperar e tratá-los, como impedir ou evitar a destruição, tal como proposto por Celski (CELSKI, 2000, p.228-234), seria de um passo importante e atribuição das secretarias municipais de obras, cultura e meio ambiente com apoio e incentivo do COMDPHAATI, junto ao pessoal especializado a ser contratado. Desenvolver pesquisas e métodos de gerenciamento do patrimônio arqueológico local, a fim de subsidiar políticas e ações de preservação e valorização desses bens, revertendo o quadro atual de alienação e abandono, pelo quadro desenvolvimento sócio-cultural, tendo como fruto a apropriação e fortalecimento da comunidade de sua identidade cultural, subsidiando atividades econômicas e culturais, não é uma tarefa nada fácil. Porém, longe de ser utópica, esta proposta, se apresenta como uma possível estratégia, uma contribuição aos agentes envolvidos na arqueologia itapevense, afinal, os caminhos que o arqueólogo precisa percorrer na batalha da preservação são diferentes dos caminhos da classe política ou da sociedade civil, porém, os interesses são os mesmos.

10 – EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS EXTERNAS À UNIDADE GEOGRÁFICA DE GESTÃO PATRIMONIAL

Tendo oportunidade de participar em dois projetos de salvamento arqueológico, que passaram pelo sudoeste paulista, entre os anos de 2000 e 2005[51], foi possível encontrar alguns sítios arqueológicos pré-históricos e históricos, a seguir relacionados.

ITB 22.015 .609 - Sítio João Furtado.

F=22 E=701.574 N =7.360.913, Altitude=625m.

Sistema regional guarani.

Próximo a Fazenda São Luiz no município de Itaberá, a 1km do encontro entre o rio Taquari e o ribeirão do Pirituba, propriedade do Sr. João Batista de Oliveira, conhecido como João Furtado. Foi notada grande quantidade de cerâmica guarani lisa de cor marrom, numa área de aproximadamente 50m por 30m, com fragmentos que variam de 0,4cm a 1,8cm de espessura.

O sítio arqueológico divide-se em piquetes de lavoura, pasto, estrada e capineira. O sítio está muito impactado.

O proprietário afirma que a pelo menos 50 anos pratica agricultura e pecuária no local.

TQV 22.409.492 - Sítio São Carlos.

F=22 E =740.941 N=7349.236, Altitude=690.

Sistema regional guarani.

Situado no município de Taquarivaí, no bairro das Pedrinhas, no sítio rural São Carlos, próximo a SP-258.

É um sítio arqueológico guarani, com cerâmica lisa marrom clara e escura. Fragmentos cerâmicos são encontrados num raio de aproximadamente 35m. A propriedade pertence ao Sr. Adão Carlos Cruz.

Os fragmentos cerâmicos são notados em superfície, em área de lavoura, porém, segundo o proprietário, no passado foram retirados pedaços "quase" que

[51] Salvamento Arqueológico da Linha de Transmissão Itaberá/Tijuco Preto no ano de 2001; Salvamento Arqueológico da Linha de Transmissão Bateias/Ibiúna no ano de 2005. Ambas pertencentes a Furnas Centrais Elétricas S.A.

inteiros de vasilhames no capão de mato adjacente, sendo possível encontrar mais fragmentos como esses.

ITP 22.595.704 - Sítio do Porto.
F=22 E=765.955 N=7.370.401, A= 605m
Revolução Constitucionalista de 1932.

Situado no Bairro do Porto, município de Itapetininga, na margem esquerda, a jusante, do rio Paranapanema.

Este sítio histórico conta com pelo menos cinco trincheiras e duas "casas-mata" do período da Revolução Constitucionalista de 1932. A área de abrangência das trincheiras e "casas-mata" tem por volta de 1.500m² e está dividida entre pasto com brachiara, estrada e mata de encosta.

O sito foi apresentado pelo Sr. Pedro Jandito morador do bairro da Pescaria, a cerca de 5km do Bairro do Porto. No local foram encontradas cápsulas de fuzil com a letra "M" e data de 1930 impressas no cartucho próximo a espoleta. Segundo o informante, na época da Revolução de 1932, existiria no rio Paranapanema uma balsa que fazia a travessia de pessoas, animais e coisas, sendo então, um ponto estratégico. Isto justificaria a localização das trincheiras, no alto do morro, com vista ao pequeno porto da balsa e boa parte da margem e vertente oposta.

Segundo Pedro Jandito, seu pai fora um dos balseiros na época da Revolução.

Algumas das trincheiras no pasto são quase imperceptíveis, porém as "casa-matas" são de fácil identificação, apesar de estarem dentro da mata de encosta de relevo abrupto.

RIB 22.026.739 - Sítio Flora Tainá
F=22 E= 702.654 N=7.273.912, Altitude=190m.
Sistema regional kaingang.

O sítio localiza-se a 2km da cidade de Ribeira, no entroncamento de acesso para o município de Itapirapuã Paulista e Apiaí. O sítio foi em boa parte coberto pela construção da rodovia Apiaí/Ribeira, SP - 250.

Apresenta núcleo de solo antropogênico bem definido entre a superfície e a profundidade de 25cm. Foram encontrados em superfície e no barranco da estrada 19 pequenos fragmentos de cerâmica marrom escura, tal como as cerâmicas atribuídas aos Kaingangs no alto Paranapanema. Sílex e quartzo lascado também foram encontrados, inclusive com certo refinamento na debitagem, como é o caso de um pequeno bifácie preta de sílex.

Não foi possível saber o nome do proprietário do local, pois as terras onde o sitio arqueológico se encontra foi recentemente vendida, sendo o novo proprietário residente em outro município.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB' SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** Ateliê Editorial. São Paulo, 2003.

ALMEIDA, F.F.M. Fundamentos geológicos do relevo paulista. In: Instituto Geográfico e Geológico - IGG. p. 169-262.. São Paulo, 1964.

ALMEIDA, J.M. **Diccionário Geográphico da Província de São Paulo**. Obra posthuma. Precedido de um estudo sobre a estrutura da língua tupi e trazendo, em apêndice, uma memória do nome América. Typ. A Vap. Espindola, Siqueira & Comp. São Paulo, 1902.

ARARIPE, ALENCAR T. Cidades Petrificadas e Inscrições Lapidares no Brasil. **Revista do Instituto Histórico do Rio de Janeiro**, vol L, p 225 a 233, Rio de Janeiro, 1887.

ARAÚJO, A. G. M. **Levantamento arqueológico da área alto Taquari, Estado de São Paulo, com ênfase na abordagem dos sítios líticos**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ARAÚJO, A. G. M. **Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no alto Paranapanema, estado de São Paulo. 2001.** 365f. 2v. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ARAÚJO, A. G. M. Peças que descem, peças que sobem e o fim de Pompéia: algumas considerações sobre a natureza flexível do registro arqueológico, **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 5, p. 3 -25. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

AYTAI, DESIDÉRIO . As gravações rupestres de Itapeva. **Revista Universidade Católica de Campinas,** n.º 33, p 29-61. Campinas, 1970.

AYTAI, DESIDÉRIO. As gravações rupestres de Itapeva. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas – CCLA n 1. Campinas, dezembro de 1972.

AZEVEDO, E. O Programa de Salvamento arqueológico do Gasoduto Bolívia-Brasil. TBG – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A. DBA Artes Gráficas. São Paulo, 2004.

BARBOSA, E. **A Curiosa História de Itapeva no Século XIX.** Documento disponível no Centro Cultural Cícero Marques – Secretaria Municipal da Cultura de Itapeva, datilografado, vols I, II, III. Itapeva, 1988.

BARROS, L.S. **Levantamento Cadastral do Patrimônio Histórico-Arquitetônico da Itapeva – SP**. Trabalho Final de Graduação – Universidade de Taubaté. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Taubaté, 1996.

BASTOS, R.L. Patrimônio arqueológico, preservação e representações sociais: uma proposta para o país através da análise da situação do litoral sul de Santa Catarina. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia Letras, e Ciências Humanas: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2002.

BLOOM, A. L. A. **Superfície da Terra**. Série textos básicos de geociências. Editora Edgard Blücher Ltda. São Paulo, 1996.

BRUNO, MARIA CRISTINA O. A pré-história nos museus: uma contribuição à educação. In: TENÓRIO, Maria Cristina, FRANCO, Teresa Cristina (Orgs) **Seminário para implantação da temática Pré-História Brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º Graus.** UFRJ, Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1994.

CALDARELLI, S.B; BRUNO, M. C. O. **Arqueologia e Museologia: experiências de um trabalho integrado. Pesquisas e exposições do Instituto de Pré-História da USP**. Revista de Pré-História, vol III, n 4. São Paulo 1982.

CAVALHEIRO, A.C.M. **Pinturas rupestres dos Campos Gerais – Paraná**. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2004.

CELSKI, M.S.O. **Os Sambaquis da Planície Costeira de Joinville, Litoral Norte de Santa Catarina: Geologia Paleografia e Conservação In Situ**. 257p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

CÍLIOS DA TERRA. **Informativo do Grupo de Estudos Ambientais** - Cílios da Terra. 1ª edição. Disponível na Biblioteca do Instituto Metodista de Ensino Superior de Itapeva-SP, 2002.

CÍLIOS DA TERRA. **Informativo do Grupo de Estudos Ambientais** - Cílios da Terra. 2ª edição. Disponível na Biblioteca do Instituto Metodista de Ensino Superior de Itapeva, SP, 2003.

COCOCI, A. M. Itapetininga a Itararé, passando por são Miguel Arcanjo, Capão Bonito, Guapiara e Ribeirão Branco – Faxina á Apiahy. In: Exploração da região comprehendida pelas folhas topographicas Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé. **Commissão**

Geographica e Geológica do Estado de São Paulo. Typ. Brazil de Rothschild & Cia. São Paulo, 1927.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1988.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada em 18 de setembro de 1946.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÂO PAULO. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 5 de outubro de 1989.

CORRÊA, D.S. **Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930).** Tese de doutorado apresentada a FFLCH – USP, São Paulo, 1997.

CORRÊA, M.E.P; NEVES, H.M.V.; MELLO, M.G. **Arquitetura Escolar Paulista: 1890-1920.** FDE. Diretoria de Obras e Serviços. São Paulo, 1991.

DE BLASIS, P. Resgate arqueológico no traçado do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) no Estado de São Paulo: Trechos IX e X (de Paulínia à Fronteira com o Paraná) – Relatório Final. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DECRETO ESTADUAL n.º 23.791. Cria a Estação Ecológica de Itapeva, São Paulo, 13 de agosto de 1985.

DECRETO ESTADUAL n.º 13.426. Cria a Secretaria Estadual da Cultura. São Paulo, 16 de março de 1979.

DECRETO-LEI n.º 25. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937.

DECRETO-LEI n. 2.848. Código Penal Brasileiro. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940.

DECRETO LEI n.º 2264. Altera a Constituição Federal e determina a obrigatoriedade de aplicação de 25% dos recursos resultantes da receita de impostos e transferências na educação. Brasília, 24 de dezembro de 1997.

FERREIRA, AURÉLIO B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Editora Positivo, 3ª Edição, (revista e atualizada). Curitiba, 2004.

FOLHA DO SUL. **Estação Centenária Agoniza**. Folha 2, p.1. Itapeva, 26 de janeiro de 2002.

FOLHA DO SUL. **De Volta aos Trilhos**. Folha 2, p.1. Itapeva 7 de junho de 2006.

FUNARI, P. P., NOELLI, F.S. **Pré-história do Brasil**. Editora Contexto. São Paulo. 2001.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. Editora Contexto. São Paulo, 2003.

GUERRA, A.T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Bertrand do Brasil 3ªed. Rio de Janeiro. IBGE 2003.

HODDER, I. **The archaeological process**. An Introducion. Blackwel Publishers, New York, 1999.

HORTA, M. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: IPHAN : Museu Imperial, 65p. Rio de Janeiro, 1999.

ICOMOS/ICAHM. **Carta para a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico**. Lausanne, 1990.

INSTRUÇÃO NORMATIVA n.º 1. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 25 de novembro de 2003.

KAMASE, L.M. **Casas subterrâneas feições doliniformes: um estudo de caso na bacia do alto Taquari/SP**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo 2004.

LEI ESTADUAL n.º 7.664. **Dispõe sobre as alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado de São Paulo**. São Paulo, 30 de dezembro de 1991.

LEI ESTADUAL n.º 7.666. Dispõe sobre as alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado de São Paulo. São Paulo, 12 de março de 1991.

LEI FEDERAL n.º 9424. Institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental. Brasília, 14 de setembro de 1996.

LEI FEDERAL n.º 378. **Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.** Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1937.

LEI FEDERAL n.º 9.649. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 27 de maio de 1998.

LEI FEDERAL n.º 3.924. Dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-históricos. Brasília, 26 de junho de 1961.

LEI FEDERAL n.º 10.257. **Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.** Brasília, 10 julho de 2001.

LEI FEDERAL n.º 1.922. **Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural.** Brasília, de 5 de junho de 1996.

LEI FEDERAL n.º 9.985. **Instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.** Brasília, de 18 de junho de 2000.

LEI FEDERAL n.º 9.394. LDBN - **Estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. B**rasília, 20 de dezembro de 1996.

LEI FEDERAL n.º 10.639. **Estabelece a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" na currículo da Rede de Ensino.** Brasília 2003.

LEI FEDERAL n.º 10.257. **Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal , estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.** Brasília, 10 de julho de 2001.

LEI FEDERAL n.º 10.923. **Dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, no âmbito do Município de São Paulo.** São Paulo, 30 de dezembro de 1990.

LEI MUNICIPAL n.º 159. **Regimento Interno e Código de Posturas. Câmara Municipal de Faxina.** Typ. Irmãos Bonilha. Faxina 1º de outubro de 1926.

LEI MUNICIPAL n.º 2.274. **Dispõe sobre a isenção tributária para os contribuintes que especifica IPTU.** Itapeva, 4 de março de 2005.

LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO DE ITAPEVA. **Prefeitura Municipal de Itapeva.** Itapeva, 1990.

LEI MUNICIPAL n.º 10.38/97. **Cria o Fundo Municipal da Cultura e dá outras Providências**. Itapeva, 23 de agosto de 1997.

LEI MUNICIPAL n.º 10.39/97. **Cria o Conselho Municipal da Cultura e dá outras providências**. Itapeva, 23 de agosto de 1997.

LEI MUNICIPAL n.º 5.765/05. **Cria o Conselho Municipal da Cultura e dá outras providências**. Itapeva, 18 de junho de 2005.

LEI MUNICIPAL n.º 5.43/91. **Dispõe sobre a criação do FEPAC – Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais institui incentivo fiscal e dá outras providências.** Itapeva, 30 de novembro de 1991.

MAACK, R. **Sobre o itinerário de Ulrich Schmidt através do sul do Brasil (1552 - 1553).** Geografia Física - Cons. Pesqu. Univ. PR. Curitiba, 1959.

MACHADO, H.A. Itapeva. Lex Editora. São Paulo, 1977.

MARCHESAN, A.M.M. Proteção Constitucional ao patrimônio cultural. **Revista de Direito Ambiental**. Ano 5 outubro/dezembro de 2000. São Paulo 2000.

MARQUES, S. C. **História e memória do Jaó: um bairro rural de negros. Dissertação de Mestrado.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARGARIDO, O.P. **Revolução Constitucionalista**. Org: Euflávio Barbosa. Centro Cultural Cícero Marques. Itapeva, 1987.

MONTEIRO, D.T**. Documentos Interessantes para a História de Itapeva**. Centro de Pesquisas Sociais do CEEN, Prof. Otávio Ferrari. Itapeva, 1956.

MORAIS, D. **Estação Ferroviária de Piraju – Ensaio de Arqueologia da Arquitetura de Ramos de Azevedo.** Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo 2004.

MORAIS, J.L. A arqueologia e o fator Geo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,** nº 9: 3-22. São Paulo, 1999.

_____ Tópicos de Arqueologia da Paisagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** n.º10, p. 3-19. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____ PROJPAR - Projeto Paranapanema. **Plano Diretor de Pesquisa**. Documento disponível no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2000.

MORAIS, J.L. **Arqueologia e o turismo**. In: Funari, Pedro Paulo e Pinsk, Jaime (orgs) Turismo e patrimônio cultural. Ed. Contexto, São Paulo, 2001.

_____ Salvamento Arqueológico da Linha de Transmissão Itaberá/Tijuco Preto - **Relatório Final**. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2002.

_____ Protocolos de Arqueologia. Estudo do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico e Paisagístico da Área de Influência da LT 500Kv Bateias/Ibiúnas, 54p. PR/SP, 2005.

MORLEY, E.J. **Como Preservar os Sítios Arqueológicos Brasileiros**. In: Pré-História da Terra Brasilis. (org) Maria Cristina Tenório. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

MUSEUMS & GALLERIES COMMISSION. Museologia. **Roteiros práticos, vol I**. Educação em Museus. p. 9-57. São Paulo: EDUSP/Vitae. São Paulo, 2001.

MÜZEL, G.M. **Itapeva fatos de sua história.** Documento disponível na Casa da Cultura Cícero Marques, Itapeva, 1992.

OLIVEIRA, L.R. Síntese Histórica da E.E.P.G. Cel Acácio Piedade. **Pesquisa e Compilação**. Itapeva, 1985

OLIVEIRA, L.R. Lar Vicentino 1926 – 1991. Histórico dos 65 anos de existência. **Pesquisa e Compilação**. Itapeva, 1991.

ORSER, C.E.JR. **Introdução à Arqueologia Histórica.** Tradução: Pedro Paulo Funari. Oficina de Livros. Série Ciências Sociais, 142 p. Belo Horizonte, 1992.

O SUL DE SÃO PAULO. **Semanário Imparcial.** Documento disponível na Casa da Cultura Cícero Marques. Faxina – SP, 27 de junho de 1889.

PALLESTRINI, L. **Sítio Arqueológico Fonseca**. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 104p. 1969a.

_____. **O sítio Arqueológico Jango Luis**. Revista do Museu paulista, Nova série XVIII: 25 e 26.1969b.

_____, **Sítio arqueológico Alves**. Revista do Museu Paulista, Nova Série XXI: 47-96p. São Paulo, 1974.

_____, L. **Projeto Paranapanema: sítio arqueológico Nunes, Estado de São Paulo.** Revista do Museu paulista, Nova Série XXXIII: 192-142p, São Paulo 1988.

PALLESTRINI, L; CHIARA, P. & MORAIS, J.L. **Evidenciação de novas estruturas arqueológicas no sítio arqueológico Camargo, Piraju. SP**. Revista do Museu Paulista XXVIII: 131-158. São Paulo, 1981.

PALLESTRINI, L. & MORAIS, J.L. **Prassévichus: aldeia pré-histórica no município de Itaberá, SP.** Revista do Museu Paulista, Nova SérieXXXIX: 151-167. São Paulo, 1984.

PCN. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1ª a 4ª séries**. Ministério da Educação. Brasília, 1998.

PCN. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 5ª a 8ª séries**. Ministério da Educação. Brasília, 1996.

PCNEM. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: ENSINO MÉDIO**. Ministério da Educação. Brasília, 1999.

PCNEM+. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: ENSINO MÉDIO + Orientações Complementares**, Ministério da Educação. Brasília, 1999.

PARDI, M.L. SPHAN/IBPC: **Informações sobre o órgão de preservação do patrimônio arqueológico brasileiro.** Nota – Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia nº. 4:230-236. São Paulo, 1994.

PASTRO, C. **Itapeva: um tesouro em vaso de barro**. Grafa Ltda. São Paulo, 1992.

PEREIRA JR., J. A. Notícias sobre um achado arqueológico ocorrido em Itapeva. **Apontamentos Arqueológicos,** n.º 7. Setembro. São Paulo, 1964.

PETRONE, M.T.S. **O Barão de Iguape**. Editora Nacional-INL. São Paulo, 1976.

PORTARIA IPHAN n.º 241. Define o modelo oficial, em banco de dados Access para a inserção no CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Brasília, 19 de novembro 1998.

PROUS, A. Arte Rupestre Brasileira: uma tentativa de classificação. **Revista de Pré-história**. Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo. Vol 7, 1989.
PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Editora Universidade de Brasília. 605p. Brasília, 1992.

_____. Premiére information sur les maisons souterraines de l'État de São Paulo. **Revista de Pré-História**. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 1(1):127-145. São Paulo, 1979.

RAPP, G. JR. HILL, C. L. **Geoarchaeology: The Earth-Science to Archaeological Interpretation.** Yale University Press. New Haven and London, 1998.

RODRIGUES, M. O**. Painel do Presbitério da Catedral de Sant'Ana de Itapeva**. Grafisul, 28p. Itapeva, 2005.

ROSS, J.L.S. **Análise Empírica dos Ambientes Naturais e Antropizados**. Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, n.º 8. 1994.

SAINT-HILAIRE, **A Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai**. Livraria Martins Editora / EDUSP, São Paulo, 1972.

SÂO PEDRO, M. F., PEREZ, R. A. R. Patrimônio Arqueológico: conhecendo a legislação. **Revista de Arqueologia**. vol 10: 51-70, Rio de Janeiro, 1997.

SCATAMACCHIA, M. C M; CERAVOLO, S; DEMARTINI; C.M.C. A "caverna do ódio: um exemplo de utilização social do sítio arqueológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. 2:115-121, São Paulo,1992.

SILVA BRUNO, E. **História do Brasil: geral e regional**. 5º vol. Editora Cultrix, São Paulo, 1967.

SIMIELLI, M.E.R. **Geoatlas Básico**. Editora Ática, 63p. São Paulo, 1997.

SCHMITZ, P.I. **O patrimônio arqueológico brasileiro. Síntese do Seminário sobre Política de Preservação Arqueológica.** Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro, 1989.

SOARES, A. R. Educação Patrimonial como identidade local. In: **Informativo do Grupo de Estudos Ambientais** - Cílios da Terra. 1ª edição. Disponível na Biblioteca do Instituto Metodista de Ensino Superior de Itapeva-SP, 2002.

SOUZA, C.R.G. SOUZA, A.P. 2000. **O Ecarpamento Estrutural Furnas na região S-SE do Brasil**. In: Schobbenhaus, C.; Campos, D.A.; Queiroz, E.T.; Winge, M.; Berbert-Born, M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Publicado na Internet no endereço http://www.unb.br/ig/sigep/sitio080/sitio080.htm

SUGUIO, K. **Dicionário de Geologia Sedimentar e Áreas Afins**. Bertrand. Rio de Janeiro, 1998.

TIXIER, J. **Methode pour i´étude de outillages lithiques (notice sur lês travaux scientifiques).** Université de Paris X, Nanterre, 1978.

WATERS, M.R. Principles of geoarchaeology: a North American Perspective. The University of Arizona Press, 1992.

VAZ, C. J. Fundação Cultural do Município. In: **125 Dicas - Idéias para ação municipal.** Instituto Pólis, 288p. São Paulo, 2000.

VIALOU, A. V. Brito, o mais antigo sítio arqueológico do Paranapanema, Estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista/Instituto de Pré-História**, São Paulo, 1984.

VIALOU, D.VILHENA VIALOU, A. **Art rupestre au Mato Grosso** (Brésil). Antropolologie, XXXI/1-2, p 341-351. Brno, 1996.

Referências das Fontes Eletrônicas Utilizadas

http://www2.camara.gov.br

http://www.camaraitapeva.sp.gov.br

http://www.ambientebrasil.com.br

http://federativo.bndes.gov.br/dicas/DO13.htm

http:// www.itapevacity.com.br/mod. php?name

http://www.iphan.gov.br

http://www.prodam.sp.gov.br/dph/novaimag/prtomb.htm

http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/legisla

http://www.unb.br/ig/sigep/sitio080/sitio080.htm

http://www.itapevacity.com.br/modules.php?name

http://www.venancioaires.famurs.com.br/historico

Referências dos Mapas Utilizados

IBGE - 1975 - Carta do Brasil. Escala 1:50.000. **Folha SG-22-X-B-II-1** (Ribeirão Branco).

IBGE – 1977 – Carta do Brasil. Escala 1:50.000. **Folha SF-22-Z-D-V-3** (Itapeva).

IBGE – Carta do Brasil. Escala 1:50.000. Folha **SG-2X-BII-2** (Guapiara).

IPT. **Mapa Geológico do Estado de São Paulo**, vol. II. Escala 1:5.000.000 – Série Monografias, n. 5. São Paulo, 1981.

IPT. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo**, vol. II. Escala 1:100.000 – Série Monografias, São Paulo, 1981.

IPT. Prefeitura Municipal de Itapeva. **Mapa dos solos do Município**. Escala 1:50.000. São Paulo, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA. **Planta da Cidade de Itapeva.** Escala 1:10.000. Secretaria Municipal de Obras. Itapeva, 2000.

12 – ANEXOS

Anexo 1
Sítio Lagoa Grande, material lítico encontrado no leito da estrada.

Anexo 2
Ribeirão da Lagoa Grande e sua planície de inundação.

Anexo 3
Vista a distância do sítio Lagoa Grande, indicado pela seta.

Anexo 4
Sítio Lagoa Grande.
No canto a direita pode-se observar terra removida durante a manutenção do leito da estrada sujeita a enxurrada. Após peneiramento no início de agosto, nove fragmentos líticos foram encontrados.

Anexo 5
Artefato lítico de forma “buomerangóide". Sitio Lagoa Grande.

Anexo 6
Raspador, sítio Lagoa Grande.

Anexo 7
Bacia para captação de águas pluviais no sítio Fonseca.

Anexo 8
Outra bacia de captação das águas pluviais. Onde fragmentos cerâmicos foram expostos. Sítio Fonseca.

Anexo 9
Local da antiga estrada vicinal. Agora solo exposto com fragmentos cerâmicos. Sítio Fonseca.

Anexo 10
Solo escarificado, próximo à bacia de captação de águas. Sítio Fonseca.

Anexo 11
Fragmentos cerâmicos guarani expostos. Sítio Fonseca.

Anexo 12
Fragmentos cerâmicos espalhados pela superfície. Sítio Fonseca.

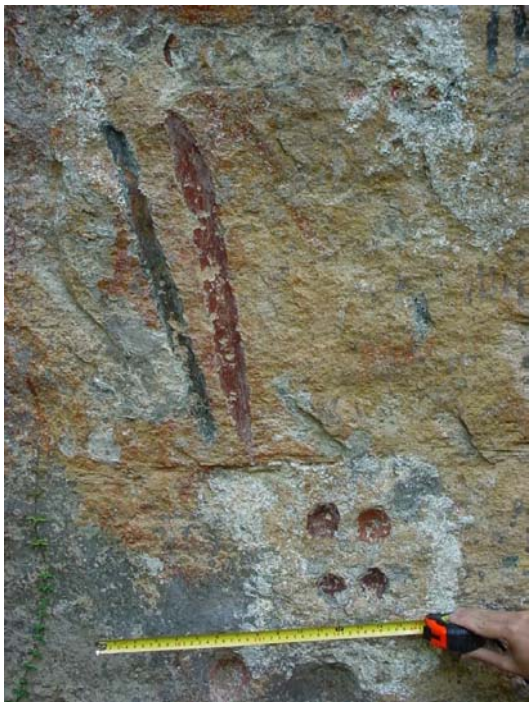
Anexo 13
Vista sítio Silveira à distância. Localização indicada pela seta.

Anexo 14
Urnas funerárias do sítio Silveira, vista lateral.

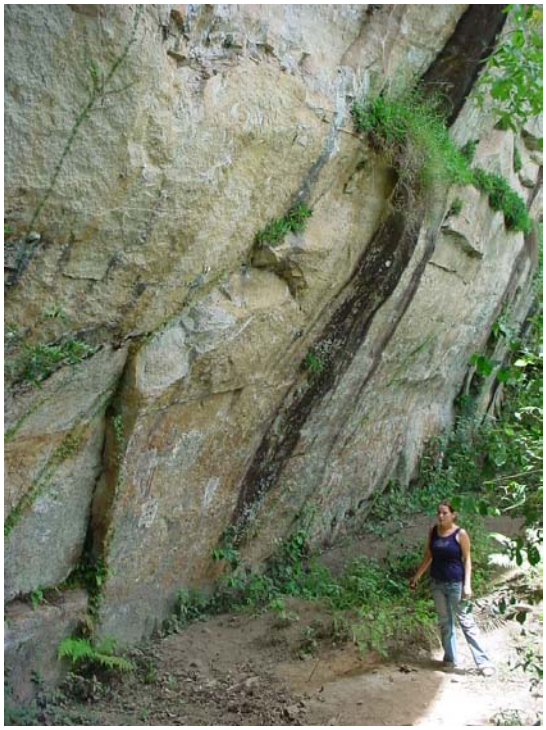
Anexo 15
Urnas funerárias do sítio Silveira, vista oblíqua.

Anexo 16
Vista parcial das gravuras rupestres do abrigo Itapeva. Nota-se o desaparecimento gradual do preenchimento dos sulcos.

Anexo 17
Abrigo Itapeva. Imagem de um réptil, pata de macaco e pontos circundados por vândalos.

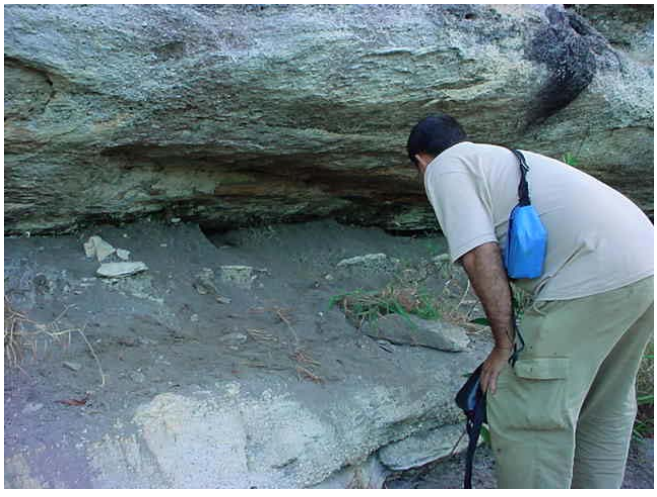


Anexo 18
Abrigo Itapeva, imagem aproximada de bastões e pontos circundados por vândalos.



Anexo 19
Vista parcial do abrigo Itapeva. A mancha preta na parede é resultado do escorrimento de água das chuvas.

Anexo 20
Vista parcial do abrigo Fazenda Pouso Alto e Borda.



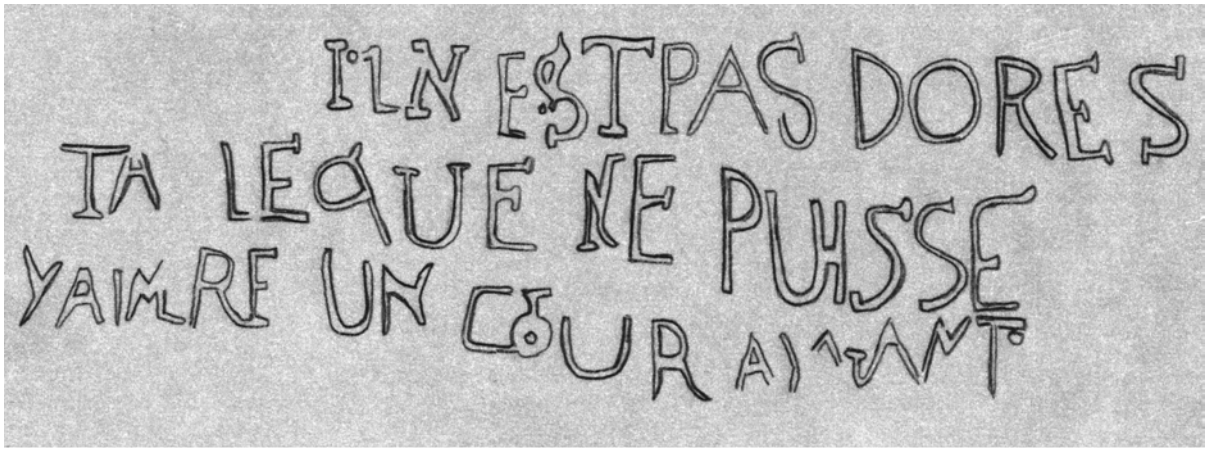
Anexo 21
O que restou da matriz arqueológica no fundo de parte do abrigo da Fazenda Pouso Alto e Borda.

Anexo 22
Imagem feita através de decalque das gravuras do abrigo da Fazenda Pouso Alto e Borda.

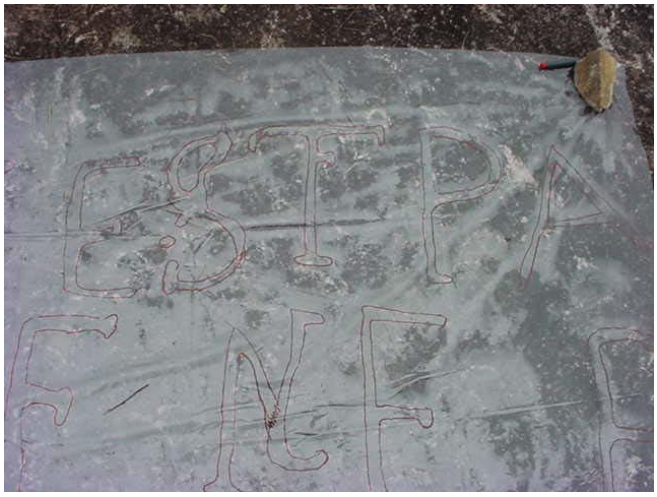
Anexo 23
Gravura em círculo fechado do abrigo Pouso Alto e Borda.

Anexo 24
Gravura desgastada do abrigo Pouso Alto e Borda quase imperceptível.

Anexo 25
Núcleo de solo antropogênico no leito da estrada, abaixo do abrigo Pouso Alto e Borda.



Anexo 26
Gravura rupestre histórica em francês (dimensão aproximada 1,5m de largura por 4,5m de comprimento)



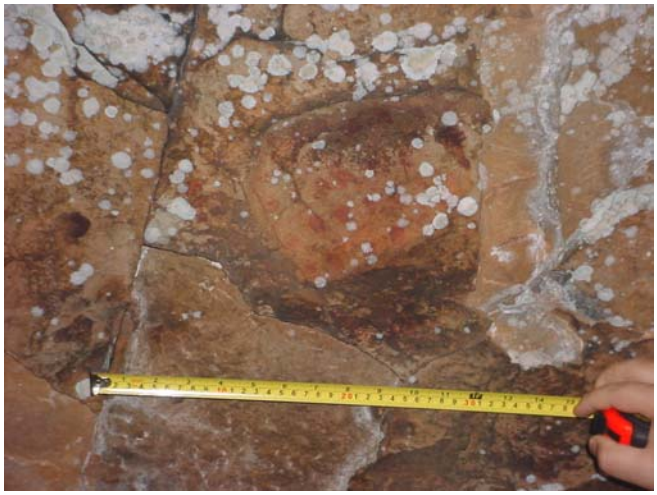
Anexo 27
Gravura rupestre histórica no momento do decalque.

Anexo 28
Gravura rupestre histórica em área de transição entre pastagem e borda da escarpa.

Anexo 29
Vista parcial do arco de entrada do abrigo Fabri 1.

Anexo 30
Parte das pinturas rupestres do abrigo Fabri 1.

Anexo 31
Pinturas rupestre do abrigo Fabri 1. A seta indica a localização da imagem de um cervídeo.



Anexo 32
Pinturas em pontilhado próximos a liquens no teto. Abrigo Fabri 2.

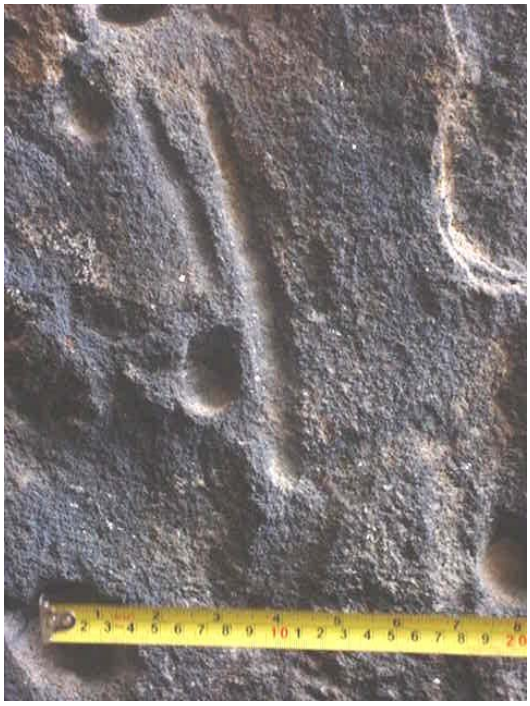
Anexo 33
Outros pontilhados no teto abrigo Fabri 2.

Anexo 34
Vista parcial de cima do abrigo Fabri 2.

Anexo 35
Entrada do abrigo Fabri 2.

Anexo 36
Abrigo da Fazenda Remanso 1 na base da escarpa. Vista a distância.

Anexo 37
Abrigo da Fazenda Remanso 1 na base da escarpa. Vista próxima.



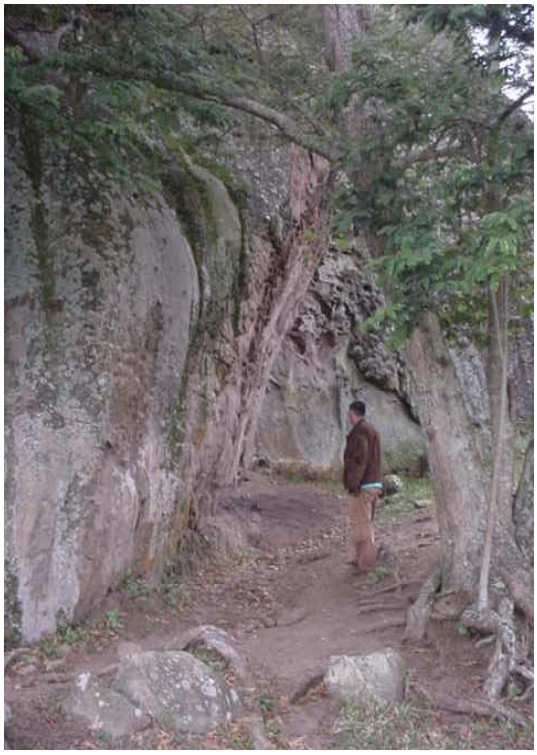
Anexo 38
Sulcos na parede do abrigo da Fazenda Remanso 1. Parede enegrecida por queimadas constantes.

Anexo 39
Outro sulco na parede enegrecida do abrigo da Fazenda Remanso 1.

Anexo 40
Erosão em frente ao abrigo da Fazenda Remanso 1 expõe e carrega material lítico e cerâmico vertente abaixo.

Anexo 41
Abrigo Fazenda Remanso 2, parede com marcas de queima.

Anexo 42
Abrigo Fazenda Remanso 2, núcleo de solo antropogênico presente.



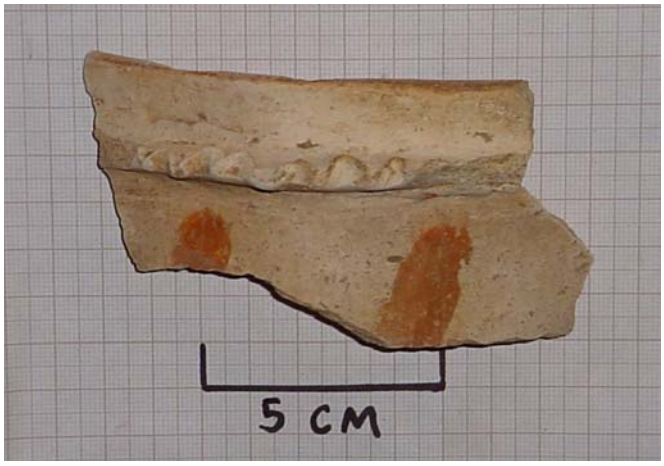
Anexo 43
Abrigo da Fazenda Remanso 2, vista parcial .

Anexo 44
Toca da Fazenda Remanso.

Anexo 45
Sítio Santa Maria, barranco à esquerda.

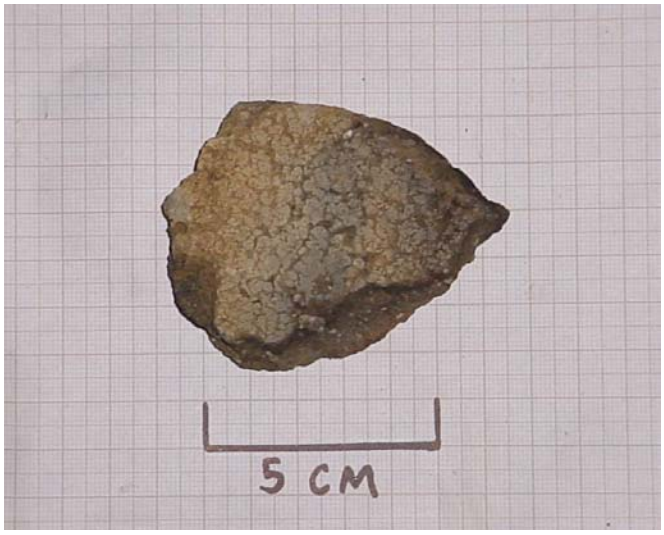
Anexo 46
Sito Santa Maria, barranco desmoronado.

Anexo 47
Cerâmica tipo escovada de contato interétnico com alça.



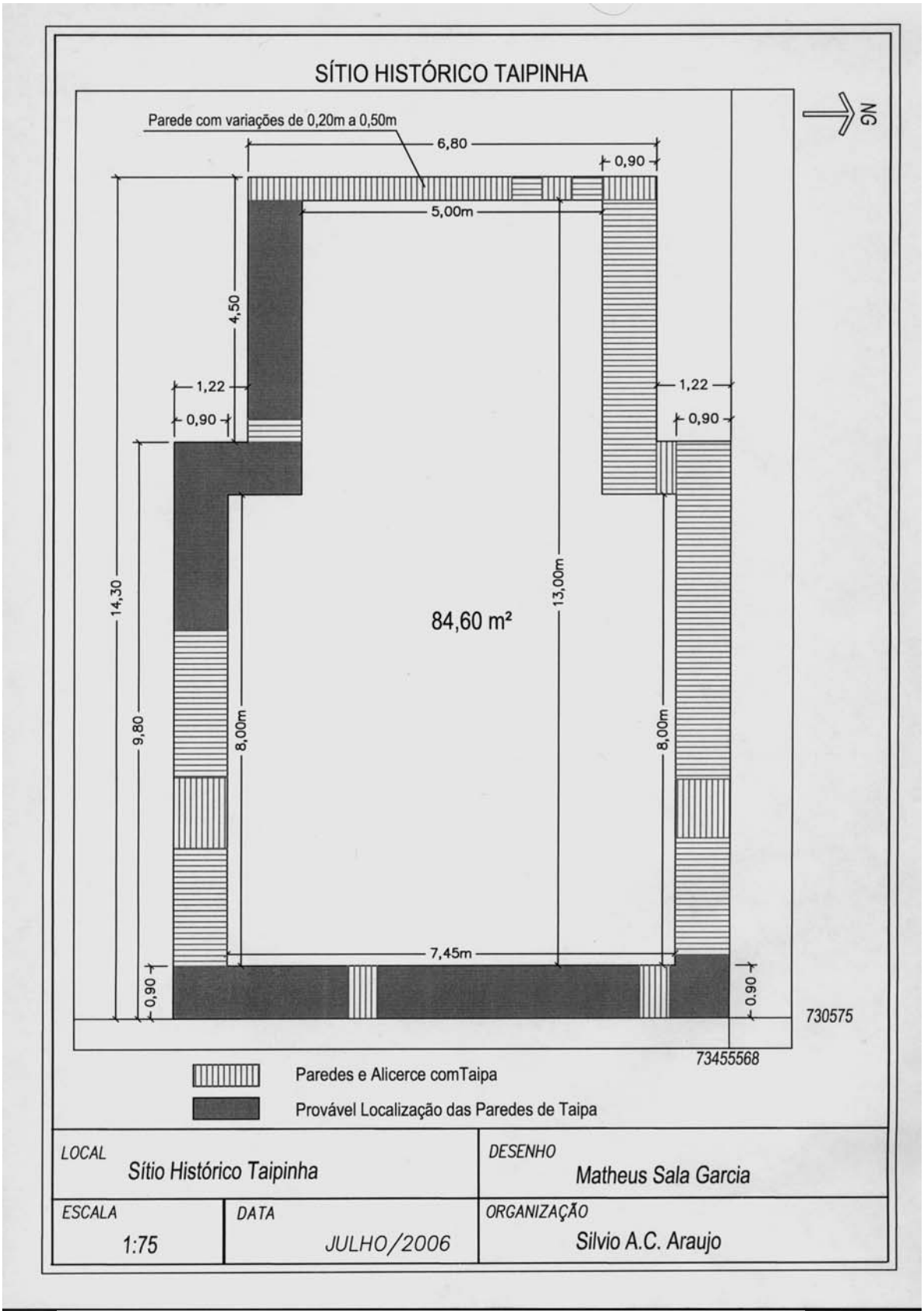
Anexo 48
Cerâmica com adorno próximo a borda. Sítio Santa Maria.

Anexo 49
Cerâmica guarani, tipo corrugada, encontrada no sítio Santa Maria.



Anexo 50
Cerâmica guarani, com engobo branco encontrada no sítio Santa Maria.

Anexo 51
Montículo adjacente ao sítio Santa Maria.



Anexo 52
Planta das ruínas do sítio Taipinha.

Anexo 53
Estrutura de taipa, vista lateral. Sítio Taipinha.

Anexo 54
Estrutura de taipa com 0,90cm de largura, sítio Taipinha.

Anexo 55
Estrutura de taipa com furos na base a cada 1m, utilizado para travar o madeiramento no momento de sua construção. Sítio Taipinha.

Anexo 56
Capela do cemitério de Vila Velha.

Anexo 57
Fachada da capela de Vila Velha

Anexo 58
Arco sobre a porta da capela de Vila Velha.

Anexo 59
Túmulos do cemitério de Vila Velha

Anexo 60
Casa do início do século XX parcialmente destruída de Vila Velha.

Anexo 61
Casa ao lado do cemitério de Vila Velha.

Anexo 62
Pequena estrutura de taipa de Vila Velha.

Anexo 63
Pequena estrutura de taipa de Vila Velha, vista lateral. Tal como no sítio Taipinha, na base da parede encontra-se furo para travar madeiramento no momento da construção.

Anexo 64
Estrias na taipa do sítio Vila Velha.

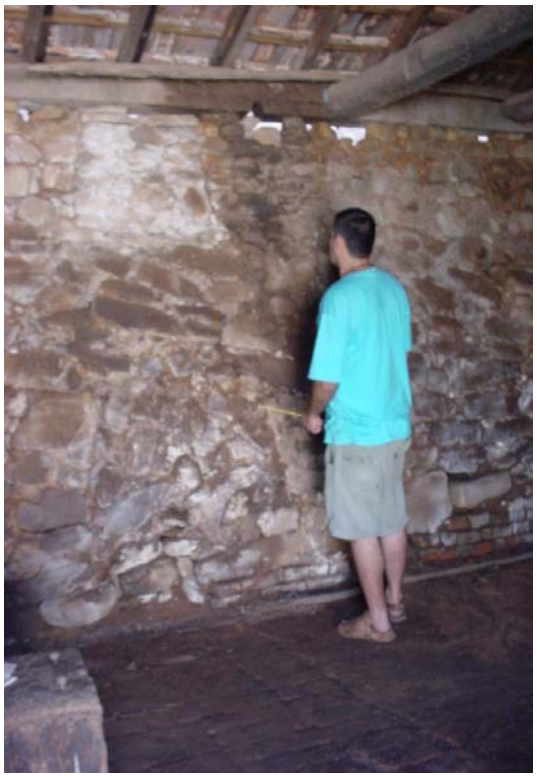
Anexo 65
Casa Grande da Fazenda Pilão d'Água e rampa frontal.

Anexo 66
"Terreiro" com pedras encaixadas da Fazenda Pilão d'Água.

Anexo 67
Barracão construído com alicerce de pedras Fazenda Pilão d'Água.

.

Anexo 68
Escada de pedras de acesso ao curral, Fazenda Pilão d'Água
.



Anexo 69
Vista interna do barracão, no qual, o qual segundo a população seria no passado a senzala Fazenda Pilão d'Água.

Anexo 70
Estrutura de pedras em encosta revestida com cimento. Localização provável do antigo monjolo. Fazenda Pilão d'Água.

Anexo 71
Alicerce de pedras situada na encosta. Fazenda Pilão d'Água.

Anexo 72
Construções do início do século XX de tijolo a vista da Fazenda Pilão d' Água. O edifício mais alto provavelmente seria a casa de força para recebimento de energia.

Anexo 73
Pedra de mó encontrada na estrutura de encosta na Fazenda Pilão d'Água.

Anexo 74
Estrutura em pedras conhecida localmente como muro dos escravos em área do Centro Comunitário Bento Alves Natel

Anexo 75
Edifício da rua Martinho Carneiro, n ° 177. Centro. Cultural Cícero Marques.

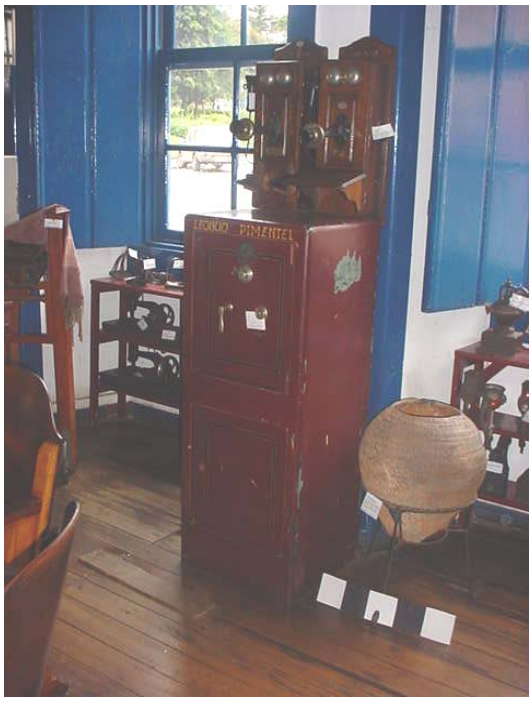
Anexo 76
Porta da entrada principal do edifício da rua Martinho Carneiro, n ° 177. Centro Cultural Cícero Marques.

Anexo 77
Data da construção na fachada do Edifício da rua Martinho Carneiro, n° 177. Centro Cultural Cícero Marques. Edifício centenário de rara beleza em Itapeva.

Anexo 78
Edifício da rua Martinho Carneiro, n° 177. Vista da torre esquerda da Catedral de Santana.

Anexo 79
Exposição de antiguidades no interior do Centro Cultural Cícero Marques.

.



Anexo 80
Urna funerária ao lado do antigo cofre da Estrada de Ferro Sorocabana. Exposição museológica por fazer. Centro Cultural Cícero Marques.

Anexo 81
Livros e material iconográfico do Centro Cultural Cícero Marques. Tratamento e recuperação do acervo bibliográfico e iconográfico são urgentes.

Anexo 82
Capela de Nossa Senhora do Carmo.

Anexo 83
Capela Nossa Senhora do Carmo. Lápide de Joaquim Aleixo Ferreira de Barros. Esta lápide foi serrada e recolocada na base da torre do sino da capela. Originalmente a lápide estava no piso do átrio principal.

Anexo 84
Estação Ferroviária da Vila Isabel. Estrada de Ferro Sorocabana na segunda década do século XX.

Anexo 85
Estação Ferroviária da Vila Isabel, entrada principal, ano de 2006.

Anexo 86
Emblema da Estrada de Ferro Sorocabana na fachada da Estação Ferroviária da Vila Izabel.

Anexo 87
Vista interna do saguão de entrada da Estação Ferroviária, Vila Isabel.

Anexo 88
Casa operária da Estação Ferroviária Vila Isabel.

Anexo 89
Barracão utilizado durante o funcionamento da Estrada de Ferro Sorocabana, Vila Isabel.

Anexo 90
Dados de quilometragem e altitude na fachada da Estação Ferroviária Vila Isabel.

Anexo 91
Estação Ferroviária Vila Isabel vista lateral.

Anexo 92
Catedral de Santana.

Anexo 93
Torre da direita da Catedral de Santana em pintura, ano de 2005. Nota-se ferragem de amarração com a torre esquerda em cima do telhado.

Anexo 94
Catedral de Santana em pintura. A trinca que vai da torre direita até a porta principal é notável somente a pequena distância, ano de 2005.

Anexo 95
Relógio Collins S. De Wagner Horlorger – Mécanicien – Rue Montmartre, 118, Paris, France, fora de funcionamento.

Anexo 96
Lápides na parede da Catedral de Santana.

Anexo 97
Sinos da torre da direita da Catedral de Santana com amarração de concreto. Situação que favorece o aumento de trincas na estrutura da torre, devido a trepidação causada pela vibração no momento do toque.

Anexo 98
Torre da esquerda da Catedral de Santana.

Anexo 99
Edifício da Avenida Coronel Acácio Piedade , 657, onde está situada Escola Municipal de mesmo nome.

Anexo 100
Vista interna do edifício da Escola Municipal Cel Acácio Piedade. Biombo retrátil para eventos, duas salas de aulas que se transformam e um salão.

Anexo 101
Vista lateral da Escola Municipal Cel Acácio Piedade

Anexo 102
Vista do portão principal da Escola Municipal Cel Acácio Piedade

Anexo 103

Cenários da ocupação humana em Itapeva, primeira aproximação.
Adaptado por Silvio A. C. Araújo a partir de Morais (2002)[52].

Cenário 1
Trabalho com pedra lascada pelos caçadores-coletores entre 2.500 e 6.000 anos antes do presente.

Cenário 2
Chegada dos povos agricultores e produtores de cerâmica, guarani e kaingang, a partir do século III.

Cenário 3
Primeiros contatos dos povos indígenas guaranis e kaingang com colonizadores de origem européia, período aproximado entre 1500 a 1770.

Cenário 4
Caracterizado pelo tropeirismo, invernagem de animais e escravidão. Surge às primeiras construções que vão dar origem ao núcleo urbano de Itapeva, período aproximado entre 1770 e 1880 (transição entre período colonial e imperial).

Cenário 5
Intensificação da ocupação humana e produção agropecuária, período aproximado: entre 1880 culminando nas grandes construções institucionais das primeiras duas décadas do século XX (transição entre império e república).

Cenário 6
Crescimento urbano e industrial a partir de 1930 com exploração de minérios, fixação de indústrias, reflorestamento e expansão da agropecuária intensiva e moderna durante o século XX.

[52] Morais, J.L. Salvamento Arqueológico da Linha de Transmissão Itaberá/Tijuco Preto - Relatório Final. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2002.

Anexo 104